

PESCA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

PESCA, TURISMO
E MEIO AMBIENTE

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO

2014

Sumário

COMISSÃO EDITORIAL

Carmen Silvia de Moraes Rial - UFSC
Maria Eulina Pessoa de Carvalho- UFPB
Soraya Yrigoyen Fajardo – PUC – Lima - Peru
Maria Helena Santana Cruz - UFS
Maria Aparecida Tenório da Costa - UFRPE

FOTOGRAFIA

Juliana Leitão

DESIGN GRÁFICO

Raul Kawamura

- 08 Agradecimentos
- 11 Apresentação
- 17 Prefácio
- 21 Políticas públicas, pesca e cidadania em tres regiões do Brasil.
- 37 Políticas locais de pesca: O caso do Parque Marinho
Luiz Saldanha/Portugal
- 63 Prácticas socio ambientales en la organización de nuevos pescadores
embarcados en el litoral Bonaerense Argentino. Una perspectiva
(in) comparada.
- 87 As redes dos jovens. Uma perspectiva antropológica sobre o estudo
da juventude pesqueira no Brasil
- 107 Aspectos da mudança social em São Miguel do Gostoso: uma
comunidade de pescadores artesanais do Rio Grande do Norte.
- 123 Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros
nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã,
Amazonas.
- 145 O lugar da pesca de camarão em Parintins: as Camaroeiras e o
Seguro Defeso
- 165 Pescadoras ribeirinhas: reconhecimento, visibilidade e Panema na
Pesca Artesanal no Amazonas

P473 Pesca, turismo e meio ambiente / Rosário de Fátima
Andrade Leitão, organizadora. — 1. ed. - Recife:
EDUFRPE, 2014.
152 p. : il.

Referências.

1. Pesca 2. Turismo 3. Meio Ambiente 4. Gênero
I. Leitão, Rosário de Fátima Andrade, org.

CDD 301

Editora Universitária da UFRPE

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE
(81) 3320 6170 | editora@editora.ufrpe.br

Agradecimentos

AGRADEÇO às mulheres trabalhadoras da pesca. Elas, que sempre nos recebem, apesar de suas rotinas exaustivas, e nos permitem adentrar neste espaço repleto de beleza, desigualdades e contradições.

Um agradecimento singular à Nair Cabral, conhecida carinhosamente por Naca, atriz social que neste livro aparece como representante da luta de todas as mulheres pescadoras, atividade na qual se configura uma divisão sexual do trabalho, onde as mulheres que geralmente realizam atividades no mar de dentro, nos mangues e no beneficiamento do pescado, possuem menor status e baixa remuneração, por estarem associadas essencialmente à reprodução da força de trabalho e à subsistência alimentar. Naca rompe este paradigma de mulher coadjuvante na atividade pesqueira, seja no seu dia-a-dia no rancho de pesca, em sua casa, pescando sozinha, no seu barco, com as redes que ela mesma fabrica e conserta. Naca é uma pescadora de alto-mar, muito respeitada pelos homens e mulheres que vivem e sobrevivem da pesca artesanal. Pescadora em Canto dos Ganchos, Município de Governador Celso Ramos em Santa Catarina. Naca é pescadora há 52 anos, e iniciou o trabalho na pesca aos 11 anos em companhia de seu pai. Hoje, ela é aposentada pela pesca, mas o seu rancho de pesca continua a ser um espaço de confluência de atividades e identidades da pesca artesanal em Canto dos Ganchos. Respeitada por sua coragem e experiência, trabalha no mar, geralmente sozinha, mas aglutina atividades coletivas. André, Sr. Almir, Valdir, Sinhaninha são alguns dos pescadores que sempre estão nas rodas de conversas e na troca de saberes sobre o mar, os ventos, os peixes, e a restauração das embarcações. Naca me acolheu carinhosamente, me aproximou do seu universo, me recebeu em sua casa e no seio de sua família.

A Carmen Rial, por me apoiar incondicionalmente na pesquisa realizada durante o estágio de Pós-Doutorado na UFSC.

A Mara Lago e toda equipe da Revista Estudos Feminista, a quem recorri especialmente em cada dificuldade na realização dos tramites burocráticos na UFSC, durante o Pós-Doutorado.

A Alex Vailati, Matias Godio e Cibele Silveira meus colegas de Pós-Graduação, por construirmos espaços de proximidade que extrapolaram as fronteiras e o período de nossas atividades acadêmicas realizadas no Programa Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, PPGICH-UFSC, nos anos de 2011-2012.

A Maria Helena Santana Cruz, docente da UFS, por sua eficiência e rigor científico na escolha conjunta dos artigos que compuseram o Simpósio Temático 027 – Desafios Atuais dos Feminismos sobre gênero, trabalho, educação e comunidades tradicionais (pescadoras/es, quilombolas, indígenas, agricultoras/es familiares), no Fazendo Gênero 10 e que compõem capítulos na segunda parte deste livro.

A todas as autoras e autores que contribuíram com suas pesquisas para que esta obra fosse publicada.



Apresentação

A PRIMEIRA parte desta coletânea inclui textos apresentados no III Simpósio de Pesca, Turismo e Meio Ambiente, realizado nas dependências do Centro de Educação da UFSC (CED/UFSC), em 06 de junho de 2012, evento promovido pelo o Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem (NAVI), com apoio do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, CAPES, CNPq, Associação Brasileira de Antropologia, Brasil Plural.

O evento coordenado pela Professora Carmen Rial contou com a colaboração de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Alex Vailati, Matias Godio, Rafael Devos, Cibele Silveira, entre outros.

A proposta conceitual deste encontro realizado em Florianópolis está fundamentada na antropologia que se constrói na interlocução entre pesquisadores/as e pescadoras. Este evento se constituiu num importante marco na Universidade Federal de Santa Catarina, pelo diálogo direto, sem mediações que se estabeleceu entre pesquisadores e pescadoras. O evento possibilitou o encontro entre pesquisadoras/es de diferentes regiões do Brasil e também contou com a participação das pescadoras Nair Maria Cabral e Neusa Maria Cabral Krech, da comunidade Canto em Governador Celso Ramos, município de Santa Catarina.

O Simpósio dialogou com os projetos desenvolvidos nos estágios de pós-doutorado de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Alex Vailati, Matias Godio, todos orientados por Carmen Rial, que na ocasião provocou o debate a partir das reflexões em torno do tema “Dar o peixe e não ensinar a pescar”.

Suas reflexões incluíram questões sobre a escassez nos estoques de peixe, a pesca predatória, pesca industrial e pesca artesanal. Socializou o questionamento sobre o que fazer diante do esgotamento dos recursos naturais e a prática do extrativismo de peixes iniciado desde a pré-história.

No bojo das reflexões sobre a crise dos estoques, talvez o texto de Márcia Calderipe (UFAM) e Dilton Rufino (UFSC), indiquem possíveis soluções, a partir dos dados e análises da pesquisa “Territorialidade e Regula-

rização de Áreas de Maricultura na Ilha de Santa Catarina”, Por outro lado, Quais são os principais problemas ambientais relacionados a aquicultura? Quais os impactos em termos de degradação ambiental e de contaminação das ostras pela poluição das águas. Neste contexto, será que a aquicultura consiste numa das soluções para esta escassez dos estoques? Para concordarmos ou não, é importante aprofundar sobre o tema, ou seja, em que consiste essa aquicultura? Esta criação de espécies aquáticas em cativeiro? Não se pode pensar hoje na pesca sem deixar de lado essa visão de que há um meio ambiente que está sendo ameaçado.

Neste conjunto de reflexões, existem muitas políticas que podem ser aplicadas, entre elas a de se premiar as boas práticas, para estabelecer bases mais sustentáveis. Nesta perspectiva um dos encaminhamentos pode se referir à introdução gradativa de critérios ambientais e sociais que conduzam a melhores práticas pesqueiras, a partir do ponto de vista ambiental, social e econômico.

A pesca realizada em pequena escala, respeitando as espécies que se encontram ameaçadas de extinção, com a identificação da área de origem do peixe e da origem de quem pescou, podem ser medidas de controle aos impactos relativamente mais baixos sobre o ecossistema.

Desta forma, se pode garantir a continuidade do segmento tradicional da pesca, que gera renda e proporciona uma estrutura social, econômica e cultural que sustenta muitas comunidades e realiza importante contribuição a soberania alimentar.

Outro tema de debate no III Simpósio de Pesca, Turismo e Meio Ambiente, consiste numa transformação das relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal, um processo de mudança nas relações tradicionais, que se traduz no deslocamento do lugar ocupado por algumas mulheres na pesca, que estão pescando no mar de fora. Que mudanças sociais possibilitaram esta mudança?

Carmen Rial provoca a plateia com a reflexão sobre estas mudanças culturais, considerando que o mar de fora sempre foi um lugar que se reporta ao perigo, as incertezas, um lugar relacionado às subjetividades de masculinidade. Historicamente, as mulheres não embarcavam para pescar no mar de fora, no máximo no mar de dentro, nas lagoas.

O mar de dentro, um lugar possível para as mulheres, onde as comunidades de pescadores, sempre o definiram para as pescadoras. Talvez na construção de uma analogia com a casa, com o papel socialmente construído e

considerado apropriado para elas, as mulheres. O mar de dentro, espaço das subjetividades do feminino em oposição ao mar de fora, o espaço da masculinidade, da virilidade sempre presente nas representações socialmente construída da imagem do pescador.

A coordenadora do evento questiona, como se processou esta mudança de valores? Isso mudou, especialmente quando o governo reconheceu a presença dessas mulheres ao registro de pesca? Qual a diferença da inclusão das mulheres, profissionalmente, na atividade da pesca?

Para Carmen Rial, o espaço da mulher na pesca consiste numa dessas conquistas feministas numa atividade laboral extremamente significativa, por se constituir num trabalho, numa luta que se extrapola as fronteiras camadas médias da população urbana. As narrativas de mulheres como Nair, Neuza e de todas as pescadoras que participaram do Seminário no Ministério da Pesca e Aquicultura em Brasília, mostram que essa luta do feminista se ampliou para outros espaços, incluindo também outros atores sociais.

No Seminário no Ministério da Pesca e Aquicultura¹ promovido em Brasília, as pescadoras dialogaram de igual para igual com representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura. O conhecimento da legislação possibilitou o empoderamento que não se traduz apenas no acesso aos barcos, mais do que pescadoras, elas exercem sua cidadania, especialmente na luta pelos direitos laborais.

A segunda parte desta coletânea, socializa textos apresentados no Simpósio 27, Desafios Atuais dos Feminismos sobre gênero, trabalho, educação e comunidades tradicionais (pescadoras/es, quilombolas, indígenas, agricultoras/es familiares), realizado no Fazendo Gênero 10, setembro de 2013, na UFSC.

O Simpósio contou com o diálogo entre pesquisadoras/es da temática Gênero e Pesca Artesanal, entre elas Edna Ferreira Alencar (UFPA); Ligia Albuquerque de Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, Elenise Scherer (UFAM), Sara Moreira Soares (UFAM), Antonia Mara Raposo Diogenes (UFAM); Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE), Claudia Maria de Lima(UFRPE); Gilmar Furtado

¹ I Seminário Institucional do projeto X, realizado em maio de 2012, com a presença de 7 Universidades (UFSC, UFRPE, UNILA, UFBA, UFPB, UFAM, UNB), pescadoras de 5 estados que representavam 3 regiões do Brasil, representantes do MPA e de instituições Públicas, entre elas: CNPq, Secretaria da Mulher, SEPIR, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, MDA.

(UFAL/UFCE); Tatiana Walter (UFRGS); Fernanda de Magalhães Trindade e Maria Simone Vione Schwengber (Universidade noroeste do Estado do Rio Grande do Sul); Luceni Hellebrandt (UFSC, Simone Frigo (UFSC) e Eline Almeida Santos(UFSE), entre outras preciosas colaborações que serão publicadas futuramente.

Edna Ferreira Alencar, em “Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas”, tece algumas considerações sobre a participação das mulheres pescadoras que residem nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, estado do Amazonas, em projetos de manejo de recursos pesqueiros, e o papel que ocupam na cadeia produtiva da pesca manejada e na conservação da biodiversidade. Destaca as atividades que as mulheres realizam, as dificuldades e desafios enfrentados, e a maneira como a questão de gênero tem sido abordada no sentido de promover o manejo participativo com equidade de gênero.

Elenise Faria Sherer, Sara Moreira Soares, Antonia Mara Raposo Diógenes, em “O Lugar da Pesca de Camarão em Parintins: as Camaroeiras e o Seguro Defeso”, debate sobre o espaço da mulher na pesca, descrevendo a condição de vulnerabilidade social em que se encontram as camaroeiras residentes em Brasília e Catispera, duas comunidades de área de várzea, pertencentes ao município de Parintins, Estado do Amazonas

Sara Moreira Soares e Elenise Faria Sherer, em Pescadoras Ribeirinhas: Reconhecimento, Visibilidade e *Panema* na Pesca Artesanal no Amazonas, abordam a questão do reconhecimento e visibilidade das mulheres na pesca a partir da pesquisa realizada com as pescadoras da comunidade cristo rei no município do careiro da várzea – amazonas. as práticas cotidianas observadas no trabalho de campo e os relatos nas entrevistas evidenciam que as pescadoras da comunidade cristo rei vêm aos poucos rompendo com a invisibilidade na pesca, ainda que a crença na *panema* seja forte na atividade pesqueira, universo descrito eminentemente como masculino.

Eline Almeida Santos, Renata Maria de Almeida Sampaio, Rosemeri Melo e Souza debate sobre “O Mito do Trabalho Invisível e Estratégias de Sobrevivência das Pescadoras em Nossa Senhora do Socorro-Se”, as autoras abordam a configuração do espaço da pesca a partir das relações de gênero estabelecidas no cotidiano de pescadoras/es do povoado Taçooca de Fora-Nossa Senhora do Socorro/SE e destacam as estratégias elaboradas pelas mulheres para a manutenção da atividade pesqueira.



Prefácio

NESTA OBRA colectiva, Pesca, Turismo e Meio Ambiente, os/as autores/as falam sobre o devir de populações de pescadores, sobre as profundas transformações legislativas, sociais e económicas, ambientais e políticas, ocorridas na pesca artesanal, em lugares como a Praia de Pitangui, as comunidades de Brasília e Catispera, Santa Catarina, no Parque Marinho Luiz Saldanha na costa de Sesimbra, Portugal, na Bacia do Rio Bermejo na costa atlântica Argentina, em São Miguel do Gostoso do Rio Grande do Norte, nas Reservas de de Mamirauá e de Amanã na região do Médio Solimões, em Parintins.

Escrutinam o papel e o estatuto das mulheres nestas comunidades da borda de água. Falam num *corpo sobrecarregado* pelo esforço horas a fio na água, por longas caminhadas, acidentes, infecções, doenças, que se torna um espaço a escutar e analisar. Nele leem-se o estilo de vida e as condições de trabalho, por vezes em classificações sutis, como a que é feita entre as que “mais ajudam mesmo” e as que se envolvem essencialmente na fase pós-captura, em acções de para o conservar, transportar para o mercado e comercializá-lo; ou, por efeito dos ambientes em que as mãos trabalham, através da ausência de impressões digitais.

Examinam ainda a vida construída em ciclos de aprendizagem, as implicações do matrimónio e da maternidade, o acompanhamento e educação dos filhos, a lida da casa e o exercício da profissão.

O lugar e o território são também abordados. Neles inscrevem-se as novas migrações que levam os jovens para a grande indústria da costa, ou as antiga deslocações, das famílias da comunidade de Encantadas e do “mar de dentro” para a Praia do Miguel e para o “mar de fora” na Ilha do Mel, onde acamparão por dois meses para o “lanço da tainha”. Ou ainda as alterações que acontecem ao seu usufruto, com o roçado, a criação de animais domésticos, as actividades exclusivamente dedicadas à subsistência, que dão a vez a novos relacionamentos com o mar, ao desenvolvimento das práticas turísticas e à presença crescente dos processos de capitalização da economia, bem como das intervenções do Estado.

Registram, e trazem ao debate, alguns novos comportamentos, a emergência de regimes produtivos de tipo capitalista, e o aumento da relevân-

cia da esfera da economia sobre a do simbólico, especialmente por via do desenvolvimento das práticas turísticas, do financiamento às pescas e de iniciativas empresariais.

Destacamos dois exemplos. Na costa Atlântica da Argentina, no litoral de Buenos Aires, nasceu, estimulado pela indústria turística – de modo talvez inesperado, pois o contexto fisiográfico e social é pouco propício à pequena pesca – um tipo de pesca e pesca-turismo feito em embarcações semirígidas. Os escalões etários mais jovens vão deslocando os seus interesses para escolhas profissionais e para actividades que consideram mais atraentes, seja localmente no sector turístico, seja migrando para as áreas costeiras, como assalariados na grande pesca. A escola, o ensino formal – que sem estar no lado oposto da aprendizagem em exercício, gera potencialidades que conflituam com tradições e permanências – tem contribuído para a inovação em artes e métodos de captura, mas por ela passa igualmente o reconhecimento de alternativas de vida e de profissão que coloca a relação dos jovens com as pescarias num patamar de ambiguidade.

Com um notável valor de conjunto, esta coletânea, dirigida por Maria do Rosário Leitão, estabelece relações dialéticas entre aspectos fundamentais da história das pescas artesanais nas últimas décadas: intensificação dos procedimentos de captura e o risco ambiental e económico que daí decorre (uma rutura ambiental impacta fortemente nos equilíbrios, nas rendas e no bem estar das populações), anseio dos profissionais (focando-se os autores sobretudo nas questões de género) para que sejam reconhecidas e legisladas as actividades e, em consequência, tenham acesso aos direitos / benefícios do trabalho (ou, como lemos num dos textos, *tenham direitos a ter direitos*), e o diálogo entre instâncias governamentais, associações e comunidades, para que a implementação de medidas respeitem as heranças culturais e a percepção da realidade de pescadores e pescadoras. O Parque Marinho Luiz Saldanha em Sesimbra, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mami-rauá (RDSM), e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, fornecem-nos aqui exemplos de estratégias antagónicas.

As antropologias do desenvolvimento, cognitiva, médica, cultural, económica, simbólica, política, do espaço, encontrarão aqui matéria de ins-

piração e estudo, conteúdos para uma renovação temática das pesquisas etnográficas e antropológicas.

Luís Martins, IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional
Universidade Nova de Lisboa



CAPÍTULO I

Políticas públicas, pesca e cidadania em tres regiões do Brasil.

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

Introdução

AO INICIARMOS a pesquisa “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura”, no âmbito do Convênio 078/2009 do Ministério da Pesca e Aquicultura, fomos surpreendidos com as narrativas sobre o cotidiano das pescadoras no que se refere ao trabalho, a saúde e à alimentação das pescadoras artesanais de cinco estados brasileiros, envolvendo três regiões do país: no Norte, o Pará; no Sul, Santa Catarina e no Nordeste Pernambuco, Ceará e Paraíba.

A nossa profissão nos proporciona alegria que vem do nosso trabalho, mas em compensação nós enfrentamos muita dificuldade, porque nós não temos como comercializar direto com o consumidor. Nós vendemos a um frigorífero aqui em Icapuí, que é do Sr. (...), ele compra, mas não paga um

² Texto publicado na Revista

preço justo, assim nós trabalhamos, trabalhamos demais para conseguir pouco dinheiro nesta profissão. Linduína/58anos/Ceará

No momento só colete marisco (pedra, sururu, ostra) e caranguejo, vindo aos atravessadores 1 kg por R\$ 8.00 e aos veranistas 1 kg por R\$ 10.00. Para catar o marisco ou vou andando ou de barco, é perigoso quando o vento é muito forte, o barco pode afundar e corro risco de morte porque não sei nadar. Josineide/36anos/Paraíba

Tem Colônia de Pescadores que não aceita a mulher, a pescadora continua discriminada. Também tem mulheres que não sabem os seus direitos e deveres como pescadora ou trabalhadora em regime de economia familiar. Eu lembro a todas que nós temos direito a tirar carteira, o Registro Geral da Pesca - RGP. Joana Mousinho/54anos/Pernambuco

Sou viúva, pesco no mar, conserto redes e barcos, trabalho como um homem dou até nó de guia³, fui presidente de Colônia de pescadores, durante seis meses. Nair/60 anos/Santa Catarina

No processo de escolha das localidades conhecíamos dados quantitativos relacionados aos números indicativos da distribuição nacional de pescado por estado, que em 2008 apontam Santa Catarina como o maior produtor, seguido pelo Pará. No que diz respeito aos dados do Registro Geral da Pesca (RGP) até 31/12/2009, a Região Nordeste apresenta o maior número de pescadores do país, representando 46,3% do total, seguido pela Região Norte com 31,9%. Juntas essas regiões respondem por 78,3% do universo de pescadores profissionais do Brasil.

A definição do recorte espacial da pesquisa também foi ancorada nos dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura no Brasil 2008 – 2009, cujos dados indicam que existem no Pará 167.494 pescadores, sendo 102.558 homens (61,2%) e 64.936 mulheres (38,8%); em Pernambuco 14.452 pescadores, 8.713 homens (60,3%) e 5.739 mulheres (39,7%); no Ceará 30.184 pescadores, dos quais 24.161 homens (80%) e 6.023 mulheres (20%); na Paraíba 19.543 pescadores, 14.077 homens (72%) e 5.466 mulheres (28%); em Santa Catarina 38.934 pescadores, 25.245 homens (64,8%) e 13.689 mulheres (35,2%).

Os dados quantitativos foram fundamentais na definição do recorte

metodológico deste diagnóstico, pois a partir deles nos debruçamos sobre esta realidade para assim alcançar por meio de entrevistas, fotografias e depoimentos informações que ultrapassam os dados numéricos, com a intenção de dar voz e visibilidade a estas mulheres pescadoras. Elas são oriundas de localidades como Baía do Sol, Mosqueiro, Curuçá, Icapuí, Fortim, Acaú, Itacuruba, Santa Maria da Boa Vista, Jatobá, Ibimirim, Itapissuma, Governador Celso Ramos, Brasília Teimosa, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Igarassú.

Estes relatos são contundentes e apresentam questões semelhantes apesar das especificidades das regiões. Nestas cinco citações são abordadas questões cruciais relacionadas ao cotidiano destas mulheres, com destaque para: discriminação ou invisibilidade da mulher na cadeia produtiva da pesca; o desconhecimento de muitas pescadoras sobre o acesso aos seus direitos sociais na pesca artesanal, a dificuldade de acesso aos espaços de poder dentro das Colônias e Associações de pescadores/as; os riscos e dificuldades de acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); a presença do atravessador e a necessidade de um comércio justo.

Este texto busca visibilizar o discurso por elas construído sobre seu cotidiano na pesca artesanal, suas lutas e deslocamentos no âmbito econômico, cultural, social e político.

O conjunto das respostas possibilita escrever diversos artigos sobre os temas abordados, notadamente trabalho, saúde e alimentação. A pesquisa realizou as reuniões dos grupos focais em cinco estados do Brasil: Pernambuco, Santa Catarina, Pará, Ceará e Paraíba durante os anos de 2010 e 2011. Aqui, o recorte privilegiou a divisão sexual do trabalho na pesca artesanal.

1- A trajetória da pesquisa

A construção dos instrumentos metodológicos se concentrou numa proposta participativa em que se valorizou a troca de saberes, considerando as diferenças culturais entre sujeitos na pesquisa. Assim foi priorizado o diálogo, a comunicação na intenção de minimizar lacunas e/ou distorções nos resultados oriundos da coleta de dados.

O diálogo desenvolvido na realização dos grupos focais, foi fundamentado no conceito de mediação/moderação estabelecido nesta prática e que se refere a “condução de processo de discussão” com a participação ativa de

³ Nó difícil de desatar.

todos os integrantes do grupo na construção final do produto. A mediação é importante porque pode fomentar criatividade e colaboração para um resultado de efeito expressivo. (COLETTE, 2010, p.14).

Ciente da existência de algumas críticas que se faz a utilização de metodologia participativa considerou-se necessário realizar um breve resgate sobre a trajetória de uso e legitimação de métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais. Afinal o que se busca na escolha do método e na aplicação de seus instrumentos é possivelmente a denominada verdade científica, que legitima os modelos e as territorialidades de sujeitos e objetos na pesquisa. O debate crítico sobre verdade científica é muito bem explicitado por Foucault quando afirma que: “pode sempre acontecer que se diga o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não se está no verdadeiro sem que se obedeça às regras de uma ‘polícia’ discursiva que temos de reativar em cada um dos seus discursos”. (FOUCAULT, 2005, p.10). O discurso científico priorizou durante séculos a neutralidade e o distanciamento entre os sujeitos, pesquisador/a e pesquisados/as, no processo de investigação, concordamos com uma formação discursiva que aproxima os sujeitos no processo de produção do conhecimento.

Nesta perspectiva, na qual se relaciona saber e poder na escolha e legitimação metodológica concordamos com Raquel Stela de Sá (2011) que debate a partir de Foucault questões relacionadas à produção do conhecimento: “um conhecimento que é uma ordem do resultado, do acontecimento, do efeito que pode ser colocado sob o signo do conhecer. Ele (Foucault) explica que por trás de todo o saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder”. (SÁ, 2011, p.02)

Ao considerar os diferentes tipos de saberes, optou-se por instrumentos de metodologia participativa, ao priorizar a atuação efetiva das pescadoras num processo de troca de saberes, conhecimentos e experiências que foram valorizados num processo que envolveu discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vivências cotidianas na pesca artesanal. Foi considerada a importância de um roteiro, previamente construído, para estimular o diálogo e com a intencionalidade de fomentar a criatividade e a colaboração dos atores sociais envolvidos.

O processo de elaboração do instrumental para coleta de dados, nesta pesquisa, foi desenvolvido em diversas fases nas quais foram elaboradas técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outras atividades, que objetivaram, por meio de fantasias, diagnosticar situações reais.

A primeira fase de elaboração dos instrumentos metodológicos consistiu em diálogo e em trocas de saberes entre a equipe que iniciou o projeto. Ao final deste processo foi escolhida as referências que deram suporte à trajetória metodológica.

A segunda fase de elaboração da metodologia a ser aplicada nos grupos focais consistiu numa reunião em Brasília durante os dias 6, 7 e 8 de maio de 2010, com docentes das Universidades Federais de: Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Pará, membros do Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Política para Mulheres. Na ocasião, o grupo foi dividido em subgrupos com o objetivo de refletir sobre temas, questões e estratégias metodológicas relacionadas às atividades das pescadoras. Uma primeira decisão foi o recorte que priorizou: pesca, saúde e alimentação no cotidiano das trabalhadoras, na cadeia produtiva da pesca artesanal. Em seguida, ainda em subgrupos, foram construídas perguntas sobre as três categorias: pesca, saúde e alimentação. O resultado gerou as proposições metodológicas que foram aprofundadas e socializadas entre o grupo, por meio virtual, durante um mês após a realização do evento.

A preparação para a coleta de dados, contou com a realização de sete reuniões, durante um período de dois meses, cujo objetivo consistiu num processo de apropriação dos pressupostos metodológicos a serem vivenciados nos grupos focais.

Posteriormente, em julho de 2010, foi realizada em Pernambuco a reunião dos grupos focais para realização do diagnóstico elaborada pelo grupo de pesquisa. Este evento ocorreu num hotel, durante três dias e contou com a presença de 16 pescadoras.

Na elaboração do roteiro e realização dos grupos focais, foram considerados três aspectos centrais que deram sustentação ao processo dialogado: o tema, o grupo e a comunicação.

- 1) Sobre a definição do tema nas duas experiências acima referenciadas, se organizou o roteiro e se socializou com o grupo de trabalho, buscando-se meios que tornasse atrativo e acessível às pescadoras a discussão das questões que subsidiaram o diagnóstico sobre gênero e trabalho de mulheres na pesca artesanal em cinco estados do Brasil. A coleta de dados realizada em dinâmica de grupos focais, foi desenvolvida em atividades que possibilitaram conhecer as relações de trabalho, as condições de saúde laboral e a influência cultural da alimentação.

2) Quanto à coleta de dados em grupos focais é importante ressaltar que a literatura destaca a necessidade de “planejamento à condução das atividades: a composição do grupo, a dinâmica das relações entre seus integrantes, o nível de “governabilidade” para tomar decisões relativas aos temas trabalhados” COLETTE (2010, p.15). No processo de desenvolvimento da pesquisa com metodologia participativa, considerou-se nos cinco estados brasileiros a existência de grupos anteriormente construídos, articulados por lideranças locais; houve a tentativa de nivelamento das expectativas das participantes, da construção do clima de confiança entre elas e principalmente a realização de dinâmicas para mediação de conflitos. No que refere à comunicação, uma das estratégias foi realizar a pesquisa com grupos anteriormente organizados, utilizar meios que tornasse atrativo e acessível à discussão das questões, fomentar no/a moderador/a e no grupo o “saber ouvir até o fim, fazer colocações claras e objetivas e em linguagem acessível, acertar se está sendo compreendido” (COLETTE, 2010, p.16).

Realizado cada evento nos cinco estados, os dados sistematizados e as fitas transcritas, foram escritos os relatórios de cada grupo focal. A partir dos relatórios foi elaborado, principalmente para o público que envolve as pescadoras e as instituições públicas, o livro *Gênero e Pesca Artesanal*. O lançamento aconteceu em maio de 2012, no evento de finalização do projeto, no auditório do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA⁴, em Brasília, com a presença de 9 pescadoras⁵, a equipe realizadora do mesmo e representantes de instituições públicas⁶.

⁴ Ministério da Pesca e Aquicultura: Átila Maia da Rocha – Ministro em exercício na ocasião do evento; Luiz Sabanay; Sergio Mattos e Madileide Marcia da Silva.

⁵ Ana Lúcia Félix Freire e Joana Rodrigues Mousinho de Pernambuco; Ana Maria Paes Feitosa e Simone Castro Rodrigues, do Pará; Esmeralda Soares da Silva e Rivanda Alves Simões, do Ceará; Nair Maria Cabral Manc e Neusa Maria Cabral Krech, de Santa Catarina; Natércia Mignac da Silva representando a Paraíba.

⁶ Ângela Souza – UNILA; Carmen Rial – UFSC; Claudia Lima – UFRPE; Elenise Scherer – UFAM; Eunice Lea Moraes – SEPIR; Glauca Fraccaro – SPM; Ivan Pereira – UPE; Julia Torres Colares – Ministério do Trabalho; Juliana Leitão – UFPE; Liza UEMA – MDA; Márcia Aguiar – Secretaria da Mulher Pernambuco; Márcia Leporace – SPM; Maria Nagy – Ministério da Saúde; Mariomar Teixeira – CNPq; Nazarett Pimentel – Secretaria da Mulher/Serra/

Momento importante ao aproximar os sujeitos, pescadoras artesanais e setor público, no debate sobre as demandas das pescadoras ao governo. Esta etapa do projeto buscou contribuir no diálogo para a construção de políticas públicas para a pesca artesanal.

2. Gênero e Trabalho na Pesca Artesanal

Importante ressaltar que o tempo é utilizado diferentemente por mulheres e homens. Cavalcanti et al (2010) no artigo “A PESQUISA PILOTO DE USO DO TEMPO DO IBGE 2009/2010”, apresentado no Fazendo Gênero 9, afirma que:

A forma como as pessoas organizam e distribuem seu tempo afeta o bem-estar econômico e social e tem impactos sobre sua família e a comunidade onde vivem [...]. Este tipo de pesquisa capta informações sobre as diferentes atividades que os indivíduos realizam ao longo de um determinado período, em geral 24 horas. Com isso, forma um retrato do cotidiano das pessoas, abrangendo todo o leque das atividades humanas.

As autoras destacam ainda que no que se refere a questão de gênero, as pesquisas de uso do tempo são particularmente importantes, pois as atividades a que homens e mulheres se dedicam refletem os papéis sociais e as desigualdades de condições e oportunidades entre os sexos.

Dados obtidos nesta pesquisa sistematizaram as seguintes informações sobre o uso do tempo para as pescadoras:

No entanto, foi observado diferença no Pará, onde algumas mulheres pescam o camarão à noite e comercializam ao amanhecer. Nas outras localidades do Nordeste e de Santa Catarina, predominou a rotina diária acima explicitada. Estes dados evidenciam a denominada “divisão sexual do trabalho”, observando-se que as atividades domésticas são realizadas pelas mulheres.

ES; Norma Meireles – UFPA; Paula Regina Gomes da Silva Marinho – Faturpe; Rejane Léa Ramos Gomes – Coordenadora de polo EAD/CE; Rosário Andrade – UFRPE; Solange Silva – Socióloga – Prefeitura Recife; Thais Dias Gomes – Mestre UFBA

Linduína/58anos/Ceará relata “eu me levanto de manhã, me levanto cedo, quatro e meia, quatro e quarenta, organizo minhas coisas, eu deixo o meu feijão ou o meu arroz feito, e vou para a maré”.

Ainda se apresentaram diferenças na rotina entre as mulheres que convivem com um companheiro e as que estão sozinhas. Algumas pescadoras realizam as atividades de:

Cuidar do barco;

Processar o pescado - descascar camarão e marisco, filetar e limpar e o peixe e os vários beneficiamentos de produtos da pesca;

Confecção ou reparo de rede;

Colaborar no cultivo dos mariscos.

Ao sistematizarmos estes dados, percebe-se a naturalização da representação social do feminino nas ações relacionadas ao cuidado na rotina das mulheres e a invisibilidade de suas atividades profissionais na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Naturalização e invisibilidade da mulher no plano profissional na pesca artesanal, inclusive nos movimentos sociais da categoria, tema que pode ser aprofundado em Manesch, Alencar e Nascimento (1995, p. 82) quando destacam a importância de “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas”.

As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca, considerando que elas geralmente aprenderam a arte de pescar com suas mães e, geralmente são elas que transmitem o conhecimento e a familiaridade com a atividade pesqueira às novas gerações, na medida em que necessitam levá-los muitas vezes as suas atividades laborais, na ausência de creches nestas comunidades. (MANESCHY et al, 1995, p.86).

3. Diagnóstico da Pesca.

As pescadoras apontam a coleta do marisco como sua principal atividade. Em algumas localidades elas pescam, coletam e ou cultivam. Na pesquisa consideramos a pesca a ação de capturar animais aquáticos; a coleta se refere à atividade extrativista relacionada a mariscos e algas; cultivo é o trabalho de produção de organismos aquáticos, por exemplo: peixes, mo-

luscus, crustráceos, algas. Algumas diferenças localizadas são: no Ceará elas também coletam e cultivam algas. Em Santa Catarina, no Ceará e no Pará realizam cultivo de ostras.

Marileide/36anos/Ceará afirma que “*eu trabalho lá na colônia junto com a presidente, e cultivo ostras, lá com outras mulheres do Pontal como a maior parte do Fortim, a gente esta no Pontal e cada uma tem um grupo, e nós formamos seis grupos no cultivo de ostra, cada grupo tem sua mesa*”.

No que se refere à comercialização indicaram formas diversificadas, entre elas se destacam a venda intermediada pelo atravessador, que consiste no formato mais generalizado relatado em toda pesquisa; diretamente ao consumidor final, uma pequena parcela do pescado ou marisco comercializado, em todos os cinco Estados. A forma do peixe ou marisco ser comercializado pode ser cru ou beneficiado (cozido, temperado).

Uma pescadora de Santa Catarina afirmou que “chegou do mar é com a gente”, o que demonstra que as atividades desenvolvidas pelas mulheres na cadeia produtiva da pesca não podem ser resumidas a coletar e pescar, mas deve ser considerado o que define a LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

No que se refere ao aspecto econômico, a informação geral é que a renda é baixa, sendo difícil conseguir o equivalente a um salário mínimo mensal nas regiões Norte e Nordeste. Poucas são as que recebem um salário fixo, com exceção das pescadoras de Santa Catarina que trabalham em cooperativa, as aposentadas ou pensionistas de todas as localidades pesquisadas. A pesca é descrita como uma atividade sazonal, com forte variação entre verão e inverno, tanto na coleta como na comercialização. Os problemas ambientais advindos da urbanização, da industrialização, geralmente diminuem a quantidade e qualidade do pescado.

Quanto ao acesso às áreas da pesca – existem relatos de perigos, às vezes é necessário fazer acordo com fazendeiros na Paraíba para poder pescar, muitas vezes a dificuldade é a distância para chegar ao mar e algumas afirmaram ser necessário levar um homem para remar. No Pará houve vários relatos de mulheres que citaram a pirataria no mar como a principal dificuldade encontrada por pescadoras e pescadores.

Ao serem indagadas sobre as dificuldades por elas vivenciadas na sua atividade de trabalho, relataram principalmente que:

1. Muitas não possuem canoa, também faltam recursos para a manutenção das redes, embarcações, barcos e falta de isca para pesca;

2. Afirmam que pescar todo o tempo dentro d'água em contato com água-viva (animais aquáticos), bactérias, peixes e outros objetos correntes é muito perigoso. Algumas sofreram acidentes com peixes, por exemplo: aniquim, ostras e tocos da madeira no mangue;
3. No Nordeste, durante o inverno a renda cai por causa da escassez do produto e também dos consumidores;
4. A condição subalterna das mulheres, na maioria das Colônias de Pescadores/as e seu baixo poder de atuação nas decisões;
5. A violência em algumas localidades, as pescadoras denunciam que necessitam dividir o espaço da pescaria com usuários de droga.

Os dados acima mencionados demonstram o caráter precário da atividade da pesca artesanal para as mulheres, ainda mais se considerarmos que a atividade laboral para elas é fragmentada entre outras tantas atividades. Sobre este tema Sorj (2010, p.5) destaca, “os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado”.

No que se refere aos direitos sociais, Linduína/58anos/Ceará chama atenção para a importância dos movimentos sociais, no processo de reivindicações, ao relatar que:

“eu pesco desde..., eu posso dizer que desde que nasci, porque minha mãe era marisqueira pescadora também, e o tempo foi avançando e foi modernizando, porque no tempo de minha mãe nem carteira de pescador ela nunca teve, e graças a Deus hoje com a evolução, com nosso trabalho, comunitário, a gente foi se juntando porque a gente tem que fazer parceria e trabalhar com outras pessoas pra ficar conhecendo os nossos direitos e deveres.”

Considerações finais

Os seus relatos explicitam a sua dependência às atividades domésticas e de cuidado, por exemplo:

– As tarefas domésticas são realizadas, na maioria das vezes pelas mulheres. Algumas comentaram que o marido ajuda, mas sempre necessita ser

solicitado, incentivado. Na maioria das vezes, elas acordam antes de todos e os chamam para o café.

– Assim, além do trabalho profissional de pescar, elas ainda realizam a maioria das tarefas: levar filho ao médico, cuidar da casa, suprir as atividades de lazer (quando existe), fazer as atividades domésticas e o ajustar receitas e despesas no orçamento doméstico.

– Muitas apontam que o marido não colabora nas atividades domésticas, mas acordam cedo para trabalhar. Outras informam que alguns homens gostam de cozinhar, e se precisar, se solicitado colaboram.

– Uma questão que apareceu em quase todas as falas refere-se à dupla jornada de trabalho, trabalham nas atividades da pesca e são responsáveis pelas tarefas domésticas, mesmo quando convivem com alguém (marido, filhos, netos) que colaboram.

– Esta situação mostra a dificuldade das mulheres, principalmente com filhos pequenos, de participarem de associações, cooperativas, movimentos sociais e até mesmo de lutarem por espaço nas Colônias de Pescadores/as. Porque, além de ir ao mar, rio ou mangue elas ainda debulham, cozinham e descascam o marisco durante toda a semana. Mesmo assim, várias pescadoras atuam em trabalhos comunitários na igreja, nos clubes de mães, nas associações de moradores etc.

As pescadoras afirmam que o trabalho próximo de suas casas, no rio, mangue, processando o pescado, permite realizar as tarefas domésticas e acompanhar os filhos. Situação existente mesmo quando os companheiros são pescadores e/ou maricultores.

– Quanto aos filhos e filhas, netos e netas, algumas delas possuem filhos/as que também são pescadores/as e maricultores/as, mas também apontaram diversas outras profissões.

– Muitas afirmam que esperam que seus filhos/as, netos/as não trabalhem na pesca. Para elas a pesca é muito triste e a vida de pescador/a é sofrida, a pesca “está ruim”, sendo “humilhante” para o pescador/a, receber salários cada vez mais baixos.

– Existe o sonho da atividade de carteira assinada, visualizada geralmente em outras profissões.

A dinâmica “A árvore dos desejos” indica conjuntamente com algumas falas, vários exemplos e situações por elas vivenciadas na pesca artesanal. Nesta dinâmica, elas destacam as principais questões relacionadas ao trabalho das mulheres na pesca artesanal:

1. Falta de documentação: carteira de identidade, PIS, CPF, título de eleitor;
2. Falta de informações;
3. Cartilha sobre doenças ocupacionais das marisqueiras, para médicos e peritos do INSS;
4. Alternativa de renda, para as pescadoras do Nordeste, nos meses das chuvas, período de março a agosto;
5. Dificuldade de comercialização no período do inverno (chuvas);
6. A maioria não sabe nadar, o que aumenta o risco de acidentes;
7. Acesso a equipamentos de proteção individual e coletiva;
8. Acesso a kits específicos de primeiros socorros;
9. Valorização da atividade profissional das pescadoras;
10. Necessidade de proteger as mãos porque perdem as impressões digitais na realização das atividades;
11. Falta ordenamento na atividade (Educação Ambiental);
12. Crédito para beneficiamento.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Lorena. 2000. Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectiva de género en zonas marino-costeras /Lorena Aguilar, Itzá Castañeda.--1a. ed.-- San José, C.R. : UICN : ABSOLUTO, 2000.

ANANIAS, Patrus. 2010. Sobre o dever de mudar a realidade: o papel do Estado na promoção de políticas sociais em um modelo de desenvolvimento integral. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, pp. 315 – 332.

ANNAND, Harjit Singh. 2010. Capital Social como uma alavanca para acelerar o crescimento econômico durante o colapso econômico. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, pp. 171 – 214.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. 2008. A Dimensão do Enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos. In: BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa Mulher e Ciência. 3ª Edição* 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, Brasília – DF, pp. 19 – 36.

COLETTE, Maria Madalena. Moderação. 2010. In: BROSE, Markus (Org.): *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos* – 2. Ed. – Porto Alegre: Tomo Editorial.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; Paulo, Maira Andrade e Hany, Fatmato Ez-zahrá Schabib. 2010. A PESQUISA PILOTO DE USO DO TEMPO DO IBGE 2009/2010. In Fazendo Gênero 9, UFSC, 2010. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGE-APesquisaPilotodeUsodoTempo-doIBGE2009-2010.pdf. Acesso em 05/01/2012.

FOUCAULT, Michel. 2005. A ordem do discurso. 14ª Edição. SP, Loyola.

LEITAO, Mª do Rosário de Fátima Andrade, LEITÃO, Ivan Pereira e GOMES, Cícera Mª dos Santos. 2011. Produção Do Conhecimento e Transferência de Renda: Um Levantamento Bibliográfico da Produção Acadêmica Sobre O Programa Bolsa Família. Recife, EDUFPE..

LOMBERDI, Rosa Maria. 2010. A Persistência das Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife:

SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp 33 - 56.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna e NASCIMENTO, Ivete Herculano. 1995. Pescadoras em busca de cidadania. In A MULHER EXISTE? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia/ organizado por Maria Luzia Miranda Álvares, Maria Ângela D’Incao. Belém, GEPEM, pp. 81 – 96.

MANESCK, M.C.; MIRANDA ALVES, M. L. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Disponível em: http://coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1. Acesso em: 27/04/2011.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. Traduzido por Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo. Cortez; Brasília: Unesco. 2004.

_____. *O Método 4*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina. 2002.

MOSCOVICI, S. 2009. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. 2007. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (org). Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18. Acesso em 09/12/2011.

SÁ, Raquel Stela de. A arqueologia: como os saberes aparecem e se transformam. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/floesco/foucault/art11.pdf>. Acesso em: 02/05/ 2011.

SCOTT, J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 15(2): 5-22.

SILVA, José Graziano da. 2004. Segurança Alimentar: uma construção comunitária. In Fome zero- textos fundamentais/ Frei Beto (org). Rio de Janeiro: Garamond, pp. 13 – 20.

SORJ, Bila. 2010. Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.

VIEIRA, Ana. 2009. Sistemas de informação e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, pp. 363 – 382.



Políticas locais de pesca: O caso do Parque Marinho Luiz Saldanha/Portugal⁷

Cibele Dias da Silveira

1. Introdução

Políticas públicas: uma reflexão sobre o conceito

ESTE ARTIGO tem como finalidade apontar a inviabilidade da instalação de áreas de preservação sem o conhecimento prévio das comunidades locais, que reconhecem essas áreas como zonas de pesca.

O Parque Marinho Luiz Saldanha, em Portugal, é parte integrante do Parque Nacional da Arrábida (Decreto-Lei n° 622/76 de 28 de Junho). O Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida – POPNA – (Resolução do Conselho de Ministros n° 141/2005 de 23 de Agosto) é aquele que regula as atividades desenvolvidas nas diferentes zonas do parque, incluindo a área marinha no que concerne à defesa e conservação natural dos recursos pesqueiros. Para tanto, diversas restrições foram impostas à atividade pesqueira

⁷ Artigo baseado na dissertação de Mestrado da autora, defendida em maio de 2009, pela Universidade Nova de Lisboa – Portugal.

artesanal, afetando comunidades de pescadores da região, em particular a de Sesimbra.

No contexto do Estado moderno, no que tange às discussões sobre políticas públicas, observa-se que não há uma definição única para este termo. Elas estão intimamente ligadas ao processo decisório, mas podem ser analisadas de forma substancialmente diferente de acordo com as várias escolas de pensamento. Nesta lógica, é indispensável o reconhecimento do valor dessas diversas abordagens teóricas, a considerar o conteúdo do debate, bem como a sua existência e natureza. Isso não indica que uma concepção seja mais válida que outra. Por outro lado, o entendimento do estudo e da aplicação das políticas públicas ou políticas sociais, como as denominou Höfling (2001:30)⁸, tem sofrido grandes transformações. Elas são moldadas em conformidade com o desenvolvimento e a adaptação das realidades sociais, culturais e históricas de cada nação.

Devido a essa pluralidade de conceitos criados em torno de um mesmo termo, dever-se-á definir sobre que perspectivas das políticas públicas se debruçarão as reflexões propostas pela investigação (OZGA, 2000). Neste artigo optei por tecer ideias a partir de uma concepção de política pública voltada para o envolvimento da sociedade nas decisões governamentais. Assim, destaca-se a importância de admitir a influência de outras áreas de conhecimento que possam contribuir para o debate sobre o papel do Estado, este representado como o agente responsável pela formulação e avaliação das políticas implementadas em determinado contexto social.

O estudo das políticas públicas como disciplina acadêmica e área de conhecimento teve início nos EUA, na década de 30 do século XX, sendo adotado como subárea das ciências políticas (SOUZA, 2006). A partir desse momento, ao contrário dos trabalhos até então realizados na Europa, começa-se a questionar o resultado das ações governamentais, sem utilizar precisamente as bases teóricas sobre o Estado. Pois antes da análise das políticas públicas ser reconhecida como uma subárea da ciência política, os estudos recaíam no seu processo de formação, ou seja, no papel do Estado e do governo, este como principal gerador das políticas públicas (SOUZA, 2006).

A aplicação dessas investigações serviu como instrumento das resolu-

ções da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia, um sistema organizacional político fundado no predomínio de técnicos, como forma de enfrentar as suas consequências:

O trabalho de grupos de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos, entre outros, influenciados pela teoria dos Jogos de Neuman⁹, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos expande-se depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social. (SOUZA, 2006:22)

O Estado e o Governo estão integrados no sistema decisório que define as políticas públicas. No entendimento de Souza (2006), as políticas públicas refletem um dos principais resultados da ação do Estado. A sua elaboração se constitui num estágio no qual os governos democráticos traduzem os seus propósitos e plataformas eleitorais, em programas e ações que pretendem produzir resultados ou mudanças concretas na sociedade. Entretanto, esta abordagem não se abrevia à implementação de serviços. Ela reúne projetos de natureza ética e política que compreendem diversos níveis na relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Para Souza (2006), isso implica responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e aplicação de políticas que atendam às demandas e necessidades sociais do povo, bem como à sua legitimidade para produzir esses efeitos.

Em um governo democrático, essa legitimidade depende do apoio que lhe é atribuído pela sociedade civil. Esta é entendida como uma classe socialmente organizada, e que goza de poder de influência no processo de tomada das decisões políticas. Conforme as características do governo, este possuirá capacidade para estabelecer uma hegemonia ideológica sobre o resto da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1995). Ao mesmo tempo, a sociedade civil pode e deve exercer um controle sobre os governantes, baseado em valores cívicos, embora não substitua o Estado na assunção das suas responsabilidades:

⁸ Höfling (2001:30) entende como Políticas Públicas ou Políticas Sociais, as questões relacionadas com previdência, educação, saúde, habitação, saneamento, entre outros.

⁹ John Von Neumann (1903-1957), matemático húngaro.

Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte. (...) O Estado é uma estrutura organizacional e política, fruto de um contrato político que garante legitimidade ao governo. (BRESSER-PEREIRA 1995: 99)

É necessária a mediação do governo para que seja garantida a igualdade política, ampliada à esfera social. Assim, a democracia participativa é entendida como essa tomada de decisões em conjunto, entre o Estado e aqueles que a elas estejam sujeitos. (GIDDENS, 2007:426).

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete conflitos de interesses e acordos nas esferas de poder, que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Para Ozga, “política é algo sobre a qual se discute, que não se oferece em lápides de pedra às populações que se mostram receptivas e gratas por isso, indo muito além das ações de governo” (OZGA, 2000:19).

Trata-se mais de um processo do que de um produto, que envolve negociações, contestações ou mesmo lutas entre diferentes grupos. Nas sociedades contemporâneas, que se constituem em estados-nação, o direito à cidadania é constituído com um direito fundamental. Como refere Benevides, “na teoria constitucional moderna, cidadania corresponde ao vínculo jurídico do cidadão com o Estado, sendo-lhe conferidos direitos e deveres fixados por uma estrutura legal que lhe outorga, ainda, a nacionalidade” (BENEVIDES, 1994:7). No entanto, cidadania tem um conteúdo muito mais amplo. Ela traduz a “voz” da sociedade que procura direitos políticos, sociais e civis. Neste contexto, cidadania significa a participação ativa dos indivíduos, que conquistam uma consolidação social e política. O indivíduo percebe a importância dos fenômenos políticos e sociais, procurando conhecê-los e discuti-los, revelando uma vontade de intervenção social para que faça prevalecer os interesses da população em relação às decisões do Estado:

As políticas públicas como responsabilidade do Estado envolvem conflitos de interesse entre classes sociais e agências externas. Nesse processo, é marcante o papel dos vários movimentos sociais na busca da garantia dos direitos civis, políticos e sociais. (STEPHANOU, 2005:133).

Apesar de os governantes estarem expostos às variadas negociações, quando se trata da execução das ações políticas, a maneira como o Estado

se relaciona com os demais atores institucionais pode mudar a forma de implementação e manutenção dessas políticas: “as leis e as políticas públicas são sempre o resultado da condensação do poder das classes ou frações de classes” (BRESSER-PEREIRA 1995:99). O envolvimento dos órgãos públicos com os diferentes estratos da sociedade, bem como diversificados órgãos, determina os desdobramentos e os resultados da intervenção estatal. Desta forma, os mecanismos de participação social influenciam e contribuem para a democratização política, abrindo novas perspectivas de âmbito público. Estes mecanismos não devem, no entanto, tomar o lugar do Estado, mas sim efetivar o seu poder assumindo uma posição de fiscal, através da organização e pressão sociais, além de investir no papel do senso crítico na escolha dos seus representantes.

2. Políticas locais de pesca: O caso do Parque Marinho Luiz Saldanha

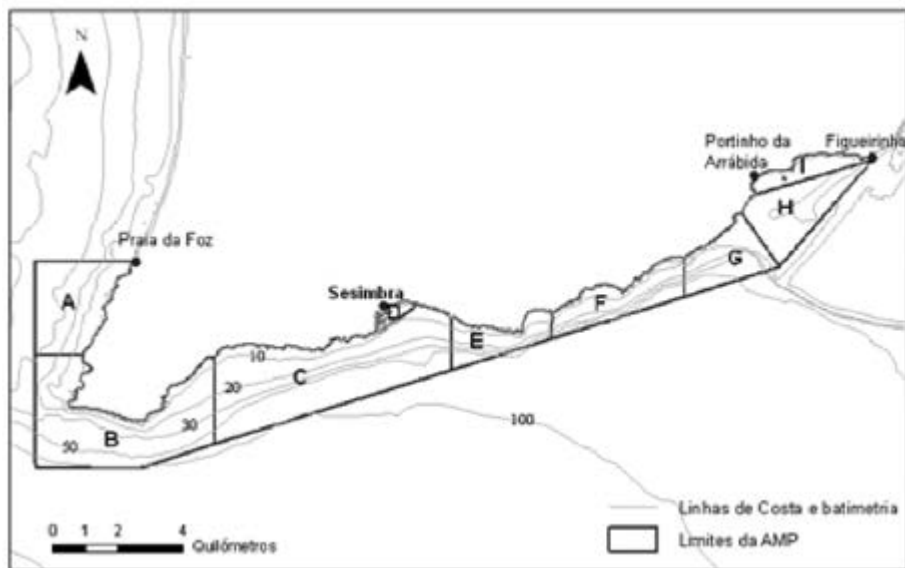
O caso do Parque Marinho Luiz Saldanha, localizado em Portugal, nos oferece um panorama sobre o conflito gerado por uma gestão centralizada das zonas costeiras, que não se efetiva frente as necessidades das comunidades locais.

Esta área de preservação, regida pelo Decreto Regulamentar. N.º 23/98, de 14 de Outubro, é parte integrante do Parque Nacional da Arrábida, em Portugal (Decreto-Lei n.º 622/76 de 28 de Junho. O Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida – POPNA - (Resolução do Conselho de ministros n.º 141/2005 de 23 de Agosto) é o que regula as atividades que podem ser desenvolvidas nas diferentes zonas do parque, incluindo a área marinha. Assim, este plano tem como objetivo a defesa e conservação natural dos recursos pesqueiros. O parque marinho é gerido pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)¹⁰, e possui cerca de 5.300 hectares de área, que se estende ao longo de 38 quilômetros de costa rochosa, localizados entre a praia da Figueirinha, na saída do estuário do Sado e a praia da Foz, sita a norte do Cabo Espichel. O limite da Área Marinha atinge uma distância de cerca de 2 milhas da costa, frente a esta praia. A área protegida é formada por 8 sub-áreas sujeitas a 3 tipos

¹⁰ Artigo 4º DR 23/98.

níveis de proteção: total, parcial e complementar, conforme é possível visualizar na figura 1:

Figura 1: Zoneamento do Parque Marinho Luiz Saldanha



Localização da Área Marinha do Parque Natural da Arrábida. Classificação das sub-áreas de proteção: A, C e H – Zonas de proteção complementar (um total de 28 km² - 50% da área do parque - onde as embarcações poderão operar segundo a lei geral); B, E, G e I – Zonas de proteção parcial (com um total de 21 km² - 40% do parque - onde irá haver restrições à pesca com armadilhas e linhas, que se devem afastar 200 metros da costa, e as redes serão interditas); D – Zona do porto de Sesimbra; F – Zona de proteção total (atinge 4 km² - 10% da área do Parque - onde não virá a ser permitida qualquer pesca; Fonte: CABRAL, H., et al, 2008

As áreas de proteção total e parcial visam a conservação da biodiversidade e a valorização dos recursos naturais e paisagísticos, enquanto as áreas de proteção complementar visam a compatibilização da conservação dos valores naturais com a intervenção humana (ICN - Avaliação da proposta de Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, 2004), conforme podemos visualizar no quadro 1 abaixo,

Quadro 1 – Níveis de proteção

Níveis de Proteção	Valores	Valores
Áreas de Proteção Total (Artigo 42°)	Sistemas e valores naturais de reconhecido interesse, incluindo formações geológicas, paisagísticas e ecológicas, com elevado grau de naturalidade e de sensibilidade	- Garantir a manutenção dos valores e processos naturais em estado tendencialmente imperturbável; - Preservar exemplos ecológicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo
Áreas de Proteção Parcial (Artigo 44°)	Valores naturais e paisagísticos cuja importância do ponto de vista da conservação da natureza se assumem no seu conjunto como relevantes e excepcionais e apresentam uma sensibilidade elevada ou moderada.	- Conservar os valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a conservação da biodiversidade; - Contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos.
Áreas de Proteção Complementar (Artigo 46°)	Áreas de enquadramento, transição ou amortecimento de impactos, necessárias à proteção dos outros níveis de proteção, bem como a preservação de habitats e a promoção do desenvolvimento sustentável das populações.	- Integrar espaços onde deverão ser compatibilizados os valores naturais e paisagísticos com intervenção humana; - Implementar medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento socioeconómico local; - Valorizar a manutenção e compatibilização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza piscatória, com os valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar.

Fonte: ICN – Avaliação da proposta de Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, 2004.

O parque abrange cerca de 1000 espécies, entre animais e plantas marinhas, muitas delas em risco de extinção. Como reserva protegida o PMLS – Parque Marinho Luiz Saldanha, tem como objetivo preservar o ambiente

haliêutico e as suas espécies, atuando como um meio para a reprodução da fauna e da flora que estejam em risco de degradação. Ao visar a limitação de efeitos contínuos nessas áreas protegidas, promove a manutenção dos valores naturais da região. Dessa maneira, após as espécies acolhidas e protegidas atingirem um determinado estágio que seu nível reprodutivo não esteja comprometido, essas espécies são liberadas novamente para a pesca.

Com esta finalidade, diversos limites foram impostos à atividade piscatória, atingindo diretamente a comunidade de pescadores de Sesimbra. Estas restrições, conforme o POPNA - Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida, devem ser aplicadas de forma alternada entre 2006 e 2009, introduzindo-se novas regras no dia 23 de Agosto de cada ano. Segundo o artigo 46º, nº 1, al. a) do referido Plano, a frota que tem licença para navegar nas proximidades do parque é no seguinte formato:

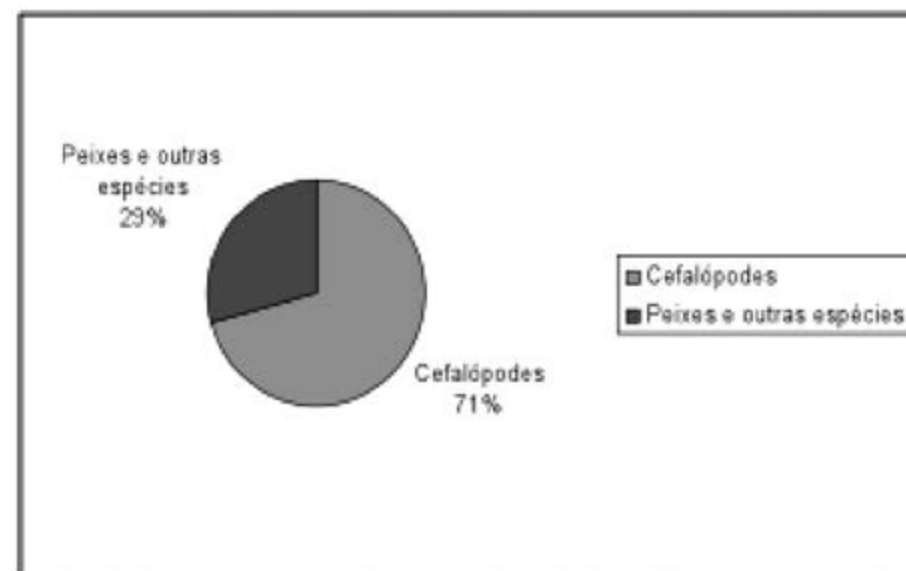
É exclusivamente constituída por embarcações com comprimento fora a fora não superior a sete metros, correspondendo àquelas que muito dificilmente poderiam ir além dos limites do Parque Marinho. As embarcações de pesca local devem estar registadas na Delegação Marítima de Sesimbra, licenciadas no ano 2004 para o exercício da pesca e com actividade comprovada nos últimos doze meses” (POPNA, 2004).

No primeiro ano de aplicação do plano do PMLS, as frotas que atingiam até sete metros de comprimento não sofreram quaisquer alterações decorrentes do zoneamento do parque. Por outro lado, a 23 de Agosto do ano seguinte, entraram em vigor as primeiras restrições previstas, quais sejam:

a) Na metade nascente da área de Proteção Total (cerca de 0.5 km² e 2,5 Km de linha de costa) é restringida a pesca com covos (armadilhas) e toneiras (linhas) a uma distância superior a 200 metros da linha da costa.

Os pescadores artesanais de Sesimbra, com embarcações até 7 metros têm, na sua maioria, os moluscos como espécies-alvo. Estes são apanhados através dos covos, toneiras e piteiras. Ao considerar as capturas totais da pescaria em estudo, verifica-se que o grupo dos cefalópodes é o mais capturado, seguindo-se os peixes e outras espécies. Dos 31 entrevistados, 22 utilizam covos e 9 empregam outras artes para a pesca.

Gráfico 1: Espécies Capturadas



Fonte: Entrevistas em campo realizadas entre Junho e Setembro de 2008

Segundos dados do INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal, no total da pesca descarregada no Porto de Sesimbra em 2007, das 14.970 toneladas, os moluscos representam 1002 toneladas, cerca de 6,6% da totalidade do pescado descarregado no Porto (INE, 2008). Leva-se em consideração, que o porto de abrigo de Sesimbra abrange a descarga de outros portos, como o da Doca de Lisboa, Costa da Caparica, Trafaria, Fonte da Telha, Barreiro, Montijo, Seixal e Alcochete.

Todavia, segundo Cabral, *et al* (2008), comparativamente às diferenças entre capturas efetuadas a distâncias inferiores ou superiores a 200 m da costa, registra-se um maior número de espécies nas capturas das zonas mais afastadas. Isso significa, na opinião dos pescadores, uma ameaça à pesca com aquelas artes. Para além da diversidade de animais à distância superior a sete metros, os animais menores são capturados sobretudo mais perto da costa, sendo o peso médio por indivíduo capturado a menos de 200 m da linha de costa muito próximo de 750g, ou seja, abaixo do peso permitido

por lei¹¹. Nas zonas mais afastadas o peso médio por indivíduo é, em geral, superior a 1200g (CABRAL, H., et al, 2008).

b) Na área de Proteção Parcial entre o Portinho da Arrábida e a Figueirinha (cerca de 1.8 km²), não será praticada qualquer pesca. Como dito em parágrafos anteriores, o regime transitório prolonga-se até 2009 e irá permitir que as restrições entrem em vigor de forma faseada, conforme dados do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade:

Até 23 de Agosto de 2007:

(Área de proteção total a poente de Barbas de Cavallo e nas áreas de proteção parcial

exceto do Portinho da Arrábida)

- É permitida a pesca á linha e com armadilhas desde a linha da costa.
- É permitida a pesca com redes de emalhar a mais de ¼ de milha da costa.

Até 23 de Agosto de 2008:

(Área de proteção total a nascente de Barbas de Cavallo)

- É permitida a pesca com toneira e covos a mais de 200 metros da costa.

Até 23 de Agosto de 2009:

(Área de proteção total a poente das Barbas de Cavallo)

- É permitida a pesca com toneira e covos a mais de 200 metros da costa. Os objetivos do parque estão comprometidos em razão da discordância dos pescadores no que e refere às restrições impostas:

No caso da Área Marinha do PNA têm-se verificado fortes contestações desde a entrada em vigor do seu regulamento, nomeadamente por parte da comunidade piscatória e da pesca de recreio, cujas atividades são diretamente afetadas pela criação do parque marinho, o que pode indiciar

¹¹ Regulamento (CE) n° 850/98, do Conselho, de 30 de Março de 1998, e Portaria n°27/2001, de 15 de Janeiro.

dificuldades na implementação das medidas adoptadas. (CABRAL, H., et al., 2008).

Os pescadores estão habituados a recorrer às suas próprias experiências e conhecimento do mar, repassado através de gerações. Resistem em adaptar-se aos modelos de pesca impostos subitamente, haja vista que para eles o mar respeita um movimento, um ciclo natural, que fez com que a criação de artes da pesca tenha sido adaptada a cada espécie, o que inclui o local onde estas podem ser encontradas:

Mais do que ninguém, o pescador artesanal tem que ir a favor da maré, das situações naturais postas, buscando sintonizar seu processo de captura às condições ecológicas que se apresentam, ao forjar um sistema de parceria com as águas, ventos, as estrelas e as fases lunares (RAMALHO, 2006:168)

Dessa forma, a criação do Parque Marinho trouxe grandes impactos para esta comunidade, no sentido de imposição da territorialidade. As restrições além contribuírem para os problemas relacionados à reconversão das artes, dificultou também o desenvolver de sua atividade que está baseada na interação com natureza, e “ouvir” do mar.

Isso revela a necessidade de integrar o pescador nas tomadas de decisões relativas à pesca. O conhecimento desse profissional do mar pode, em muito, colaborar para a formulação de uma gestão sustentável no sector da pesca artesanal. Para Fournier & Castro Panizza (2003), estabelecer uma relação integrada entre o meio natural e a sociedade pode assegurar um melhor resultado, no que tange à instalação de áreas protegidas, pois além de proteger as espécies e os ecossistemas, essas zonas podem favorecer a economia local. Entretanto, caso não haja essa interação entre os projetos propostos e os grupos sociais diretamente envolvidos, como no caso dos pescadores de Sesimbra, o efeito pode ser contrário, alimentando a indignação desse grupo pela falta de informação, e o patente desinteresse por parte do Estado. No exercício de sua profissão, “nem o mar nem os pescadores artesanais são vistos como entes separados, criaturas que se opõem, dicotomicamente” (RAMALHO, 2006:147). Por isso, a consulta ao conhecimento dos pescadores na criação de projetos sejam ambientais, sejam sociais, resulta como uma ação essencial na construção de uma nova política de pesca participativa, que integre o poder público, os pescadores e a sociedade civil, e todos os interessados no desenvolvimento sustentável da atividade piscatória artesanal.

3. A realização da pesquisa

No momento inicial do trabalho de campo, foi determinante o conhecimento do terreno. Para tanto, foram realizadas diversas visitas a Sesimbra, as quais serviram para conhecer a povoação local. Muitas foram as conversas com moradores que descansavam na praça principal, que na prática serviram como um exercício essencial para as futuras entrevistas.

Desta forma, foi possível revelar que, na sua maioria, os nativos da região são filhos de pescadores, e têm muitas histórias a contar. Este foi o primeiro contato com os pescadores, através da memória dos que lembram os percalços da vida no mar.

O próximo passo de aproximação aos pescadores da Vila de Sesimbra foi entrar em contato com 2 membros da Câmara Municipal de Sesimbra, para pedir autorização para a realização da pesquisa. Assim, fui levada à Associação de Pescadores e Armadores da Região Centro-Sul, e apresentada a alguns pescadores que estavam a trabalhar nas proximidades, seguindo o modelo de Minayo¹² (2007. p.66).

O período de Julho a Setembro de 2008 foi utilizado para recolha de dados a respeito das embarcações e para a definição da amostragem da pesquisa. Tais informações foram fornecidas pela Associação de Pescadores, e pelo Ministério da Defesa Nacional Marinha – Delegação Marítima de Sesimbra.

A partir desse momento, iniciou-se a prática de observação como técnica de coleta de dados apontada por Gil (1999), como papel imprescindível no processo da pesquisa. Para maior conhecimento do trabalho dos pescadores no porto de abrigo, preferiu-se conjugar a observação simples com a observação participante (GIL, 1999). De acordo com as diversas reações do grupo a ser investigado, deu-se início a algumas conversas sobre pesca, até surgir o momento propício para a aplicação das entrevistas.

Os meses de Outubro e Dezembro foram estabelecidos para a realização das entrevistas diretas. Inicialmente, houve certa resistência por parte

dos pescadores em responderem às perguntas que seriam aplicadas. A justificação para tal atitude baseou-se pelo facto de “*muitos investigadores já passaram por aqui, e nunca resultou em nada. Não adianta mais*”. (Senhor Zé, 47 anos). Os protestos dos pescadores giram em torno da esperança de que os estudos possam modificar algo no sector da pesca artesanal, mas nada é efetivado nesse sentido, na opinião da comunidade piscatória.

Entretanto, com a persistência nas idas ao Porto de Abrigo, alguns pescadores tornaram-se mais amigáveis. Esses até mesmo ajudaram, explicando aos outros pescadores que as perguntas serviriam para um trabalho individual, e que nada tinha a ver com questionamentos produzidos para o banco de dados do Governo.

O universo da pesquisa conta com um total de 773 matriculados no Ministério da Defesa Nacional Marinha – Delegação Marítima de Sesimbra, os quais se dedicam ao trabalho com embarcações de pesca local/costeira. A amostragem foi realizada da seguinte forma:

- Deste universo de 773 pescadores, foi extraída uma amostra a qual se restringiu aos pescadores artesanais em atividade. Para tanto os critérios de delimitação desta amostra foram as seguintes:

- a) Que os entrevistados fossem associados na *Associação de Armadores e Pescadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul*;
- b) Que esses tivessem sua própria embarcação fossem utilizadores da pesca local e, por fim,
- c) Suas embarcações não deveriam ultrapassar os 7 metros de comprimento.

Todos esses critérios foram desenvolvidos para que se pudesse ter certeza que se tratava de pescadores artesanais. O total de pescadores que cumpriam as condições da amostragem foi de 63 pescadores em atividade, os quais 31 foram entrevistados, tendo em vista que nem sempre as idas a Sesimbra resultaram no encontro de todos os pescadores. A escolha por pescadores que estivessem inscritos na Associação de Armadores e Pescadores de Pesca Artesanal Local do Centro e Sul, deveu-se ao fato de esperar que os que procuram a Associação dispõem de certo conhecimento da importância da representatividade e coletividade na resolução de problemas relativos à pesca.

As entrevistas foram elaboradas numa combinação de perguntas fechadas e abertas, através das quais o entrevistado teve a possibilidade de discor-

¹² O princípio básico em relação à apresentação é que uma pessoa de confiança do entrevistado (líder da coletividade, pessoa conhecida e bem aceita) faça a mediação entre ele e o pesquisador. Seria muito arriscado entrar, sobretudo em comunidades de grupos conflituosos, sem antes saber o que o mediador representa: ele tanto pode abrir portas como fechar portas. (p.66)

rer sobre o tema dando a sua opinião, e na maioria das vezes reivindicando melhorias. Alguns dos interlocutores sentiram-se à vontade para fazer até mesmo sugestões do que poderia ser modificado a fim de ter o seu trabalho valorizado.

A aplicação dos questionários foi desenvolvida sempre que possível, quando os pescadores estavam em momentos de descontração, ou na arrumação das redes e armadilhas de pesca. Algumas vezes foi praticável a formação de grupos de 4 a 5 pescadores o que facilitou tanto a coleta de dados, como o entrosamento entre o entrevistador e os entrevistados. Desta forma, foi possível de certa forma, captar o pensamento coletivo da comunidade pesqueira, bem como a confiança na pesquisadora, auxiliando o estudo etnográfico.

As perguntas fechadas foram preenchidas pela entrevistadora, e as abertas foram gravadas em áudio para posterior transcrição, evitando erros de supressão de ideias emitidas pelos pescadores.

O inquérito foi dividido em 8 seções temáticas: identificação da pessoa inquirida, características técnicas da embarcação, artes de pesca utilizadas e suas características, caracterização das capturas, rotina de pesca, rendimento económico da atividade, conhecimento da legislação e fiscalização e, finalmente, uma seção de opinião sobre a Área Marinha do Parque Natural da Arrábida (AMPNA) e o respectivo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA). Para análise dos dados obtidos através das entrevistas, as perguntas fechadas foram elucidadas através da confecção de gráficos, na sua maioria compostos pela caracterização dos entrevistados; e as perguntas abertas foram examinadas por meio da transcrição das falas dos pescadores, sendo estas inseridas no corpo do texto do presente trabalho. As falas foram selecionadas a partir dos elementos que apareciam com maior frequência nas mesmas (LEME, 2006), de acordo com sua análise temática (BARDIN, 1988).

4. Descrição e interpretação dos resultados

Para que pudesse ser analisada a pesca artesanal em Sesimbra sob a perspectiva dos pescadores, nesta pesquisa foram aplicados questionários presenciais, em forma de entrevistas. Estas compreenderam os indicadores de caracterização, identificação da embarcação, idade, naturalidade, local de

residência e estado civil. Para, além disso, as perguntas foram divididas em duas partes. A primeira em perguntas fechadas, as quais abrangem questões relacionadas com a atividade pesqueira, instrumentos de trabalho, matérias socioeconômicas, bem como identificação dos maiores problemas enfrentados na atividade piscatória. A segunda parte foi formada por perguntas semi-estruturadas, focando temas sobre conhecimento de políticas relacionadas com a pesca e a relação dos pescadores com o ambiente marinho.

Dentre os entrevistados, a maioria tem idade acima dos 55 anos, totalizando 18 pescadores (58,06%), sendo que 12 pescadores (38,7%) têm 35-54 anos, e entre 16-34 anos há apenas 1 pescador (3,22%). Conforme a análise desses dados, a quantidade de pescadores na faixa etária de 16-34, considerada a faixa jovem, é muito reduzida em relação aos considerados mais velhos, conforme se pode observar no gráfico:

Gráfico 2: Faixa etária pescadores



Fonte: entrevistas realizadas entre Outubro e Dezembro de 2008.

A respeito do número reduzido de pescadores na fase jovem entre os 16-34 anos (3,22%), o representante dessa faixa disse que está no ramo da pesca pela dificuldade de ingressar no mercado de trabalho em outra área, preferindo trabalhar na pesca como o pai ou os irmãos, pois desta forma poderiam pelo menos auxiliá-lo, mesmo que esta seja a última opção de emprego. Como justificação de progresso profissional, afirmou que pôde comprar uma embarcação e, assim, ser dono de seu próprio “negócio”.

Os pescadores que se encontram na faixa etária dos 35-54 anos

(38,7%), seguiram a profissão porque no passado era uma atividade que “trazia lucro”, além de se sentirem identificados com a profissão, pois esta “é uma vila de pescadores, não podia ser diferente”. (Senhor António, 44 anos).

Os profissionais que compreendem o grupo etário de 55 ou mais (58,06%), dizem que são pescadores por estarem sempre por perto quando ainda eram crianças. Brincavam com as artes da pesca, e ajudavam no que podiam. Com o tempo, “o mar chamou” (Senhor José, 58 anos).

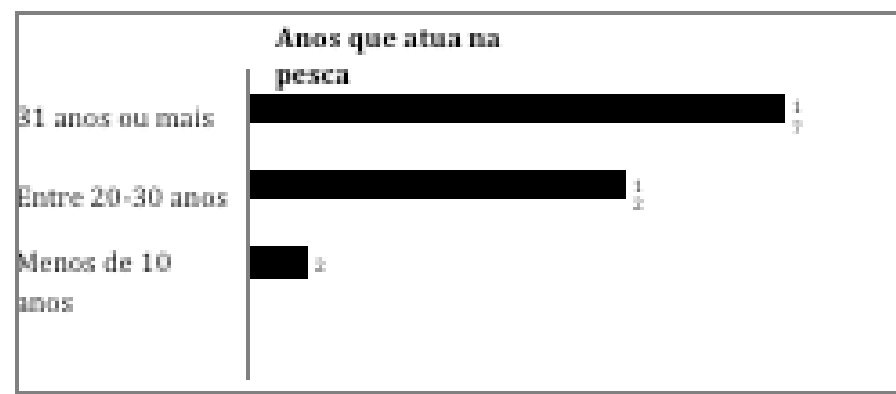
Como é possível observar, a ala jovem percebe as dificuldades do setor, e empregam seus esforços profissionais, em primeiro lugar, em outras áreas no mercado de trabalho, sendo a pesca a última alternativa. Enquanto os mais experientes, devido também à época em que iniciaram suas atividades, escolhem a profissão por se identificarem com ela.

Todavia é interessante notar um elemento comum: Depois da fixação nesta área profissional, os pescadores não parecem ter em perspectiva um redirecionamento a outro âmbito profissional, pois “a pesca é como um vício” (Senhor Jorge, 46 anos).

Haja vista o pequeno percentual de jovens no ramo pesqueiro foi verificado que os pais não desejam que os filhos sigam a mesma profissão. Os pais incentivam seus filhos, quando possível, a estudarem e irem, na maioria das vezes, para o mercado da indústria. O motivo que leva os pais a não estimularem seus filhos a serem pescadores, calca-se no facto de a pesca ser um trabalho com deficiente remuneração, além de ser muito arriscada no que diz respeito à integridade física desses trabalhadores.

Quando lhes foi perguntado sobre os anos em que atuam na atividade piscatória, 17 (54,83%) dos entrevistados exercem a profissão há mais de 31 anos. Estes pescadores, na sua maioria, encontram-se na faixa etária acima dos 55 anos (88,23%). Perfazendo o percentual de 11,77%, são os que pertencem à faixa etária dos 35-54 anos. Esta faixa etária, maioritariamente (83,33%), está a trabalhar na pesca há 21-30 anos. Apenas 2 pescadores, do total da amostra, estão na pesca entre 10 e 20 anos.

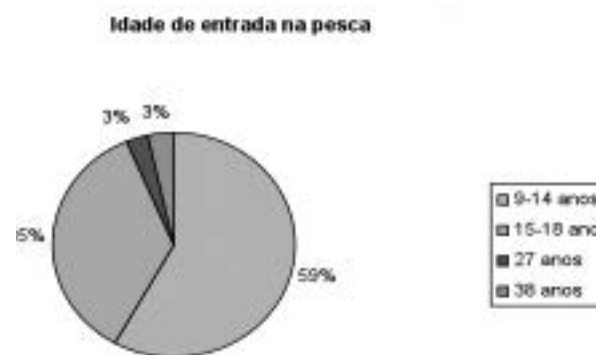
Gráfico 3: Anos que atua na pesca



Fonte: entrevistas realizadas entre Outubro e Dezembro de 2008

Em média a entrada para a profissão no mar iniciou cedo. Da amostragem total, A maior fatia, 59% (18 pescadores) começou a trabalhar na pesca a entre os 9 e 14 anos de idade, seguido por 35% (11 pescadores) entre a faixa etária dos 15 aos 18 anos, e sendo uma percentagem muito pequena de 3% (1 pescador) para a que entrada aos 27 e 38 anos de idade (1 pescador). Isso revela que o pescador de Sesimbra tem na pesca uma profissão para toda a vida, tendo em vista a pouca idade em que entraram para o sector pesqueiro, sendo que os mais velhos estão a mais tempo na pesca.

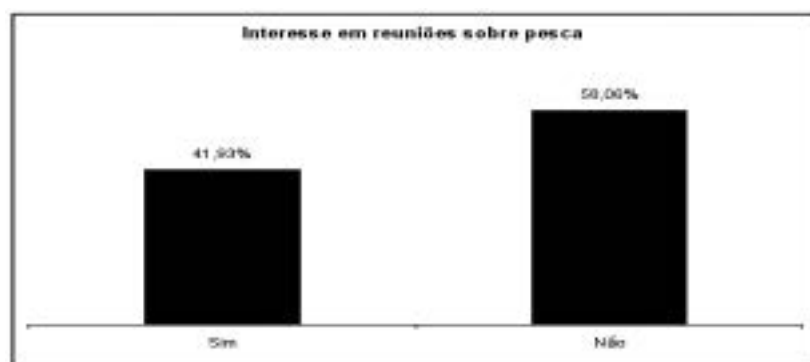
Gráfico 4: Idade início da atividade pesqueira



Fonte: entrevistas realizadas entre Outubro e Dezembro de 2008

Os pescadores entrevistados apresentam baixos níveis de escolaridade. Da amostragem, 6 (19,35%) não possuem escolaridade alguma, sendo a mesma percentagem para os têm o 1º ciclo incompleto e 10 (32,25%) para os que completaram o 1º ciclo. O 2º e 3º ciclo aparecem com uma percentagem de 22,58% (7 pescadores) e 6,45% (2 pescadores) respectivamente.

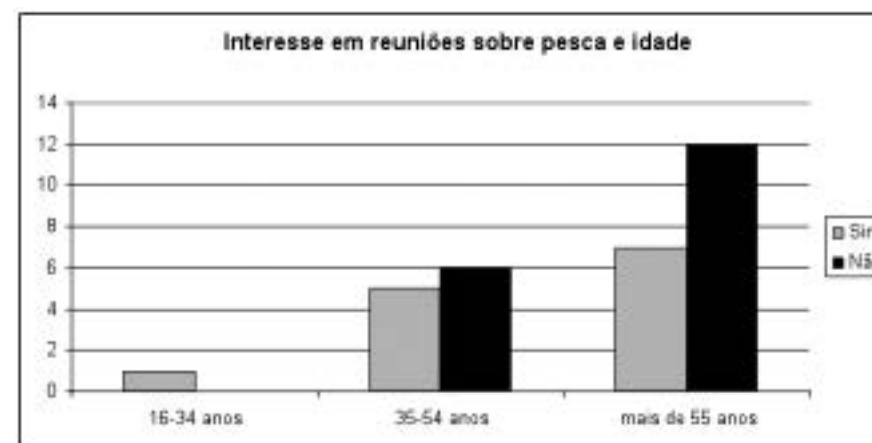
Gráfico 5: Interesse em reuniões para discutir questões sobre pesca



Fonte: entrevistas realizadas entre Outubro e Dezembro de 2008.

Em relação ao cruzamento entre idade e interesse nas reuniões verificou-se que o maior número de reprovação em presenciar encontros sobre assuntos pesqueiros está na faixa etária acima dos 55 anos. Contudo, deve-se levar em consideração, que na amostragem o maior grupo (58,06%) compreende essa idade. Isso demonstra que existe uma falta de estímulo por parte dos pescadores mais experientes, já que há tantos anos a atuar nessa atividade percebem as disparidades entre o ontem e o hoje: *“a pesca já não é mais como antigamente.”* (Senhor Fernando, 64 anos)

Gráfico 6: Interesse em reuniões sobre pesca e idade



Fonte: entrevistas realizadas entre Outubro e Dezembro de 2008

Esse desalento e falta de esperanças em relação à pesca deve-se, sobretudo, aos baixos rendimentos mensais. O salário mensal dos pescadores é atribuído através de contas ou quinhões. Ou seja, os salários dependem da produtividade da pesca, e é dividida entre os camaradas depois de o pescado ir à lota. Numa escala geral, os valores no fim do mês, atingem o mesmo nível de rentabilidade. Em média esses chegam o equivalente a 1 salário mínimo nacional, qual seja, € 450,00 (ou entre 80 e 90 contos). Os pescadores reformados vivem de suas reformas e algum acréscimo mensal por ajudarem na pesca, sendo observadores ou ajudantes no desenredo das redes e preparação dos instrumentos de pesca. As mulheres não participam da faina, e raramente pode-se encontrá-las no porto de abrigo. As esposas dos pescadores auxiliam na receita familiar com serviços domésticos, como limpezas de casas de outrem, ou mesmo com o trabalho em indústrias.

As perspectivas para o futuro da pesca para os pescadores entrevistados são negativas. Por unanimidade a resposta baseou-se no fim da pesca artesanal, sendo esta a última geração: *“a tendência é tudo isso acabar. Dos mais novos não se encontra mais ninguém da pesca. O próprio estado é que está a fazer isso”*. (Carlos, 40 anos). Os profissionais da pesca falam das dificuldades em ter de exercer a profissão com restrições no que se refere à mobilidade, diversificação das artes, e o alto custo de vida aliado aos seus

baixos salários, bem como o desinteresse pela faixa mais nova em dar continuidade ao ofício de seus antepassados.

Quanto à mobilidade, perante o que pode ser avaliado pelas entrevistas, seus problemas são focalizados à instalação do Parque Marinho Luiz Saldanha, que foi tratado no capítulo anterior. Para os profissionais da pesca o facto de impor restrições não resulta em melhorias para o sector artesanal. Embora essas embarcações, com comprimento de até 7 metros fora a fora, terem a permissão de pescar nas proximidades do parque, coibi-los de desempenhar o seu trabalho trata-se de um vilipêndio à essência da pesca: *“quero estar ali com a minha família, mas não posso. Eu que sou pescador e vivo aqui. Para lazer, outras pessoas podem estar. Põe abaixo os pequenos. Se quer colocar abaixo tudo isso, avisa e pague, e deixa só para o turismo”* (Senhor José, 56 anos). A partir dessa fala, pode-se ter claro que um dos fatores de indignação para com o parque deve-se à demarcação do mar, que para os pescadores simbolicamente é ilimitada. Estes profissionais têm intrinsecamente uma cultura de liberdade dentro do mar, e a imposição de restrições os afasta dessa relação de infinitude que eles têm com o mar.

A marcação e territorialidade marítima, para os pescadores, dependem do limite que lhes dita a natureza, e não os homens. Eles mesmos, através da incorporação com o mar e seus respectivos fluxos naturais, percebem a divisão ténue e inconstante que existe nele, para verificar onde estão os pontos com maior abundância de pescado, fazendo parte da cultura pesqueira:

“No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição.” (MALDONADO, 1994)

Dentro da comunidade de pescadores, esse conhecimento de território viabiliza as representações de cada um desses trabalhadores, de certa forma como uma hierarquia, tanto que essa responsabilidade fica a cargo do mestre: *“o mestre é aquele que vê onde é que estão os bancos, ele tem olho pro radar. Ele é que tem conhecimento para ver onde está o peixe. Ele manobra a embarcação. Poucos não são donos de barco”* (Senhor José, 64 anos).

No início do século XX, entre 1902 e 1912, através da Expedição Cambridge, realizou-se o primeiro estudo interdisciplinar de um grupo tradicional de pesca, o Estreito de Torres, que fica entre a Nova Guiné e a Costa

Nordeste da Austrália. (*apud* MALDONADO, 1994:105). Segundo o que consta nos relatórios dos antropólogos, estes ficaram impressionados com o conhecimento dos pescadores da região:

“Os nativos dedicam marcada atenção aos traços e acidentes geográficos, sendo capazes de fazer mapas e de representar geograficamente as características essenciais das ilhas de memória. Tais capacidades explicam sua náutica e suas condições de viver da pesca” (*apud* CORDELL, *apud* MALDONADO, 1994:106).

Esse saber do pescador, que é adquirido através da sua observação e experimentação, faz do mar, em Torres ou em qualquer outra cultura marítima do mundo, não uma propriedade do pescador, mas o seu meio de sobrevivência em que devem ser respeitados os limites tanto em recursos pesqueiros, como o ritmo das marés que particularmente o mestre sabe interpretar.

Diante desse contexto de território e marcação do mar, no que se refere à sublevação dos pescadores face o Parque Marinho Luiz Saldanha, deve-se principalmente, por este delimitar um espaço que os pescadores têm conhecimento profundo, e por contrapartida, não foram consultados no sentido de auxiliar na elaboração do projecto, causando imenso fervor na comunidade piscatória de Sesimbra.

Para os pescadores, o parque só prejudicou o trabalho deles, que já por natureza é carregado de obstáculos. Não podem ir além, mesmo que o mestre saiba que “ali” estão os peixes. Esta condição subestima a função do mestre:

“O parque para mim não trouxe benefício nenhum. Tá muito limitado. E onde eles deixam a gente pescar não tem peixe nenhum. Obriga-me a ir mais longe, onde não posso ir. E pelo meu conhecimento, derivado de anos, eu sei que lá onde querem que a gente pesque, não há peixe nenhum.” (Senhor António, 63 anos. Mestre e observador).

Esta questão da mobilidade, também está intrinsecamente relacionada ao manejo das artes da pesca. As artes igualmente são distribuídas perante a situação do mar e que espécie possa ser apanhada com as determinadas previsões marítimas. A captura do polvo, por exemplo, é mais proveitosa em regiões mais afastadas, não tão próximas à praia, pois se corre o risco de apanhar o animal ainda na fase juvenil. (CABRAL, H., et al., 2008). O facto

de impelir o redirecionamento das artes por força das restrições do parque move a frustrações dos pescadores da mesma forma que as demarcações marítimas.

“Eles acham que se limitam a pesca de um lado, a gente pode se defender, porque temos muitas artes. Mas não tem peixe nem pra isso. Lá no parque tem peixe de toda qualidade, mas não podemos pescar”. (Senhor José, 56 anos).

Apesar da suposta flexibilização nas artes, como na pesca polivalente, os pescadores não estão dispostos a substituírem suas artes, pois são instrumentos tradicionais, simbólicos que só a natureza vai poder dizer quando elas devem ou não ser manejadas. Além disso, quando se impede que uma arte seja utilizada, muitos pescadores acabam por usar a mesma, criando conflito na própria comunidade piscatória:

“Para mim o que tinha que mudar na pesca eram as regras para se trabalhar. E cada embarcação com um número “x” de artes. Porque usam muitos covos. Quando a gente chega lá, tem tantos que não dá nem para contar”

Segundo essa fala, pode-se considerar também que diminuir o ritmo da pesca é menos desastroso que podá-la por completo, ou em etapas. Porquanto que, atenuar a intensidade da pescaria não atinge o seu conhecimento de marcação marítima. O pescador continua interagindo com o mar, e auferindo suas respostas de qual lugar é mais promissora a pesca.

Diante dos resultados obtidos através das entrevistas, pode-se observar que a pesca artesanal em Sesimbra passa por dificuldades sociais relacionadas aos baixos salários, falta de expectativas, e desânimo frente aos obstáculos referentes às restrições impostas, além do desinteresse por parte dos jovens. As políticas de pesca parecem muito distantes da realidade que vive Sesimbra, onde a interação com o poder público é inexistente. Em Sesimbra, percebeu-se essa falta de integração entre o Estado e a sociedade. Políticas foram desenvolvidas em um modelo unilateral. O seja, deliberadas pelo poder público sem consulta popular, o que obviamente traz conflitos e ineficácia social, como pudemos verificar com a implantação do Parque Marinho Luiz Saldanha. Tal como abordado neste artigo, o desenvolvimento de mecanismos que estimulem a cidadania é o primeiro passo para que os pescadores de Sesimbra se fortaleçam. Através da intervenção do poder

público para a manutenção da pesca, seria possível detectar os anseios da comunidade, aliando seus conhecimentos do mar a ambos os interesses, sejam sociais ou ambientais.

REFERÊNCIAS

- BAIRD, I.G. 2006 (In Press). Local ecological knowledge and small-scale freshwater fisheries management in the Mekong River in southern Laos. In: Haggan, N., B. Neis and I.G. Baird (Eds.), Fishers knowledge in fisheries science and management, UNESCO, Paris, France
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita.(1994) Cidadania e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Faces da Democracia. N° 33.. SP: Cedec:5-37
- Brandão, Raul (1980). *Os Pescadores*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1980.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1995). Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. Lua Nova. Revista e Cultura e Política, n° 36: 85-104.
- Cabral, H., M. Batista, F. Baeta, A. Alves & M. J. Costa, (2008). Avaliação do impacto das condicionantes na Área Marinha do Parque Natural da Arrábida à actividade da pesca comercial e lúdica, à náutica de recreio e ao mergulho. Relatório final. Instituto de Oceanografia, FCUL, Lisboa, 242
- Cascudo, L. C. (2002) Jangada, uma pesquisa etnográfica. 2ª edição. Global editora e distribuidora: São Paulo.
- Castello, J. P. (2007). Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível? Pan-American Journal of Aquatic Sciences 2(1): 47-52.
- Chorão, M. J. M. B.. Org.(2001). Forais de Sesimbra: Memórias de um concelho. Câmara Municipal de Sesimbra.
- Comunidade Europeias (2004). Código Europeu de Boas Práticas para uma pesca sustentável e responsável. http://ec.europa.eu/fisheries/publications/code_pt.pdf
- Cruz, M. A. (1966), Pesca e pescadores em Sesimbra. Fundação Calouste Gulbenkan. Lisboa.

Easton, D. (1965). *A Framework for Political Analysis*. Prentice Hall: Englewood Cliffs.

Evans-Pritchard, E.E. (1972) *Antropologia Social*. Coleção Perspectivas do Homem. Edições 70. Lisboa

Fournier, J., Castro Panizza, A. Contribuições das Áreas Marinhas Protegidas para a Conservação e a gestão do Ambiente Marinho. R. RA'E GA, Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, n. 7, p. 55-62, 2003. Editora UFPR

GAPR, 2007. Pesca em Sesimbra um sector. Outubro. Gabinete de Apoio à Pesca e Ruralidade.

Giddens, Anthony. (2007). *Sociologia*. 5ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

____ (2002). *O mundo na era da globalização*. 4ª edição. Editorial Presença: Lisboa.

Gil, António Carlos. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo.

Höfling, Eloisa de Mattos (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Jan. 2009. doi: 10.1590/S0101-32622001000300003

Instituto de Conservação da Natureza – ICN – (2004) *Avaliação da proposta de plano de ordenamento do parque natural da arrábida- vol. II - componente parque marinho luiz saldanha*. Lisboa.

Lapa, A. (1954). *Sesimbra a Piscosa*. Separata do Boletim de Pesca. Nº45. Casa dos Pescadores de Sesimbra. Lisboa.

Maldonado, S. C. (1994). *Mestre e mares. Espaço e indivisões na pesca marítima*. 2ª Edição. Ed. Annablume: São Paulo.

____ (2000). *A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples*. In: Diegues, António Carlos (org). *A imagem das águas*. Editora Hucitec. São Paulo.

Mauss, M. (1993). *Manual de etnografia*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

Minayo, M. C. (org). (2007). *Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade*. Coleção Temas Sociais. 26ª Edição. Ed. Vozes:RJ

Mourão, F. A. A. (2003). *Os pescadores do litoral sul de São Paulo. Um estudo da sociologia diferencial*. Ed. HUCITEC NUPAUB/CEC: São Paulo.

Ozga, Jenny. (2000). *Investigação sobre políticas educacionais. Terreno de constestações*. Porto Editora: Porto.

Plano Estratégico Nacional de Pescas – PEN PESCA 2007-2013. Ministério do Desenvolvimento Regional e das Pescas – Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Ramalho, C.W. (2006). *Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. Ceres – Centro de estudos rurais IFCH – UNICAMP. Ed. Polis: São Paulo. .

Ramos, M. J. (1982). *Santiago de Sesimbra. Trabalho de monografia em Antropologia*. Iscte. Lisboa.

Roué, M. *Novas perspectivas em Etnoecologia “Saberes Tradicionais” e Gestão de Recursos*. in *Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Organizador Antonio Carlos Diegues. São Paulo. NUPAUB-USP, 2000

Silva, L. G. (2001) *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre os agentes do mar. (sécs XVII ao XIX)*. (Coleção Textos do Tempo). Papirus: Campinas. São Paulo.

Simões, V. C. (1998), *O processo de Globalização: implicações para Portugal*. In: *Globalização de documentos de suporte ao parecer “Globalização - Implicações para o Desenvolvimento Sustentável”*. Conselho Económico e Social: Lisboa. pp. 5-32.

Souto, H. (1991). *A pesca artesanal em Portugal no novo contexto comunitário: o caso Peniche*. Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

____ (1998). *Comunidade de pesca artesanal na costa portuguesa: estudo geográfico*. Dissertação de doutorado Universidade Nova de Lisboa: Lisboa

____ (2007). *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX*. Academia de Marinha: Lisboa.

Souza, Fernando de (2006). *A democracia, face política da globalização?* Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 49, n. 1, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292006000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 maio. 2009. doi: 10.1590/S0034-73292006000100001.

Stephanou, Michelle C. (2005). *Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil*. In: *Revista de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estado, sociedade e políticas públicas*. Civitas nº 5 Vol. I / Jan-Jun. Porto Alegre.: 127-160.

wise, M. (1994). *The common fisheries policy of the european community*. Methuen. London and New York.



Prácticas socio ambientales en la organización
de nuevos pescadores embarcados en el litoral
Bonaerense Argentino.
Una perspectiva (in)comparada.

Dr. Matias Godio¹³
Lic. Gustavo D. Ballejo¹⁴

ESTE ARTÍCULO analiza la articulación entre las prácticas de negociación medioambiental y las representaciones culturales asociadas al trabajo, el mercado y al Estado entre *nuevos pescadores embarcados* (no industrial) de tres localidades de la costa atlántica bonaerense de Argentina. Sirviendo-se de una perspectiva comparada a la luz de las investigaciones realizadas en este mismo campo durante los últimos años en el litoral sur de Brasil, el artículo establece puentes interpretativos y comparativos sobre los modos de vida, saberes, formas de organización social y de producción de estos nuevos trabajadores de la pesca en un contexto de desarrollo urbano y conflicto medioambiental.

¹³ Sociólogo e Doutor em Antropologia Social (UFSC). Investigador e professor da Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) na Argentina. Integrante do Núcleo de Antropologia Visual e do Grupo de Antropologia Urbana e Marítima (NAVI-GAUM-UFSC) no Brasil. Diretor do projeto de pesquisa “Micro-políticas de la identidad: tecnologías, medio-ambiente y mercado en la pesca artesanal del litoral de Argentina y Brasil” (UNTREF).

¹⁴ Licenciado em Ciências Sociais (UFSC) e Pós-graduando em “Comunicación y Cultura” (UBA). Integrante do projeto de pesquisa “Micro-políticas de la identidad: tecnologías, medio-ambiente y mercado en la pesca artesanal del litoral de Argentina y Brasil” (UNTREF).

La pesca caracterizada por barcos de pequeño porte y por el uso de redes y otras herramientas especializadas en la captura de las especies marinas no ha sido un tema frecuente de estudio en la Argentina. Es evidente para cualquier observador de este campo que haya recorrido su litoral atlántico que la *pesca embarcada no industrial* ha tenido un desarrollo poco significativo. En realidad, esta actividad se ha limitado históricamente a barcos con motores fuera de borda de entre 5 y 6 metros cuyo desarrollo más sistemático e integrado puede encontrarse en el río Paraná inferior o en la cuenca del Río Bermejo (AGÜERO, 1992; SEGURA & DELFINO, 1989).

En efecto, podemos asociar este escaso desarrollo de la pesca no industrial en el litoral a por lo menos tres elementos socio-geográficos de la Argentina: una baja densidad de población en las áreas no urbanas; dificultades físicas para el embarque-desembarque de los barcos de pequeño porte debido a una geografía caracterizada por grandes playas oceánicas; y por último, una economía agraria, que, aún dirigida a la exportación de alimentos, domina el consumo de proteínas a nivel interno destinando su excedente a un mercado relativamente pequeño. En consecuencia, la producción pesquera se ha concentrado en los grandes puertos, definiendo un perfil industrial dominado por un modelo de organización de capital-trabajo.

Sin embargo, tal como ocurrió con la expansión de estudios sobre pesca y medio-ambiente en el Brasil durante la década del '70, en la Argentina, los aspectos relacionados con la producción y el consumo de recursos naturales derivados de la pesca no industrial, han adquirido visibilidad en el contexto de crisis de sustentabilidad ambiental de la industria pesquera. Es cierto que el hecho de que la gran mayoría de estas embarcaciones no se localicen en puertos hace muy difícil obtener datos estadísticos sobre su participación en la producción pesquera total del país. Aún así, en informes recientes, la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura reconoce el crecimiento de las modalidades de “pesca artesanal” en regiones oceánicas destinada al consumo regional e inclusive para la exportación desde de la década de 1990 hasta el presente¹⁵.

Este artículo es el resultado de la investigación etnográfica realizada con estos “nuevos pescadores” embarcados entre los años 2010 y 2011

¹⁵ Disponible en: http://www.fao.org/fishery/countrysector/FI-CP_AR/es. Fecha de acceso: 20/09/2012

en el Municipio de Pinamar, localidad ubicada en el litoral oceánico de la Provincia de Buenos Aires¹⁶, en Argentina. Aún cuando este tipo de pesca no industrial es estructuralmente distinta a las que existen en el extenso y complejo a lo largo de los casi siete mil kilómetros de litoral oceánico de Brasil, hemos creído adecuado, con el objetivo de ampliar el horizonte de reflexión, introducir aquí algunos datos e interpretaciones derivadas de la extensa investigación de campo¹⁷ realizada los últimos años en el litoral sur de este último país. No se trata un ejercicio de comparación exhaustivo, sino apenas de servirnos de estudios e información relevante como disparadores de una reflexión sobre el tema, apuntando semejanzas y diferencias entre problemáticas comunes, e inclusive, universales a la pesca.

Efectivamente, en las últimas décadas se ha observado un hecho social novedoso en esta actividad hasta entonces marginal de la producción pesquera. A pesar del poco peso relativo en términos económicos de la producción, y del volumen global de trabajadores embarcados en botes con motor fuera de borda –llamados “gomones”- a lo largo de varias playas del litoral, es posible observar la génesis de nuevos actores sociales participando en el mercado y la producción pesquera.

Sobre la pesca no industrial

La *pesca no industrial* se ha desarrollado en prácticamente todas las regiones del mundo valiéndose de estrategias de organización y simbolización de saberes fuertemente articulados con la integración comunitaria y las prácticas medio-ambientales. Es en parte este un motivo suficiente para intentar comprender por qué las ciencias sociales han abrazado en la actualidad el trabajo de pesca no industrial – tanto para la comercialización como para la subsistencia de grupos y comunidades –y lo han transformado en un campo de investigación social y cultural que ha recibido un renova-

¹⁶ La Provincia (Estado) de Buenos Aires posee una extensión de 307 mil km². De sus 15 millones de habitantes, casi el 70% se concentran en áreas suburbanas de la ciudad de Buenos Aires.

¹⁷ Desde el año 2003 hasta la fecha, Matias Godio ha realizado cinco documentales etnográficos con pescadores artesanales en el litoral de Santa Catarina, en Brasil. Ver las publicaciones resultantes en la bibliografía de este artículo.

do impulso en muchos lugares del planeta (ADOMILLI, 2007; CORDELL, 1989; CUNHA, 1988; DIEGUES, 1995, 1997, 2001; GODIO, 2005, 2012; LIMA, 1987; MALDONADO, 1994).

De modo general, puede decirse que en la actualidad muchos de estos estudios se han articulado con análisis relativo a los cambios sociales y culturales experimentados en las comunidades halieúcticas tradicionales como resultado de la urbanización de los últimos decenios. En consecuencia, los principales estudios sobre pescadores no industriales y sobre su relación con la cuestión ambiental y urbana se han dirigido a analizar la articulación práctica de estas comunidades y grupos humanos con las representaciones del triángulo sociedad-cultura-naturaleza, considerando, entre otras cosas, el modo de vida y organización de las poblaciones que viven en el ambiente acuático, su diversidad cultural, las formas de apropiación de los recursos naturales y sus relaciones políticas con el Estado y la sociedad más amplia.

Sin embargo, es también cierto que este renovado impulso a abordar el campo tiene que ver, por un lado, con la necesidad de rediscutir la fuerte expansión de la actividad pesquera industrial en el último medio siglo – la cual ha tenido un sustantivo impacto medio ambiental durante las últimas décadas –, así como también con el hecho (más reciente) de que las estrategias de fomento de una economía alimentaria centralizada en la acuicultura han ganado terreno entre las políticas públicas durante los últimos años.

De un modo más o menos universal los pescadores experimentan y actualizan en un “orden moral” el papel de las tecnologías, ejerciendo y manipulando sus conocimientos acerca del clima, de las corrientes e de los recursos marinos en los territorios que ocupan y comparten durante su trabajo. Pero esas actualizaciones no se revelan como discursos unificados o argumentales, sino como resultados provisionales formulados a través de elaboraciones prácticas que tienden a objetivar constantemente clasificaciones de las relaciones entre naturaleza y sociedad. El clima, las aguas y la tierra no son variables ambientales “pura” sobre las que se “montan” los actos humanos. Por ejemplo, si el hecho de que haya llovido mucho durante todo un verano en la región de la Laguna de Los Patos (Brasil) anuncia para un pescador de Florianópolis una mejor “zafra” de la lisa, esto no significa que se trate de un saber sobre un efecto “biológico”. En la comprensión de este pescador, el mayor interés que generará el mayor volumen de camarón –como consecuencia de que el agua dulce se junta con la salada– en los barcos industriales en la región permitirá que “dejen pasar” la lisa hacia el norte, donde él pesca.

Aún marcados por historias y trayectorias socio-culturales diferenciadas en distintos lugares del planeta, los pescadores establecen relaciones complejas con el territorio, con el uso de métodos de captura y de navegación. Es así como elaboran cotidianamente sensibilidades legales e identitarias en torno al trabajo de la pesca. Estos elementos están presentes como relación práctica de la pesca con el debate ético sobre el progreso en el contexto de la economía-política contemporánea, especialmente en términos de sustentabilidad y equilibrio ambiental en la producción y comercialización de alimentos y de recursos naturales cada vez más escasos. Efectivamente, las acciones económicas asociadas con la pesca no industrial responden fuertemente al orden cultural de los grupos que la practican, desde la racionalidad hasta la afectividad o las costumbres.

A pesar de la existencia comprobada de una gran variedad de técnicas y modos de integración al mercado de estos grupos que habitan el espacio de mar-tierra, y organizados en torno a este trabajo, se los ha unificado bajo una categoría amplia y al mismo tiempo reduccionista: “pescadores artesanales”.

Usualmente, las políticas de Estado han desvalorizado la importancia de las formulaciones culturales de los grupos y comunidades de trabajadores de la llamada “pesca artesanal”. Sus prácticas suelen ser vistas como formas de organización “rudimentarias” o “atrasadas”, sumergiendo sus problemáticas a la impronta de sociedades que enfatizan el concepto de desarrollo basado en la tecnología y la eficacia del binomio producción-consumo capitalista (GARCIA CNCLINI, 1996).

Como ya fue mencionado al inicio de este artículo, a diferencia del Brasil, país en que los estudios sobre la pesca han adquirido una gran diversidad de perspectivas disciplinares en las últimas décadas –haciendo eje en los aspectos culturales de las “comunidades tradicionales”–, en la Argentina, estudios sobre este campo se concentran casi exclusivamente en el desarrollo económico de la pesca. Entre los pocos estudios que abordan los aspectos culturales de la pesca “artesanal”, están los del antropólogo Balbi (2007) quien aborda los términos y expresiones ambientalistas entre los pescadores del Delta del río Paraná como una preocupación para la Antropología Económica. Balbi sugiere que no deben perderse de vista aquellas apropiaciones de nociones ambientalistas o de sustentabilidad que resultan menos llamativas por no manifestarse en el marco de movilizaciones particulares, pero que se dan en el contexto del quehacer cotidiano de las personas. Se afirma

así pertinencia de comprender comparativamente las dificultades explicativas de la categoría de “pesca artesanal” tanto para el caso argentino como el brasilero.

Fue apenas en el año 2000 cuando el Consejo Federal Pesquero de la Argentina definió por Ley la Actividad Pesquera Artesanal Marítima o Pesca Artesanal Marítima como toda actividad ejercida en forma “personal, directa y habitual por pescadores y/o recolectores, realizada con embarcaciones menores o sin ellas y destinada a la captura, extracción y/o recolección de recursos vivos del mar. Se consideran embarcaciones menores: a) Botes de fabricación casera y cascos de construcción industrial, propulsados a remo, vela o motor fuera de borda; b) Embarcaciones de motor interno cuya eslora no supere los diez (10) metros debidamente habilitadas por la Prefectura Naval Argentina.”

En Brasil, la organización de la pesca no industrial tiene fuerza desde principios de la década del '70, cuando se institucionalizan definitivamente las Colonias de Pesca creadas durante el gobierno de Getulio Vargas. Esta institucionalización permitió capitalizar el excedente y al mismo tiempo limitar la capacidad de competir con la gran industria pesquera impulsada como política de Estado de aquellos años (DIEGUES, 1983, 1995). Pero en este contexto, la pesca en botes a motor entre 6 y 14 metros – con una autonomía que va de uno a cinco días en el mar – encontró su fuerza en el tejido social y cultural de sus poblaciones en un contexto de creciente crisis de recursos marinos. En este sentido, la clasificación de “pescadores artesanales” en Brasil ha subsistido situación liminar entre una visión romántica y conservadora que define estos trabajadores como “gente del mar”, y otra visión básicamente economicista que los coloca en posiciones de “atraso” e inmovilidad política (caracterizada como “economía de subsistencia”).

Independientemente de las diferencias de densidad histórica y demográfica este es el espíritu con que los parámetros de la retórica conservacionista define la “pesca artesanal”. Al mismo tiempo que sitúa y protege una determinada práctica de pesca, tiende a obturar la riqueza, la amplitud socio-cultural y el dinamismo de la pesca no industrial en la percepción de conceptos como sustentabilidad o medio ambiente que hacen los grupos que la constituyen y significan. No solo esconde su carácter de fuente de riqueza económica colectivamente producida por amplias fajas de la población, sino también olvida que, lejos de ser una mera categoría legal, la pesca no industrial define una modalidad de organización social y cultural que se sostiene

en ciertas tecnologías y estrategias de captura que otorgan sentidos morales a los recursos y los protegen de la depredación, formulando perspectivas de producción ambientalistas.

Se trata entonces hoy de pensar la sustentabilidad medio ambiental de la producción pesquera no industrial como fuente de conocimiento de una problemática de orden fundamentalmente política para grupos y sociedades usualmente excluidas del control de los flujos de comercialización y financiamiento en la economía-política de la pesca. La oscuridad de la clasificación de “pescadores artesanales” impuesta a estos grupos los ha colocado fuera de este debate central, y continua generando una de las mayores barreras en la dinámica de crecimiento de la producción pesquera no industrial con vistas a una verdadera política social de la sustentabilidad medioambiental. En esta dimensión de análisis radica, precisamente, que esta actividad haya mostrado históricamente grandes dificultades para constituirse en formas de organización que traspasen su condición comunitaria y que se extienda como modelo de desarrollo social y cultural de la organización del trabajo éticamente y socialmente responsable.

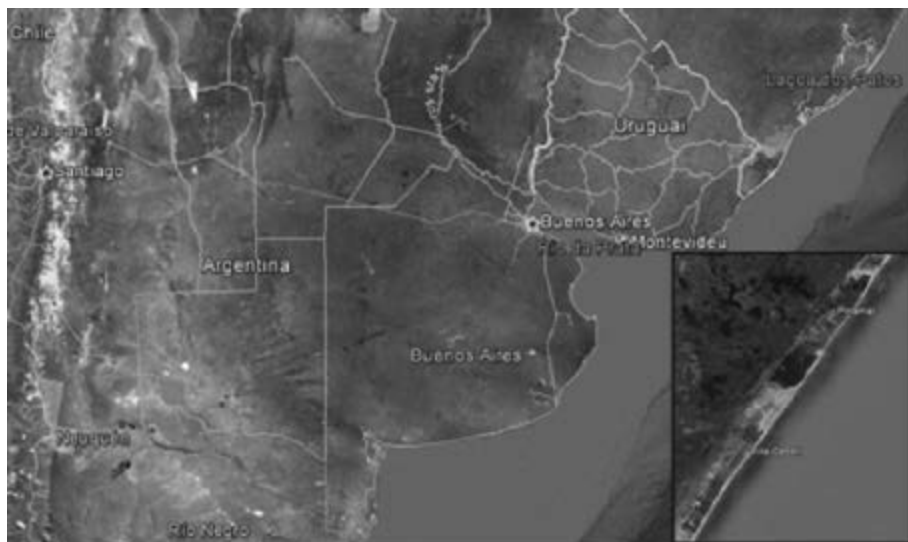
La identificación recurrente que hace el pescador no industrial entre el uso de redes especializadas para la captura de una única especie y el producto social y cultural que de ahí resulta subjetivado como un consumo “honesto” es un buen ejemplo de esto, siendo, a su vez, posible entender desde allí la estrecha relación de empatía que ha establecido en otros lugares del mundo el consumo turístico con la llamada “pesca artesanal” (Godio 2006). Con sus particularidades históricas, sociales y culturales, las prácticas y representaciones de la *pesca embarcada no industrial* en el litoral argentino se inscriben en esta problemática.

El locus, los actores y el trabajo de campo

Durante la investigación de campo fueron realizadas un total de cuatro (3) visitas de campo en el Municipio de Pinamar (Pinamar, Valeria del Mar y Ostende). Se concretaron un total de seis (6) entrevistas con pescadores embarcados en la región, además de las actividades de observación participante del cotidiano del trabajo.

Se realizaron dos (2) entrevistas semi-directas con funcionarios de las instituciones dedicadas a regular el sector, ambas en la Argentina. El objeti-

vo fue indagar cómo se ocupan estas instituciones de la pesca no industrial y que visión de desarrollo del sector y de la protección del medio-ambiente domina. Se establecieron contactos con técnicos del Consejo Nacional Pesquero (CNP), organismo dedicado al diseño de la política pesquera a nivel nacional. Se realizó una entrevista con una investigadora del Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo Pesquero (INIDEP), organismo dedicado a documentar y proveer de información y diagnósticos al Consejo. No se pudieron concretar entrevistas con directivos de la Unión Argentina de Pescadores Artesanales (UAPA), organismo creado en 2004 con el objetivo de organizar a la actividad en toda la costa atlántica argentina.



A la derecha el Municipio de Pinamar, en la Provincia de Buenos Aires, Argentina.

Los cálculos informales realizados por los funcionarios entrevistados sobre la cantidad de botes coinciden con los números ofrecidos por los interlocutores. Serían aproximadamente 400 los botes en actividad, representando una captura de casi 300 toneladas por mes en esta modalidad de pesca. Proyectados, estos números equivaldrían a casi 4,5 millones de pesos al mes de renta bruta (tomando un valor bajo de 15 pesos el kilo), y presupondría aproximadamente dos mil personas involucradas en esta actividad. Efectivamente, entre los “pescadores artesanales” de la costa de la Provincia de Buenos Aires no se utilizan redes de arrastre, responsables por el 80% de

la pesca en la Argentina¹⁸ y de la mayor depredación medio-ambiental de los recursos marinos. Aun cuando domina la pesca de corvina con caña de pesca deportiva, se registra si el uso creciente de pequeñas redes de enmalle (tiburón, corvina), de *palangres* (merluza), *rastras* (mejillones) y de *nasas* (salmón de mar, besugo, etc).

Son aproximadamente quince (15) las localidades de la costa atlántica bonaerense que han formalizado organizaciones de pescadores, la mayoría de ellas, afiliadas “débilmente” a la Unión Argentina de Pescadores Artesanales (UAPA). Tal como sucedió con algunos miembros de la recientemente creada cooperativa de pescadores de Pinamar, los directivos de las asociaciones de pesca y organismo de estado se mostraron “desconfiados” del destino que podía tener los resultados de la investigación¹⁹.

Uno de los interlocutores de esta investigación, “Lobo”, es reconocido como uno de los más representativos entre los “pescadores de gomón” – como ellos suelen autodenominarse en relación a los botes semirrígidos propulsados con motores fuera de borda. Cumpliendo el rol de interlocutor clave se dispuso a realizar un video e interceder frente a otros propietarios de botes, reticentes a participar de la investigación como consecuencia de los varios conflictos que mantienen con la prefectura y los problemas que enfrentan para la cooperativa. Es importante aclarar que la mayoría de los pescadores de esta región tienen una intensa actividad asociada con el turismo (paseos, alquiler de jetsky, actividades náuticas con niños y jóvenes en distintos tipo de embarcaciones de entretenimiento, salidas de pesca con turistas, etc), hecho que limitó la etnografía visual al uso de la cámara fotográfica y a la observación con breves periodos de conversación en los lugares de trabajo (generalmente en la playa).

Se filmaron cuatro (4) horas de entrevistas y observación en los meses de octubre, una parte de las cuales integran el quinto episodio del documental “Rilheiros. Notas sobre pesca en tiempos modernos”²⁰. El registro y

¹⁸ Fuente: INIDEP.

¹⁹ Hecho que, no solamente muestra la fragilidad que vive la actividad en la Argentina, fuertemente amenazada por los intereses de la industria, sino también la debilidad de las investigaciones académicas en términos de confiabilidad y capacidad de interferir en la creación de políticas públicas.

²⁰ *Rilheiros. Notas sobre pesca en tiempos modernos*, Cap. V. El Gomón (Matias Godio, 8 min, 2011). Disponible online en: <https://vimeo.com/50437032>

montaje de imágenes es el resultado de entrevistas realizadas con uno de los principales interlocutores de la investigación y tiene por objetivo explicitar la perspectiva metodológica del “conocimiento compartido” (Piault 2000, 2006; Grimshaw 2001; Godio 2005) asumida por las varias investigaciones²¹ que intervienen en este artículo.

En Brasil, también en 2011, se acompañó la “pesca de la tainha” (la lisa en Argentina), pesca que ocurre entre los meses de mayo y julio de cada año, cuando los cardúmenes de esta especie migran desde la Laguna de los Patos en Rio Grande do Sul hacia el litoral norte (hasta Bahía), y los pescadores – tanto embarcados en sus *botes a motor* (GODIO, 2010), como aquellos tradicionalmente organizados en los “rancho de playa” con canoas a remo, semirrígidos e incluso jetsky – aguardan ansiosamente su paso por la costa.

Del hobby al trabajo

Las localidades de Pinamar, Ostende y Valeria – todas pertenecientes al municipio de Pinamar – son aglomeraciones urbanas “jóvenes” surgidas a principios del siglo XX como balnearios²². Históricamente, además de los trabajadores estables dependientes del Estado o bien vinculados al cuidado de casas y edificios de veraneo, o de jubilados, estas localidades poseen una población que aumenta y disminuye de acuerdo a las ofertas de trabajo. A diferencia del litoral sur de Brasil, donde el ritmo de vida en torno a la llamada “pesca artesanal” disminuye, en la mayoría de las comunidades, en favor de otras actividades económicas durante los meses de verano – debido

²¹ Durante el último trabajo de campo en Brasil que ha servido de catalizador para la presente reflexión, se grabaron más de 30 horas de imágenes en video de la vida en los “ranchos de pesca”, lugar en donde los pescadores conviven diariamente durante estos meses (documental que se encuentra aún en edición). Para ambos grupos se les entregó material audiovisual producido en los dos países durante la investigación. Los capítulos del mencionado video documental sirvieron de material de debate con los sujetos de la investigación durante el trabajo de campo. Con el objetivo de dar continuidad al método reflexivo ya mencionado, una versión del documental será presentado públicamente el día 20 de diciembre en la *Lagoa da Conceição* (Isla de Santa Catarina, Brasil) para los interlocutores que participaron de la filmación del “rancho de pesca”.

²² Ostende fue oficialmente fundada como “balneario” en 1913 (hoy pertenece al Municipio de Pinamar).

a la afluencia de turistas (alquiler de casas, trabajo en restaurantes, etc.)²³ –, en la costa atlántica bonaerense, la dinámica de la producción-comercialización de los recursos pesqueros no industriales han adquirido históricamente allí su punto más intenso.

La dinámica del trabajo, por lo tanto, está directamente vinculada a los meses de temporada (de verano), periodo en que sus playas se llenan de turistas. Estas ofertas se circunscriben a los trabajos “en temporada”, o bien a aquéllos que subsisten durante el año, como por ejemplo el cuidado de edificios, los empleos públicos y la construcción. Sin embargo, la población estable ha crecido casi el 300% durante los últimos veinte años, pasando de casi 9 mil personas en 1991 a más de 27 mil en 2010²⁴. Este hecho se puede constatar al observar el crecimiento de pequeños suburbios que albergan tanto a trabajadores de la construcción como de servicios. Es posible afirmar que el crecimiento de la población estable está vinculado con la crisis de los años ´90, la cual afectó a las grandes urbes del país y estimuló a que muchas personas buscaran “mejores” condiciones de vida en localidades con características como las referidas anteriormente.

Actualmente son veinte los propietarios de botes semirrígidos con motores fuera de borda (llamados “gomones”) que pescan y desarrollan actividades de turismo en esta región.



Llamados coloquialmente “gomones”, estas embarcaciones eran usadas originalmente para paseos de pesca deportiva. Tienen motor fuera de borda y pueden llevar hasta ocho personas.

²³ Es durante este periodo en que los lazos estructurantes entre ambas actividades se complementan (Godio y Rial 2006) y toman forma explicita en la vida cotidiana de las comunidad.

²⁴ Fuente: INDEC.

Fueron los hoteles y balnearios los que ofrecieron en los primeros años de esta experiencia ese servicio a los turistas, creando significados para esta práctica: desde el exotismo y la aventura, hasta el consumo saludable y la producción autónoma. Es aún hoy durante los meses de verano (diciembre a abril) que la dinámica de la producción-comercialización adquiere su punto más intenso y, en esta época que la actividad de la pesca embarcada en “gomones” es valorizada y vista como sustentable por sus “clientes”, los turistas. Se observa que en localidades como Partido de la Costa, Pinamar, Ostende, Valeria del Mar, Villa Gesell, los “pescadores de gomón” –así suelen ser llamados- están directamente vinculados con los hoteles y balnearios. Es decir, se vinculan con los espacios sociales de concentración del flujo turístico. Este vínculo ha permitido a la mayoría de ellos crecer como agentes de intervención en la sociedad local, adquiriendo fuerza simbólica en términos de una representación de “la comunidad” y participando de la negociación en conflictos locales.

Pero lo más notable es que estos “nuevos pescadores” también migraron a la costa entrada la década de 1990 (diecinueve son adultos son adultos mayores de 40 años). Según la información oral obtenida, muchos de ellos eran comerciantes o trabajadores independientes especializados y vivían en el conurbano bonaerense y puede decirse que son también efecto de la crisis económico-social. En las entrevistas frases como “*escapar a la violencia urbana y rencontrar la naturaleza*” aparecen albergando las principales motivaciones de su migración. En todos los casos se observó la idea de una transición auto-percibida como un “cambio de vida”, de “*la locura de la ciudad para la naturaleza y el contacto con el medioambiente*”.

Sin pretender desconsiderar la coyuntura urbana a que hacen referencia la narrativa de sus trayectorias personales, estos nuevos *pescadores embargados no industriales* son desde el punto de vista del expresiones del “tránsito” de la pesca como hobby para la pesca como trabajo, pues evidentemente las migraciones no fueron hechos desesperados o aleatorios de su condición previa vinculada con el deporte y las practicas acuáticas, ni tampoco producto únicamente de la crisis. El pasaje se fue en realidad dando en forma gradual y duró varios años. Primero, yendo a la costa en condición de pescadores amateurs durante las vacaciones con la familia o amigos; luego, organizando-se entre ellos para “*hacer la temporada*”. Inicialmente, los botes les fueron útiles para llevar turistas a pescar con caña durante el verano y después, cuando se instalaron definitivamente en la costa, para los feriados

y fines de semana. De a poco, observaron que el excedente de pescado (especialmente la corvina) “*podía ser vendido en la playa a los turistas*”.

Fue esta última observación, la punta del ovillo de un proceso gradual orientado a organizar de la comercialización de recurso, la administración de un nuevo mercado y la creación de una cooperativa e pesca en Pinamar.

Organizando el mercado

En la actualidad, la comercialización de los recursos capturados por los pescadores se realiza individualmente – en cada bote – cuando se pesca durante el día. El volumen de la pesca depende mucho de las condiciones climáticas para el embarque de los “gomones” en una costa caracterizada por fuertes vientos y olas. Al ser vista por los pescadores desde su origen como un hobby, la actividad se ha consolidado creando lazos familiares y de camaradería poco competitivos entre los botes²⁵. Por lo tanto, la comercialización no genera grandes conflictos entre los distintos botes - como si ocurre entre los *botes a motor* de Brasil (Godio 2005)-, observándose que la información sobre los “lugares de pesca” (Maldonado 1994) circula con bastante fluidez entre ellos.

Realizada por cada propietario junto con alguno de los tripulantes, después de la limpieza de los pescados y la confección de bandejas con uno o dos kilos de filé “*se distribuye la pesca casa por casa entre los clientes fijos*”. Es cierto que algunos de estos “clientes” son aún restaurantes y posadas, pero fuera de temporada de verano, la enorme mayoría de éstos son habitantes de la región con los que cada bote se relaciona comercialmente (vínculo fuertemente marcado por lo afectivo). “Lobo” reafirma esta modalidad utilizando estos argumentos:

²⁵ Los vínculos de reciprocidad afectiva típica dos lazos de familia – que se acostumbra a extender a miembros no-familiares – permitirían, a *prima facie*, abordar también el fenómeno de la pesca en estas localidades siguiendo el modelo del *household*, una red productiva articulada alrededor por estos lazos y cada vez más estudiada por la antropología económica en el contexto urbano (Balazote 1999, 2007). Se sugiere distinguir entre circuitos cerrados de dones, típicos de las sociedades integradas por identificaciones étnicas, religiosas, etc, y donde circulan bienes de consumo final, y los circuitos abiertos, donde los distintos “dones” que circulan condensan el conjunto de las relaciones sociales como expresión de una totalidad en formación.

“... ellos prefieren el pescado fresco y a nosotros nos gusta venderlo así. Yo se los entrego en mano, y más o menos ya sé que tipo de pescado les gusta y cuanto necesitan, así que directamente yo se los elijo, tenemos una cuenta, y después, a principios de mes o cuando pueden, me lo pagan”.

Uno de los factores responsables por el desarrollo del tipo de relación apuntada por “Lobo” es el hecho de que durante los últimos diez años varios de los propietarios de botes observaron la falta de oferta de pescado para la población estable fuera de la temporada de verano. Con excepción de los grandes supermercados de la región donde se vende pescado proveniente del puerto de Mar del Plata²⁶, no existen canales estables de comercialización fuera de la temporada de verano. Es recién en esta época en que abren las grandes pescaderías, con las cuales, obviamente, ellos se ven obligados a competir.

Ocurrió en ese momento que, necesitados de crear un flujo de comercialización, “inventaron” un mercado “entre familias conocidas” que viven durante el año en las localidades y organizaron un sistema de crédito para sus productos. Como la pesca es un tipo de producción poco estable y predecible, el crédito les permitió establecer una relación flexible con sus clientes. Según un cálculo que cada propietario de bote hace, y dependiendo de la pesca del día, se separa una cantidad determinada para cada familia y se le lleva a la misma tarde de la pesca a su domicilio, sin que eso signifique que tengan que pagar en el momento.

Lo más llamativo es que, además de crear un sistema de crédito que permitía a estas familias acceder a un tipo de alimento “caro”, generaron una dinámica de producción altamente ajustada entre oferta y demanda. En consecuencia, la “pesca de gomón”, lejos de producir aquí una sobrexplotación de los recursos marinos y del trabajo, regula estos últimos con gran eficacia y racionalidad. Por un lado, disminuyendo el trabajo innecesario de los pescadores embarcados permitiéndoles dedicarse a otras actividades (entre ellas el ocio), y por otro, eliminando el desperdicio de recursos marinos capturados.

De este modo, formulando una estrategia de articulación entre merca-

do y medioambiente –en muchos casos intervienen en conflictos locales–, los pescadores no industriales de la costa bonaerense no sólo persiguen objetivos económicos sino también sociales y culturales (sociabilidad, reconocimiento, prestigio en la comunidad y poder). Se puede decir que las intensas y estrechas relaciones sociales emergentes en la estructura espacial y temporal cíclicamente actualizada durante los veranos se vuelven de “otro orden”, trascendiendo lo puramente económico. El trabajo es visto como un bien *simbólico identitario común* (Bourdieu 1988, 2006) fuertemente valorado por una relación “diferenciada” con el trabajo y el medioambiente

Como consecuencia de esta percepción colectiva del trabajo de la pesca, los pescadores de Pinamar han creado recientemente una cooperativa de pesca agrupando a los veinte propietarios de botes de esta localidad. Sin embargo, las obligaciones en la división del trabajo que este tipo de organización suponen está generando una transformación en la percepción de la pesca para muchos de sus integrantes.

Esperando la “expansión”

Entre los “nuevos pescadores” de la costa atlántica bonaerense, las representaciones sobre “la sociedad” están ligadas a una serie de prácticas que toman forma como política no instituida y que, muchas veces se presenta fuertemente marcada por la resistencia al Estado, tendiendo a producir tensiones en la definición de su identidad colectiva y comunitaria. Como ya fue mencionado, a diferencia de las estrategias en que los pescadores del litoral sur de Brasil desarrollan, como por ejemplo la valoración positiva de la competencia en la ocupación de los espacios marinos asociadas con los “derechos de pesca” tradicionales, en Pinamar se observa una menor conflictividad entre los dueños de botes, y una tendencia a la organización colectiva del trabajo.

Esta valoración se traduce constantemente en conflictos entre diversos actores sociales sobre el “uso correcto” de las llamadas “bajadas náuticas”, espacios exclusivos para el embarque y desembarque de botes de cualquier tipo en la playas. El “buen funcionamiento” de estas “bajadas” suponen una serie de prescripciones orientadas a regular y controlar a los gomones –en especial durante el verano–, y se han transformado en un territorio que objetiva cuatro elementos en tensión asociando trabajo y medioambiente: las

²⁶ Ubicado a 120 km de Pinamar, Mar del Plata, además de ser la mayor ciudad turística de la Argentina, es el mayor puerto pequero industrial.

prácticas de ocio turístico, la pesca embarcada para la comercialización, las regulaciones del Estado sobre la seguridad (Prefectura Naval) y la “sostenibilidad pesquera”.



Las “bajadas náuticas” son la objetivación de la relación entre el Estado y estos nuevos pescadores.

Aún hoy las llamadas “bajadas náuticas” son todavía los espacios privilegiados donde se dan prácticas de negociación con los organismos del estado, especialmente con Prefectura Naval. Por un lado, ellas son relativamente móviles, y pueden ser cerradas o abiertas por cuestiones climáticas sin muchas explicaciones; y por otro, durante el verano, son zonas de peligro para los bañistas como también de uso de turistas con embarcaciones. Son zonas privilegiadas para aquellos que realizan deportes acuáticos o tienen negocios de alquiler de motos de agua y otros paseos, como el mencionado caso de “Lobo”. Por lo tanto, la cooperativa además de crear un mercado propio, está directamente relacionada con la necesidad de crear canales directos de negociación con la Prefectura, órgano dedicado a entregar permisos de pesca en esta localidad.

En este contexto de conflictos y tensiones, los pescadores han organizado la cooperativa, la cual está formada por la totalidad de los propietarios de los veinte botes que pescan en Valeria, Ostende y Pinamar. Sin embargo, y si bien su creación ha colocado en el centro del debate interno el tema de la organización del mercado - asociado fundamentalmente con la capacidad de almacenamiento y conservación con el objetivo de ampliar el mercado fuera

de la región – en un principio ésta surgió como respuesta organizativa a los problemas legales que enfrentan los pescadores para desarrollar su actividad (objetivados en la “bajadas”).

Paralelamente, la cooperativa trata de fortalecer los mecanismos de comercialización del producto durante la temporada, permitiendo concentrar la actividad económica de los botes en las prácticas turísticas (alquiler de jetski, paseos, etc.) y en la pesca deportiva. Quizás sin medir las consecuencias negativas sobre el “sistema de crédito” ya mencionado, los interlocutores ven a la cooperativa como una herramienta que vendría a subsanar el problema de la comercialización. Aún cuando aparece como contradictorio con la valoración positiva que tiene entre ellos la construcción de una clientela “*fuera del circuito de comercialización oficial del pescado*”, el motivo esgrimido por ellos es “*evitar la venta después de las largas jornadas de trabajo*”. Esto afirma un propietario:

“Si, no damos más... la estamos esperando. Imagina que después de un día de trabajo, en el mar, bajo el sol o la lluvia, tenés que llegar, guardar el gomón, lavarlos porque sino se arruina, tenés que filetear el pescado, llevárselo al domicilio del cliente. Yo quiero salir del agua y listo dárselo a alguien para que lo venda, pero no quiero que un intermediario se lleve la ganancia... ojo...”

Esta misma frase la podemos escuchar de la boca de muchos pescadores embarcados en diferentes lugares del mundo. Sin embargo, la cooperativa de pescadores de Pinamar, tal como ocurre con el sistema de distribución tradicional del pescado en los “ranchos de pesca” del litoral sur del Brasil (Godio 2012), es, básicamente, un intento por estructurar las jerarquías reforzando los saberes y poder entre los integrantes. Es cierto que no se observa entre los pescadores de la costa bonaerense una trama cultural tan sólidamente estructurada como entre los pescadores de Brasil. Por lo tanto, las identificaciones con el trabajo embarcado no crean modelos transparentes de liderazgo y referencia basados en la pesca propiamente dicha, pero si lo hacen cuanto a la capacidad de administrar los conflictos y de negociar con las autoridades destinadas a ordenar una actividad con poca tradición familiar y con un Estado local que no ha creado aún vasos comunicantes de interdependencia política con la actividad.

Por ende, las luchas por la identidad en el escenario de pesca no industrial del la costa bonaerense se relacionan con las posibilidades de situar a

los sujetos productores dentro de un marco clasificatorio estatal en relación al medioambiente. Este es precisamente el sentido cultural que los pescadores le otorgan a la cooperativa. Consideran que su creación les permitirá presentarse como un actor capaz de negociar oficialmente con otros agentes, especialmente con el Estado, pero también con organizaciones no gubernamentales que discuten actualmente la ocupación costera.

El discurso recurrente de los propietarios de gomones de la costa atlántica hace hincapié en las dificultades que encuentran en la legislación y en las autoridades encargadas de la regulación de los territorios de pesca para regularizar su situación y *“reconocerlos como pescadores locales”*. Con este objetivo como bandera, han acordado con el Municipio la realización de una feria semanal de venta de pescado a bajo costo, siendo esta una contrapartida para la recepción de un subsidio y de un espacio cerca del muelle de Pinamar para la construcción de una cámara fría.

La cooperativa de pescadores de Pinamar va en dirección semejante a aquello que la antropología económica entiende como un modelo de socialización que responde a un proceso continuo de “negociación” y de “lucha” por la definición de valores y “sentidos” simbólicamente construidos en las prácticas, es decir, por “una determinada forma de concebir el mundo, de relacionarse con la naturaleza, de organizarse social y políticamente y de ejercer la vida cotidiana” a través de la actividad económica (Bazalote y Radovich 1992: 28).

Tal como ocurre en el *rancho de pesca*, el cual es modelo de referencia para la organización económica de la pesca en el sur de Brasil, la cooperativa es idealizada por los pescadores teniendo un sentido moral y ético en las prácticas de distribución de la riqueza producto de un trabajo que es visto como *“sustentable, ambientalmente responsable y de crecimiento turístico”*.

Consideraciones finales

Ciertamente, las condiciones culturales y sociales de la constitución de la pesca no industrial en Argentina y Brasil son muy diferentes, haciendo muchas incomparables sus prácticas y representaciones sin un análisis histórico amplio y profundo. Si embargo, hemos visto cómo, a grandes rasgos, temas contemporáneos a la actividad pesquera le son afines.

Tal como ocurre en las sociedades organizadas en torno a la pesca del litoral sur de Brasil, donde la estructura doméstica soporta hasta hoy al trabajo pesquero no industrial, se observa que, en los nuevos grupos de Argentina, la presencia de valores clásicos de las tripulaciones, como la solidaridad y la competencia actúan como elementos de cohesión relacionando trabajo, identidad y medioambiente con familiaridad y afectividad.

Se puede observar también que las estrategias de ocupación de los espacios marinos se articulan con formas de cooperación en que las categorías de tecnología, mercado y medioambiente actúan iluminando prácticas de la economía-política de la pesca. Estas prácticas son aquellas que se amplían y extienden, en tierra, a otras formas y representaciones de la identidad comunitaria, creando modelos de liderazgo y referencia fundamentales para la continuidad o actualización del lazo social y la elaboración de símbolos culturales de las mencionadas categorías.

Pero fue la pérdida de empleos formales y de actividades tradicionales durante los años '90 que afectó a los conglomerados urbanos de la Argentina, así como también al sector de la pesca industrial, y sumado a un aumento demográfico en las áreas costeras asociadas con el turismo de estación, creó condiciones para el surgimiento de los nuevos pescadores de la costa atlántica de la Provincia de Buenos Aires. Estos han hecho de la pesca embarcada en botes (“gomones”) una actividad productiva creando nuevos flujos de comercialización y estabilizándose como medio de subsistencia y el trabajo familiar.

Por último, es evidente que, estructurados en torno a una organización del trabajo visto como “familiar”, la manipulación del conocimiento medioambiental basado en una experiencia de vida reciente y “narrable” en términos de un pasaje “de la urbe a la naturaleza”, permite a los nuevos pescadores argentinos reafirmar el carácter social de la pesca. Es decir, permite argumentar la necesidad de transformar en valores colectivos una percepción medioambiental de la pesca no industrializada realizada en los llamados gomones. Como ocurre entre los pescadores más “tradicionales” del litoral de Brasil, el riesgo y la incertidumbre en que se ejerce el trabajo cotidiano son los “sentimientos estructurantes” de un tipo particular de sensibilidad igualitaria que permite producir, lubricar o frenar la circulación de dones entre los agentes sociales y políticos. La “cooperativa” es al mercado lo que el “rancho de pesca” es a la comunidad. Ambos, por así decirlo, pretenden traducir en símbolos de una “identidad medioambiental” a los recursos capturados.

BIBLIOGRAFIA

- ACHESON, James M.
1981. "Anthropology of fishing". In: *Annual Review Anthropology*. Palo Alto, EEUU. pp. 275-316.
- ACSEIRAD, Henri.
2003. "Cuatro tesis sobre políticas ambientales ante las coacciones de globalización". Caracas: *Revista Nueva Sociedad*. n. 188. Pp. 87-99
- AGÜERO, Max (org.)
1992. *Contribuciones para el estudio de la pesca artesanal en America Latina*. Manila: ICLARM.
- BAKHTIN, Michail.
(1992). *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Madrid: Alianza.
1997. *Hacia una filosofía del acto ético*. Barcelona: Anthropos.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto
1998. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp.
- CLIFFORD, James.
1998. *A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no Século XX*. Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- COMOLLI, Jean-Louis.
2002. *Filmar para ver. Escritos de teoría y crítica de cine*. Buenos Aires: Simurg/Fadu
- CRAPANZANO, Vincent.
2004. *Imaginative Horizons – An essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- DE FRANCE, Claudine
1998 "Técnicas Materiais e Técnicas Rituais" Em: *Cinema e Antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. p59-133.
- DIAZ DUARTE, Luiz Fernando
1999. *As redes do sul*. Rio de Janeiro: EDUFF.
- DIEGUES, Antônio Carlos
1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática.
1995. *Povos e Mares*. Sao Paulo: NAPAUB.
1998. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec.

- GEERTZ, Clifford.
2002. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora. UFRJ.
1994. *O saber local*. Petrópolis: Vozes
- GÓDIO, Matias.
2012. "O rancho e o bote. Micropolíticas das tecnologias e das sustentabilidades entre os trabalhadores da pesca na ilha de Santa Catarina". In: *Revista Amazônica*, 4 (2): 314-334.
2006. "Aparelhos de captura: uma reabordagem teórica da etnografia visual realizada com pescadores de barco a motor". In: *Pesca e Turismo. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis: NUPPe-UFSC, p. 159-180.
2006. "As consequências da visão: notas para uma socio-montagem etnográfica". Florianópolis: *Antropologia em Primeira Mão*. , v.83, p.27 - , 2006.
2005. *É hoje Matias...! Quinhentos Quilos! Um ensaio etnográfico sobre uma sócio-montagem audiovisual com um grupo de trabalhadores da pesca na comunidade da Barra da Lagoa*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC.
- GRIMSHAW, Anna.
2001. *The Ethnographer's Eye*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GARFINKEL, Harold
1967. "Commonsense Knowledge of Social Structures: The Documentary Method of Interpretation in Lay and Professional Fact-Finding". In: Garfinkel, H. *Theorys of the mind*. Nova York: Free Press. pp. 76-103
- GUBER, Rosana
2004. *El salvaje metropolitano*. Buenos Aires: Paidós.
- HERITAGE, John.
1987. "Etnometodología". In: *La teoría social hoy* (org: Antony Guidens). México DF: Alianza.
- KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L.
1987. *Pescadores de Itaipu*. Rio de Janeiro: EDUFF.
- KEARNEY, M.
1996. *Reconceptualizing the Peasently. Anthropology in Global Perspective*. Boudle, Colorado: Westview Press.
- LACAN, Jacques.
2007. *El seminario de Jacques Lacan: libro 11. Los cuatro coinceptos fundamentales del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- LACERDA, Eugenio
2003. *Atlântico açoriano*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Dissertação de Doutorado)

LAGO, M.C.
1983. *Memoria de uma comunidade que se transforma de localidade agrícola-pesqueira a balneario*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Tesis de Maestría).

LATOURE, Bruno
2001. *La esperanza de Pandora. Estudios sobre la realidad de los estudios de la ciencia*.

MARCUS, George E.
1995. "The modernist Sensibility in Recent Ethnographic Writing and the Cinematic Metaphor of Montage" In: Devereaux, Leslie e Roger Hillman (ed) *Fields of Vision*. Berkeley: University of California Press. pp35-55.

MALDONADO, Simona.
1994. *Mestres y Mares*. Sao Paulo: Anablume.

MINDLIN, Betty.
2008. "Viajem aos Zo'ó" In: *Le Monde Diplomatique*. San Pablo, Nro 16, p. 28.

PIAULT, Marc Henri.
2000. *Antropologie et cinéma*. Paris: NATHAM.
2006. "Vídeo, imagens, vozes e ação política: discursos e práticas. Uma produção imagética, para fazer o que?" *Vibrant* v.3 n.1.

PINNEY, Christoher
1992. "The Parallel Histories of Anthropology and Photography" em E. Edwards (ed.), *Anthropology and Photography 1860-1920*. New Haven: Yale. Londres: RAI. Pp?

RIAL, Carmen
2001. *Matrix x Dogma 95 - dois cenários da imagem contemporânea*. Paper apresentado en na ANPOCS.

RIBEIRO, Marcelo Rodrigues Souza
2006. *Sensibilidade e imaginação: notas históricas e teóricas sobre antropologia e imagem*. Texto apresentado na XXI Reunião Brasileira de Antropologia.

ROCHA, A.L.C.
1995. "Antropologia das formas sensíveis; entre o visível e o invisível, a floração de símbolos". In: *Horizontes Antropológicos*, Antropologia Visual, Ano 1, vol 2. páginas?

SEGURA y DELFINO
1989. "Le recherches et les pêcheurs artisanales du bassin de La Plata. Le cas des pêcheries du Paraná inferieur". In: *ORSTOM-IFREMER*. Paris: ORSTOM.

SICHES CUADRA, Carles I
1998. *Los pescadores de la isleta del moro*. Barcelona: UB.

SULLIVAN, Gerald
1999. *Margareth Mead, Gregory Bateson and Highland Bali. Fieldwork photographs of Bayung Gedé, 1936-1939*. Chicago: University of Chicago Press.

TELES, Ana María
2003. *Sereias e anequins: uma etnografia visual com um grupo de pescadores artesanais da Barra da Lagoa, Florianópolis*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Dissertacao de Mestrado)

VALADÃO, Virgínia Marcos
2000. "O processo de trábalo do video Yakwá. O banquete dos espíritus". Rio de Janeiro: Cadernos de Antropologia e imagem.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo
2001. "A propriedade do conceito". In: *Uma notável reviravolta: antropologia (brasileira) e filosofia (indígena)*. AMPOCS. ST. 23.



As redes dos jovens. Uma perspectiva antropológica sobre o estudo da juventude pesqueira no Brasil

*Dr. Alex Vailati
Universidade Federal de Santa Catarina*

1. Introdução

COMO A CULTURA pode ser considerada uma rede de significados (GEERTZ, 1973), a vida dos pescadores tem muito a compartilhar com essa metáfora. Para viver, eles precisam de um enorme conhecimento: saber, por exemplo, que para capturar os peixes pequenos é necessário uma rede mais densa, de malhas finas, e uma de malhas mais amplas para capturar o peixe grande. E um pescador artesanal precisa possuir muitas redes diferentes, uma para cada tipo de peixe. A cultura, no mundo contemporâneo, já foi descrita como uma rede, talvez muito pouco fina, evidenciando a falta de ferramentas para afrontar a vida cotidiana (Sahlins 1997). Mas, em vários casos, a cultura continua sendo muito densa, resultado de criatividade e de uma dialética entre transmissão e reinvenção dos objetos simbólicos.

A ideia de rede parece, se conectada com uma reflexão sobre a juventude contemporânea, ser repleta de sugestões. Redes sociais, que se articulam cada vez mais fora dos tradicionais espaços da família; redes que podem ser, em muitos contextos locais, entendidas em termos informáticos, como possibilidades de conexões a realidades virtuais ou como acessos a mundos

remotos. Então o primeiro elemento que emerge de uma reflexão sobre a juventude em contextos onde a pesca é uma atividade que caracteriza a vida cotidiana de um grupo social, parece ser a descontinuidade, a ruptura, a distância entre uma hipotética geração de adultos e uma de ‘jovens’.

No contexto brasileiro, em particular, essa descontinuidade é evidenciada por muitos estudos etnográficos (DIEGUES, 1983; DUARTE, 1999). Neste artigo será analisada a complexa relação entre espaços sociais marcados por uma interdependência com a atividade pesqueira e a continuidade entre gerações, focando em particular sobre o tema do papel social dos jovens e o imaginário deles. Como será demonstrado, a pesca é uma atividade fortemente interconectada com o tema da produtividade e da subsistência. Se o valor econômico da pesca parece estar em declínio, a valência dela como recurso para a imaginação emerge, através de muitos estudos, como ainda fortemente importante. Atualmente, não obstante as dificuldades dessa atividade, parece possível pensar na pesca como um grande capital simbólico, útil para estimular a criatividade das novas gerações.

2. A Categoria de juventude

Começando com uma viagem hipotética, a partir de imagens predominantes na sociedade contemporânea, o tema da juventude aparece como uma categoria complexa, esquiva e ambígua. Jovens, muitas vezes ausentes das nossas vidas, penetram em nossos pensamentos, tornando-se cada vez mais emergentes. Jovens que são muitas vezes os protagonistas dos meios de comunicação, escrita e visual, sempre dispostos a atrair a atenção de um público geralmente não capaz de identificar-se com essa categoria, mas que, de alguma forma, através dela tenta imaginar o futuro. É dessa forma que os jovens entram em nossa vida cotidiana. Muitas vezes excluídos da gestão de processos políticos e econômicos, eles afirmam a própria presença como futuros herdeiros de toda uma série de códigos culturais e sociais.

Um primeiro passo na análise é, portanto, de tipo ‘desconstrutivo’ com o objetivo de esclarecer os processos históricos por meio dos quais a categoria da juventude foi construída. Um ponto de partida podem ser os estudos históricos, que, mesmo não sendo considerados pioneiros nesta área, em modo melhor do que as outras disciplinas, têm analisado em profundidade a gênese da categoria da juventude. Os historiadores aprofundam-se no tema

da juventude a partir do final dos anos cinquenta. Ariés, em sua leitura sobre a evolução do papel da família europeia na Idade Moderna, diz que “essa família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. É como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar a uma insustentável solidão moral” (ARIÉS, 1981: 274). Ele considera aqui o nascimento da família moderna como um antídoto para a escassez de laços sociais, um resultado direto de uma divisão cada vez mais nítida entre a vida pública e a vida privada. É nesse processo que é colocada a criação da categoria de ‘crianças’ e de ‘jovens’ como um grupo social particular. Característica que emerge de um processo gradual de diferenciação, que Ariés descreve na análise da vida cotidiana.

A partir desse momento, com o passar do tempo, a juventude torna-se uma frente social em cada época mais evidente. Os jovens, portanto, parecem ser uma alteridade cultural, nascida após o processo de diferenciação dos adultos e progressivamente mais diferenciada deles. A escola foi, provavelmente, o instrumento ou a instituição mais importante nesse processo. Ainda citando Ariés, “A partir do fim da Idade Média, percebem-se os germes de uma evolução inversa que resultaria em nosso sentimento atual das diferenças de idade” (ARIÉS 1981: 168). A instituição de ensino, por intermédio de sua estrutura, repropõe uma rígida separação entre as gerações, impondo uma diversidade entre jovens e crianças aos olhos dos adultos. O surgimento da escola não pode ser colocado em um momento específico. Esse processo começa na Idade Média e continua durante toda a Idade Moderna e Contemporânea. Primeiramente o acesso à escola era muito seletivo, vinculado à camada social e à riqueza, e só depois foi estendido às camadas sociais menos favorecidas.

O termo ‘jovem’ é, portanto, particularmente ambivalente. Muitas vezes é usado no sentido universal, ligado aos processos filogenéticos, mas ele é, inevitavelmente, ancorado na construção cultural e social de cada contexto local. Essas construções, não obstante ligadas a uma dimensão local, resultam, como já mencionado, cada vez mais interconectadas a conceitos translocais que podemos definir também de global. A análise, muitas vezes, leva os jovens a reconhecer que “these young men have to form modern identities at the intersection of tradition and globalization, development and consumerism” (WULFE, 1995: 9). A descrição dos jovens como os receptores mais atentos de novos símbolos e objetos para o contexto social em que vivem, é comum na literatura sócio-antropológica (Coleman, 1961; Durham, 2000).

Do ponto de vista etnológico, o primeiro problema, estudando os jovens, é então a classificação. Cerca de oitenta anos atrás, Margaret Mead questionou-se: “What is the coming of age in Samoa?” (MEAD 1949, p. 109). A mesma questão deve ser o início de qualquer trabalho sobre jovens ou crianças. De fato, o objetivo aqui é tentar entender quando um indivíduo, de um ponto de vistaêmico, pode ser considerado adulto. A sociologia e a pedagogia geralmente começam esta análise focando sobre os grupos etários ou coortes. A abordagem etnográfica, pelo contrário, tenta analisar a sociedade de uma forma mais holística. O estudo das relações entre gerações requer a observação de pessoas de diferentes idades dentro de uma sociedade local, e de suas interações. A partir dessa consideração, uma classificação das diferenças entre ‘joven’ e ‘adulto’ pode ser produzida.

Na literatura antropológica mais recente, a categoria dos jovens é considerada como um ‘shifter social’, um termo

“deictic or index-ical term, a term that works not through absolute referentiality to a fixed context, but one that relates the speaker to a relational, or indexical, context (“here” or “us” are such terms). A shifter has the capability of sometimes going further and bringing into discursive awareness the metalinguistic features of the conversation—that is, it can go beyond immediate relationships being negotiated and draw attention to the structure and its categories that produce or enable the encounter. As people bring the concept of youth to bear on situations, they situate them-selves in a social landscape of power, rights, expectations, and relationships-indexing both themselves and the topology of that social landscape” (DURHAM 2000, p. 116).

Desse modo, a análise da juventude parece se concentrar mais na estrutura de relações sociais. Somente a partir disso é possível depois chegar a uma definição do que é um jovem. Mas essas relações sociais, hoje em dia, tornaram-se cada vez mais globais superando os limites de um hipotético contexto local. Nesse sentido, o objetivo é contextualizar aqui como uma categoria, que na contemporaneidade é considerada como global, se conecta com redes de significados locais. Os jovens, para as agências mundiais e governos nacionais, são pessoas entre 14 e 34 anos de idade. Mas todos os contextos locais têm uma própria definição de jovens.

É emblemático aqui como a categoria da juventude e a contraposição entre padrões reconhecidos localmente e influências mais globais são, em

múltiplos lugares do mundo, objeto de debate e de preocupação (COMAROFF & COMAROFF 2000; HERDT & LEAVITT 1998). No Brasil também esta contraposição já foi relevada:

“O que se pode observar, tanto nos níveis macrosociais quanto nos mais localizados [...] é a prevalência de um mundo de valores e práticas cada vez mais contrastado, que recria a diferença pela necessidade da tensão em si, pelo menos tanto quanto pelos critérios substantivos sobre os quais se baseia cada diferenciação” (DUARTE, 2009: 39-40).

Nesse sentido, a imaginação juvenil, muitas vezes cheia de inovação recebida pelas mídias ou pelas migrações, deve confrontar-se com uma ideia de cultura, ligada geralmente a conceitos como tradição e continuidade histórica.

Como uma metáfora, os jovens contemporâneos podem ser considerados como antenas. A literatura geralmente os considera como os destinatários mais receptivos das inovações culturais e das novas tecnologias (COLLEMAN, 1961; COMAROFF & COMAROFF, 2000; DURHAM, 2000; WULFF, 1995). Para analisar a relação entre essas inovações e as suas consequências, é necessário considerar como as novidades são recebidas pelos jovens e como esse processo influi nos processos de reprodução da ‘sociedade adulta’.

3. A Pesca entre Mutamento e Reprodução

Um segundo passo nesta trilha que atravessa literatura heterogênea é uma compreensão do que pode significar uma relação com a pesca. No imaginário contemporâneo as ‘comunidades pesqueiras’ são geralmente ainda representadas por um sentido de aventura, risco e luta pela sobrevivência (RIAL & GODIO: 7). As imagens, resultados de qualquer pesquisa online sobre a categoria de ‘pescadores’, por exemplo, são geralmente muito convencionais e referentes a uma tipologia de pesca de tipo artesanal. Difícil subsistência, lugares exóticos e meio de produção distante de uma ideia de modernidade são os objetos simbólicos normalmente referidos a uma representação estereotípica dos pescadores.

Em um filme sobre uma das populações mais representadas visualmente da história da antropologia, os Ju’hoansi da Namíbia, John Marshall (2009) descreveu bem a ideia da ‘morte por mito’, de um particular tipo de

vida ou hábitos. No seu filme, ele analisa como as narrações, que frequentemente reproduziam uma visão primitivista ou ‘tradicional’ da vida dos Ju/’hoansi, foram uma das primeiras causas de uma mudança e uma transformação social que teve consequências dramáticas. As imagens produzidas pelas mídias, em várias épocas, ‘bloquearam’ as pessoas nesta representação impedindo, assim, as transformações necessárias para a subsistência. Em relação à pesca, muitos filmes clássicos, por exemplo, representam as comunidades como estáticas, sem mudança, principalmente em relação ao tema da produção econômica (FLAHERTY 1934; VISCONTI 1948)²⁷. Esse é um dado particularmente importante quando o objetivo é analisar a ‘juventude pesqueira’. Se, no imaginário comum, os jovens das comunidades pesqueiras parecem ser necessariamente colocados em uma estrutura social que reproduz, sim, mudança, é relevante como essas representações possam ser um primeiro estímulo para a mudança, como uma fuga de um determinado tipo de representação imposta do exterior.

Destacando-se dessas descrições exóticas, se analisando agora a literatura etnográfica clássica sobre a pesca, é de fato interessante observar que essa foi uma temática desenvolvida inicialmente pelos estudiosos teoricamente influenciados pela escola funcional-estruturalista (FIRTH, 1971). A maioria deles “recouru à du matériel illustratif provenant de sociétés de pêcheurs pour développer des orientations théoriques plus dynamiques en anthropologie sociale”. (BRETON, 1981: 9). Se as sociedades pesqueiras foram exemplos de casos dinâmicos de sociedade, onde o impacto da ‘cultura’ sobre o indivíduo é menor que em outros contextos, é interessante observar como no imaginário comum a pesca seja geralmente uma atividade que plasma fortemente a vida do indivíduo. O *modus vivendi* do pescador é descrito frequentemente como conformado àquele da comunidade em que ele vive. A transformação social parece um fato que não tange a vida dos pescadores, dado em contraste com o que emerge dos resultados da pesquisa.

Se no passado a ideia de ‘comunidade pesqueira’ era mais definida e ‘standardizada’, um problema da pesquisa contemporânea é a definição do que significa possuir uma ligação com a pesca. Observando a literatura

²⁷ É interessante aqui comparar essa representação com outra, referente à pesca industrial. Aqui a maioria das representações foca sobre o papel predatório da pesca contemporânea (Murray 2009). Essas são fortemente fundadas sobre dados empíricos, mas talvez desacreditam uma tipologia de pesca que pode ser considerada como sustentável.

etnográfica, é possível relevar que muita ênfase é dedicada a como um determinado tipo de produção influencia um *modus vivendi* (ACHESON, 1981). Por exemplo, Duarte descreve a identidade de ‘pescadores’ como ancorada “na prática continuada e abrangente das atividades produtoras de pescado, a que se dedica o grosso da população ativa” (DUARTE 1999: 31). Aqui a pesca é, em um sentido muito amplo, uma relação produtiva entre homens e natureza, baseada fundamentalmente em um laço de dependência. Esse tipo de relação parece influenciar o sistema social e cultural desses grupos. A criação de redes sociais, baseadas geralmente na solidariedade familiar (GUARDADO, 2007: 203) é o exemplo mais recorrente na literatura sobre a pesca artesanal, categoria à qual a maioria dos estudos etnográficos se refere. Solidariedade familiar geralmente significa uma forte coincidência entre unidade de produção e rede familiar. Também com muitas variações em relação aos vários contextos locais, é comum que a produção seja baseada sobre a união no trabalho de vários segmentos da família extensa.

Esse tipo de organização social é, novamente na maioria dos estudos, contraposto ao tema da modernidade. A difusão das ideologias da modernidade parece influenciar fortemente muitas comunidades que se dedicam à pesca em pequena escala. A causa disso pode ser encontrada na coincidência entre uma explosão dos estudos antropológicos sobre a pesca, que aconteceu no Brasil, em particular nos anos setenta (DIEGUES 1973, 1983, 2004; KOTTAK 1983; MOURÃO 1971), e o plano político da década de sessenta, em que “o governo brasileiro decidiu implantar uma indústria pesqueira em base empresarial” (DUARTE, 1999: 362). A maioria desses estudos são de fato focados sobre a percepção dos pescadores adultos, que englobam as dúvidas sobre uma transformação radical da atividade pesqueira. Em relação à década de setenta, quando começa a mudança, é possível sustentar que o tema mais contraditório para aquela geração de adultos é de fato esta tensão do sujeito, que observa o seu mundo mudar rapidamente.

A criação de uma indústria pesqueira teve fortes consequências em particular na década de oitenta e noventa. Muitos contextos em que a pesca artesanal era uma atividade importante de subsistência, se transformaram em fontes de mão-de-obra pela nova indústria pesqueira. Nesse sentido, o pescador transforma-se em trabalhador da pesca, assalariado, sujeito a um regime produtivo completamente diferente daquilo que ele experimentou no seu passado. Geralmente sujeito a longas migrações sazonais, o ‘novo pescador’ trabalha para indústrias pesqueiras de média ou grande dimensão.

Se no passado, o objetivo da subsistência do agregado doméstico, agora é a acumulação de recursos, necessários para o acesso aos novos bens disponíveis no mercado. Em primeiro lugar a construção de novas, modernas, habitações, a escolarização dos filhos e a compra de novos bens de consumo.

O caminho de vida dessas pessoas continua com a aposentadoria, quando elas, normalmente já com cinquenta anos, podem recuperar a relação com a pesca mais livre dos constrangimentos do trabalho assalariado. Pela análise da literatura, é esta a geração que melhor encarna a definição contemporânea de pessoas que mantêm um laço de produção com a pesca do tipo artesanal. É essa uma relação que incorpora ainda uma dimensão de dependência econômica: a pesca é percebida como uma atividade que permite um maior empoderamento econômico da família e uma básica subsistência para as camadas mais baixas. Mas, além do tema econômico, a pesca, em muitos lugares, é vivida também como uma atividade ligada ao lazer, que permite reviver uma continuidade com a natureza, que é percebida como perdida aonde chega o vento da modernidade. A dimensão holística da pesca é tão importante que, a partir de uma atividade produtiva, parece ‘plasmar’, em uma maneira emblemática, a sociedade. Nesse sentido, utilizando a célebre metáfora de Lévi-Strauss, a pesca é ‘boa para comer’, mas, sobretudo, ‘boa para pensar’ a sociedade e os laços sociais que a compõem.

4. Pesca e juventude no Brasil

O pensamento sobre a sociedade que a pesca parece, assim, intensamente plasmar, é também o dado mais representativo para analisar a continuidade entre diferentes gerações. Os jovens, investidos de inovações heteronômicas, precisam confrontar-se com os padrões de adulto que eles encontram durante o caminho. Nesse sentido o tema do reconhecimento social parece primário (TAYLOR, 1992). Aqui a pergunta pode ser: quais são os padrões de adulto que um grupo de pessoas considera positivo? A resposta deve considerar múltiplos aspectos da vida social. Em primeiro lugar, o nível econômico _ que na época do neoliberalismo torna-se cada vez mais importante _ parece um dos dados mais relevantes dessa reflexão. Mas cavando mais e mais nas redes de significados que compõem uma sociedade, outros aspectos revelam-se centrais.

Uma ideia que parece ser um nó central para essa reflexão é aquela de mestre. Citando Maldonado: “Falar-se do mestre e da mestrança, é falar de algo universal e indissociável à pesca, que congrega numa pessoa, num papel, um ideal social” (MALDONADO, 1994: 134). O mestre, na literatura sobre a pesca, aparece como um arquétipo social de ‘pessoa completa’ e socialmente reconhecida, em contraposição aos outros, não mestres, tripulantes ou jovens aprendizes. Nessa ideia parecem cruzar-se diferentes temas. Em primeiro lugar a rede social: o mestre surge como representante de um grupo de pessoas, muitas vezes coincidente com a família extensa, que constituem o seu “séquito pessoal” (MALDONADO, 1994: 146).

Se a mestrança aparece como um trato universal, é uma característica local como o séquito é construído. Em muitas etnografias o tema da comunicação possui grande importância. Os jovens geralmente podem vir a ser considerados indivíduos que não ‘podem falar’, porque a relevância social deles não é ainda suficiente e porque eles não têm incorporados os códigos comunicativos dos adultos. Essa é a primeira barreira social, que conduz fora do espaço liminar da juventude. Na pesca, em particular, é interessante como a ideia de segredo seja recorrente (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994). O segredo é legado ao conhecimento: secreto em relação a lugares, por exemplo, as áreas marinhas que podem ser ricas de peixes em um particular momento ou sobre as práticas da pesca e o período delas. Um conhecimento que é aprendido por via informal, uma transmissão muitas vezes de pai para filho. Ser adulto, pescador, uma pessoa socialmente reconhecida, significa a patrimonialização desse segredo, a sua gestão e a ‘comunicação silente’ dele, do modo de comandar um barco sem revelar demais. Um secreto que permite um domínio da natureza (GIRARDELLO, 2006: 131).

Esses tratos de descrição são aqueles que mais emergem de uma análise das etnografias sobre a pesca artesanal. Claramente tudo isso precisa ser contextualizado, falando do Brasil, em um particular tipo de estrutura familiar. Mesmo que recentemente tenham sido produzidos muitos estudos sobre a pesca feminina (LEITÃO, 2010), classicamente este tema foca sobre o papel masculino: “Trabalhar na pesca é, mais exclusivamente, o índice de qualificação dos ‘homens’, enquanto eixos e representantes das identidades familiares: os pescadores” (DUARTE, 1999: 31). A maioria dos estudos sobre a pesca revela de fato uma divisão do trabalho, em que a pesca é atividade prevalentemente masculina, e a gestão da casa, feminina (MOURAO, 1967:

217). Essa divisão é mais ou menos rígida em relação aos vários contextos locais e também uma compenetração entre diferentes papéis é relevável. Se, estatisticamente, a pesca artesanal parece ser associada a um papel masculino que se liga a uma estrutura patriarcal das famílias, parece ser o tema da ‘obrigação’ (DUARTE, 1999: 86) que define o chefe da família. Essa obrigação refere-se a uma responsabilidade que o pequeno produtor assume. Obrigação pela produção e, mais importante, pela reprodução do grupo. Reprodução que é o sustento da continuidade entre gerações, garantida pela transmissão do conhecimento. Na contemporaneidade, o gênero parece cair em segundo plano como critério de reconhecimento do chefe da família; a obrigação, a responsabilidade parece ser preponderante. Uma responsabilidade que muitas vezes não é só relativa à garantia da reprodução do grupo familiar, mas implica o empoderamento dele.

Com já descrito, na década de sessenta, “o governo brasileiro decidiu implantar uma indústria pesqueira em base empresarial, através de incentivos fiscais concedidos pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca” (DIEGUES, 1999: 361). Esse foi o primeiro passo em direção a uma transformação da estrutura produtiva nos contextos de pesca artesanal. O percurso de vida do pescador mudou radicalmente. Se antes, a pesca era uma atividade produtiva autônoma, fortemente ligada ao contexto local, depois, o pescador foi direcionado para um processo de proletarianização. Normalmente com a ‘maturidade produtiva’, os jovens homens migravam para os centros de pesca situados na costa brasileira. Tratava-se de uma migração sazonal, mas com temporadas de trabalho migrante muito extensas, de até vários anos. Uma primeira consequência desse processo foi o desaparecimento dos homens na estrutura familiar, que mudou amplamente, em particular em relação ao papel feminino. As mulheres, mais que no passado, encontraram-se no centro da estrutura produtiva e dos processos de decisão na família.

Em segundo lugar, o percurso convencional dos jovens homens mudou radicalmente. Se antes, a condição de adulto era denotada pela demonstração de possuir um amplo conhecimento sobre a pesca, um séquito pessoal e um domínio de um específico código comunicacional, agora a acumulação de capital econômico torna-se mais importante. Só assim era possível a construção de uma casa e a criação de uma família. Usando o clássico conceito antropológico de iniciação (TURNER, 1967), que analisa os limiares que delimitam as condições de jovens e de adultos, é possível afirmar

aqui que esse espaço limiar é ressignificado nesse período de tempo. O que nós podemos observar aqui é uma maior importância da existência de um capital econômico em relação a um capital simbólico, no que diz respeito a como acontecia no passado.

Um segundo momento histórico, que parece influente na transformação no percurso para a idade adulta, aconteceu no Brasil, no início dos anos oitenta. Nesse período, muitos, se não a maioria de contextos sociais ligados à atividade pesqueira, em particular no litoral, começam a interessar-se pela atividade turística. Esse processo comportou uma dupla transformação, que se articulou tanto sobre um plano econômico quanto simbólico. Do ponto de vista econômico, sendo o turismo uma das primeiras indústrias globais, a sua introdução causou um amplo influxo de capital nos contextos locais. Acontece aqui uma mudança nas comunidades que se transformam cada vez mais em provedores de serviços para os turistas. A pesca torna-se uma atividade praticada como segunda fonte de renda, em particular nas baixas temporadas.

Esses novos tipos de produtividades transformam também a relação entre jovens e adultos. Aqui, do ponto de vista simbólico, podemos assistir a uma relação ambígua com a pesca. Ela continua a ser uma atividade geralmente com uma forte conotação simbólica. O conhecimento necessário para a sua prática, os códigos comunicativos que denotam o pescador continuam sendo considerados como imprescindíveis para o acesso à ‘idade adulta’. Mas a pesca começa a ser percebida como secundária em comparação a outra atividade melhor de um ponto de vista econômico e de segurança para o futuro.

Voltando ao tema da obrigação, parece que aquilo que Duarte já relevava duas décadas atrás, hoje é mais preponderante:

“a obrigação é também a obrigação de uma ‘superação’ – de vencer a luta pela ultrapassagem de certo limiar de sobrevivência, que está sempre um pouco mais adiante, seja no sentido da reprodução ampliada ou da acumulação diferencial na própria unidade da produção, seja na consolidação de uma posição valorizada para um filho ou filha” (DUARTE, 1999: 87).

Essa necessidade de valorização do próprio *status*, se no passado era, por condições materiais e simbólicas, difícil, depois da compenetração da pesca com o turismo, torna-se fundamental.

O turismo, além de ser uma atividade econômica, cria um espaço de encontro importante. Os pesquisadores que trabalharam sobre as histórias

das viagens relevam esse papel fundamental da viagem e do encontro trans-cultural na transformação dos pensamentos e dos estilos de vida (LEED, 1991). E aqui os jovens, geralmente os maiores receptores de inovações, encontram novos padrões de adultos, mais e mais heteronômicos. Se na década antecedente, a conexão com o ‘mundo de fora’ era criada com o processo de migração e de trabalho assalariado, agora é gerada pelo turismo e investe não somente os migrantes, mas toda a sociedade local.

O horizonte dos jovens agora é repleto de múltiplas possibilidades. Ser pescador ou pescadora, aqui se torna uma opção entre outras, não mais a única possibilidade. E também o tipo de relação com a pesca muda de encontro com outras concepções dela. Ela coloca-se cada vez mais longe da ideia de trabalho, tornando-se uma atividade de lazer que contribua economicamente, mas em um sentido muito periférico. O trabalho é agora uma atividade salariada, continuativa e segura. Esse último termo aparece recorrente nas narrativas dos pescadores, a segurança, quase em reação a uma atividade caracterizada pela variabilidade e pela insegurança (DUARTE, 1999). A dicotomia entre segurança e insegurança parece agora, na contemporaneidade, como a maior conexão entre contextos locais e redes nacionais ou globais.

A maior continuidade entre discursos veiculados das mídias e das instituições também conduz a uma maior consideração de categorias como segurança, por exemplo. Segurança é uma ideia, que, na literatura clássica sobre a pesca, parece em clara contradição com este tipo atividade. A pesca é de fato uma das práticas mais ligadas à incerteza, ao risco e à variabilidade. A difusão da ideia de segurança, *leitmotiv* do mundo contemporâneo neoliberal, é considerável como um processo de penetração, nos contextos locais, de um objeto heteronômico. Ainda, se a segurança é um conceito que na teoria se refere só a uma condição de garantia da sobrevivência, hoje é uma ferramenta para englobar contextos locais, geralmente rurais, ao mundo do consumo.

Na relação entre jovens e adultos, a ideia de segurança parece veicular uma procura por um status socioeconômico peculiar. A relevância da questão da aposentadoria, nas narrativas dos pescadores artesanais, parece ser um claro exemplo desta procura. A lei sobre a aposentadoria dos pescadores

artesanais foi criada nos 2003²⁸, para garantir uma entrada econômica na velhice. Antes não tinham nenhum auxílio desse tipo, só um subsídio mínimo. Apesar disso, a aplicação dessa lei ainda sofre da ausência de uma regulamentação. Por isso, existe uma enorme discrepância na renda média de um pescador artesanal, que normalmente é distribuída entre a rede social dele e a aposentadoria, baseada sobre a pouca renda declarada. A consequência é que na maioria das vezes a aposentadoria é mais baixa do que o salário mínimo .

E aqui retorna o problema da segurança. Se no passado um subsídio mínimo era garantia de sobrevivência, agora não é mais assim. Novas necessidades apareceram que hoje não são mais garantidas. Então, a profissão do pescador artesanal, se em muitos lugares é ainda percebida como importante e reconhecida de um ponto de vista simbólico, economicamente é excluída do horizonte dos jovens. Não é comum encontrar no Brasil um pescador artesanal adulto ou idoso que deseja para o próprio filho ou filha esse tipo de futuro, mesmo se a pesca for considerada por ele como fundamental para a maturação pessoal.

A educação, em consequência desses processos, torna-se a via mais desejada. Já foi mencionado o fato que a maioria das pessoas que dedicaram toda a vida à pesca, trabalharam primariamente para um melhoramento das condições econômicas da própria família ou das redes sociais. Um dos primeiros escopos deles era, por exemplo, uma melhor educação para os próprios filhos e filhas. O impacto da educação formal sobre as comunidades pesqueiras também parece ambíguo. Se por um lado a escola é garantia para uma ampliação dos horizontes da imaginação dos jovens, por outro, ela torna-se uma etapa fundamental para a produção do ‘trabalhador’²⁹.

²⁸ Uma lei sobre a aposentadoria dos pescadores artesanais foi criada somente em 2003, por meio do Registro Geral de Pesca: “é possível ao pescador comercial, tanto industrial como artesanal, comprovar atividade pesqueira e usufruir dos benefícios assegurados à sofrida categoria profissional – dentre eles a aposentadoria em menor tempo de contribuição para a Previdência Social, seguro desemprego nos períodos de defeso e benefício de auxílio doença e por acidente de trabalho” (SILVA & OLIVEIRA, 2011: 7). Ainda, “Em 2009, a atividade pesqueira artesanal foi definida por nova lei, que estabeleceu a pesca artesanal como prática de economia familiar, promovida por o Ministério do Desenvolvimento Agrário” (SILVA & OLIVEIRA, 2011:10).

²⁹ Importante é aqui a dicotomia entre pequeno produtor, usada para definir os pescadores artesanais e aquela de trabalhador, assalariado.

Um exemplo é como a escola produz uma transformação na concepção do tempo. Se o tempo da pesca é também regulado pelas condições naturais do mar e do clima e da migração sazonal do peixe, o tempo da escola e do trabalho parece mais ‘seguro’, fixo, regulado pela precisão do relógio (FABIAN, 1983). Um relógio que define os tempos de trabalho, aqueles do lazer e também da fase da vida.

Na época da educação formal, o período da juventude é também resignificado primariamente pela permanência na escola. Se nos casos de lugares próximos aos centros urbanos a escolarização pode conduzir a uma boa ‘carreira de trabalho’, em outros, onde por várias motivações essa via é preclusa³⁰, esse processo causa primariamente uma maior descontinuidade entre gerações. Em particular, quando a escola é a porta-voz de um conhecimento baseado cientificamente, que substitui aquele construído sobre a atividade pesqueira.

Essa diferenciação, ligada também a outros processos, como a apropriação de recursos pela média e grande indústria pesqueira, a transformação radical dos contextos locais gerada pelo turismo e a recolocação dos grupos nas camadas baixas da sociedade, talvez conduza a dramáticas consequências, como a difusão do consumo problemático de drogas ou álcool, ou a violências. Incorporar um tempo, recreado sobre os ritmos das sociedades contemporâneas é um processo delicado para todas as gerações. O ‘barulho’ e a confusão que chegam com a ‘modernidade’ precisam aqui, em particular onde a continuidade entre gerações foi exposta ao perigo, de uma forte atenção.

Ainda mais importante é uma consciência sobre esses tipos de problemáticas. Como os pescadores reparam todos os dias as próprias redes, para reforçar as malhas da cultura, o debate e a reflexão são prioritários para a gestão das temáticas importantes. O papel dos jovens, muitas vezes percebido como ‘naturalizado’ e imutável precisa ser continuamente repensado, atualizado, considerando o contexto local. Esse debate é também considerável como um índice de quanto as redes da cultura são robustas.

³⁰ Algumas dessas são, por exemplo, a qualidade da escola, que talvez não possa garantir o acesso ao ensino superior ou a dificuldade do sujeito de conectar, na própria experiência pessoal, ‘mundos’ estruturalmente muito distantes.

5. As Redes dos jovens

Esta trilha, ainda parcial, que se articula entre diferentes gerações, lugares e múltiplos momentos históricos, parece alternar tonalidades de entusiasmo com outras, mais de medo. Cada reflexão sobre a juventude inclui, em perspectiva, uma abordagem sobre o futuro de uma específica comunidade ou de uma rede social mais ampla (CARNEIRO & GUARANÁ DE CASTRO, 2007; VELHO & DUARTE, 2009, 2010). Porque na juventude, em particular quando a sua concepção aproxima-se daquela ‘global’ veiculada, por exemplo, pelas Nações Unidas e pelos estados nacionais, está sempre vinculada a uma ideia de ligação com o futuro. Por isso, em muitos contextos, os jovens tornam-se uma categoria de pessoas, que revelam ‘imperfeições’ da rede social.

Quando a sociedade é plenamente capaz de se reproduzir, englobando as inovações, os jovens não parecem existir. O seu aparecimento acontece geralmente em períodos de transformação forte. Balandier argumentou que a desordem e a falta de reprodução cultural de um grupo são os fatores que contribuem para a criação de uma categoria de indivíduos – os principais receptores de mudanças sociais – que devem ser isolados em um interstício social (BALANDIER, 1974). Daí a juventude, uma das categorias liminares por excelência, surge como um problema sobre o qual refletir. Se a categoria do iniciando parece corresponder aos processos de reprodução social, a categoria do jovem corresponde à transformação. Na pesca essa dicotomia é bem representada pelas categorias mestre e não-mestre aqui já utilizadas. A palavra jovem substitui normalmente aquele tipo de narrativa e corresponde à mudança.

A produção da juventude também parece ser um processo que conduz à criação e à ‘fetichização’ do objeto. Se a reprodução cultural torna-se cada vez mais fragmentada, talvez reduzida a uma série de revoluções descontínuas, a juventude muitas vezes se manifesta como um objeto de desejo. Desejo de uma condição já perdida pelos adultos, uma chave para interpretar o percurso etnográfico proposto.

Aquelas que no passado foram descritas como comunidades de pesca, hoje, no Brasil, são contextos sociais, conectados com outros espaços sociais, muitas vezes urbanos ou influenciados pelo turismo. A pesca parece uma atividade cada vez mais periférica, do ponto de vista econômico, nesses grupos sociais. Por outro lado, o investimento das nações e dos empreen-

dimentos privados na pesca industrial, com a conseqüente exploração dos recursos, parece minar a percepção de um futuro onde no mar, nos rios e nas lagoas o peixe será abundante. As conseqüências desses tipos de processos são descritas em todos os contextos locais com uma narrativa peculiar, mas que há muitos traços em comum.

O risco do assalariamento pelos pescadores, que chegam a se definir trabalhadores do mar ou da pesca, parece muito grande particularmente para aqueles que hoje se engajam com a pesca.

REFERÊNCIAS

- ACHESON, J. M. 1981, Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology*, 10: 275-316.
- ARIÉS, P. 1981, *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BALANDIER, G. 1974, *Anthropo-logiques*. Paris: Presses Universitaires de France
- BRETON, Y. 1981, L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs. *Anthropologie et Sociétés*, 5, 1: 7-27.
- CARNEIRO M. J., Guaraná de Castro E. Editors. 2007, *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad.
- CASTORIADIS, C. 1975, *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil.
- COLEMAN, J. S. 1961, *The Adolescent Society*. New York: Free Press.
- COMAROFF, Jean, Comaroff, John 2000, Réflexions sur la Jeunesse. Du passé à La Post-colonie. *Politique africaine*, 80: 90-110.
- CUNHA, Oliveira, 2009, O mundo costeiro: temporalidades territorialidades, saberes, alternativas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 20: 59-67.
- DIEGUES, A. C. 1983, Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática.
- DIEGUES, A. C. 1995, Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima. São Paulo: NUPAUB-USP.
- DIEGUES, A. C. 1999, A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnografica*, 2 (2): 361-375.
- DIEGUES, A. C. 2004, A Pesca Construindo Sociedades. Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP.
- DUARTE, L. F. D. 1999, As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EdUFF.
- DUARTE L. F. D. 2009, Família, moralidade e religião: tendões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo, in *Gerações, família e sexualidade*. Editado por G. Velho, L. F. D. DUARTE. Pp. 17-45. Rio de Janeiro: Letras.
- DURHAM, D. 2000 Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to Parts 1 and 2. *Anthropological Quarterly*, 73, 3: 113-120.

FABIAN, J. 1983, *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press.

FLAHERTY, R. J. 1934, Man of Aran, United Kingdom. Video. FIRTH, R. 1971, *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*. London: Routledge&Kegan Paul.

GEERTZ, C. 1973, *The interpretation of cultures: selected essays*. New York, Basic Books.

GIRARDELLO, G. 2006, Crianças da pesca: lembranças de uma pesquisa na Ilha de Santa CATARINA, in *Pesca e Turismo. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Editado por C. Rial, M. Godio. pp. 129-140. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC.

GUARDADO, G. M. 2007, Vidas a contramarea: pesca artesanal, desarrollo y cultura em la costa de Michoacán. Michoacán: CESAS.

HERDT G., Leavitt S. C. Editors 1998, *Adolescence in Pacific Island Societies*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

KOTTAK, C. 1966, *Assault on Paradise*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

LEED, E. J. 1991, *The Mind of the Traveler. From Gilgamesh to Global Tourism*. New York: Basic Books.

LEITÃO, M. R. F. 2010, Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal, in *Diversidades. Dimensões de gênero e sexualidade, Ilha de Santa Catarina*. Editado por C. RIAL, J. M. Pedro, D. M. F. Arendt, pp. 103-123. Florianópolis: Editora Mulheres.

MALDONADO, S. C. 1986, *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática.

MALDONADO, S. C. 1994, *Mestres e Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: Annablume.

MARSHALL, J. 2009, *A Kalahari Family*. Death by myth, United States. Video.

MEAD, M. 1949, *Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilization*. New York: New American Library.

MOURÃO, F. 1967, *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

MURRAY, R. 2009, *The end of the line*, United Kingdom. Video.

RIAL, C., Godio, M. 2006, Introdução, in *Pesca e Turismo. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Editado por C. Rial, M. Godio. Pp 7-10. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC.

RIAL, C., Godio, M. Editors. 2006, *Pesca e Turismo. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC.

SAHLINS, M. 1997, O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *MANA* 3(1): 41-73.

SILVA, V. L., Oliveira, O. M. B. A. 2011, *Consequências da contradição entre o conceito jurídico-legal de pesca artesanal e sua prática no Brasil*, X Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales, Inédito.

STONE, G. C. 1976, *How the myth was made*, United States. Video. TAYLOR, C. 1992. *Multiculturalism and “The Politics of Recognition”*. Princetown: Princetown University Press.

TAYLOR, C. 2004, *Modern social imaginaries*. London: Duke University Press.

TURNER, V. 1967, *The Forest of Symbols*. Aspects of Ndembu Ritual. Ithaca: Cornell University Press.

VELHO G., Duarte L. F. D. Editors. 2009, *Gerações, família, sexualidade*. Rio de Janeiro: Letras.

VELHO G., Duarte L. F. D. Editors. 2010, *Juventude contemporânea. Culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: Letras. VISCONTI, L. 1948, *La terra trema*, Italia. Video.

WULF, H. 1995, Introducing youth culture in its own right. The state of the art and new possibilities, in *Youth Culture. A Cross-cultural Perspective*. Editado por V. Amit-Talai, H. WULF, pp 1-18. London-New York: Routledge.



Aspectos da mudança social em São Miguel do Gostoso: uma comunidade de pescadores artesanais do Rio Grande do Norte.

*Francisca de Souza Miller*³¹

Introdução

ASPECTOS da mudança social de uma comunidade de pescadores artesanais do Rio Grande do Norte constituem ainda o resultado parcial de uma pesquisa sobre o sistema de valores e as mudanças em uma comunidade de pescadores do litoral norte do Rio Grande do Norte.

Neste estudo enfocamos os aspectos gerais da mudança social que vem ocorrendo na comunidade de São Miguel do Gostoso, no litoral norte do Rio Grande do Norte, com ênfase no papel desempenhado pela escola formal no processo que envolve a desestruturação da pesca artesanal naquela comunidade.

³¹ Professor(a) Adjunto(a) III do Deptº de Antropologia da UFRN.
E mail: fransmiller56@yahoo.com.br

Aspectos gerais da comunidade e do município de São Miguel do Gostoso.

A comunidade de pesca de São Miguel do Gostoso fica no município do mesmo nome que está localizado no litoral norte do Estado (5°07'29"S e 35°38'21"W), tendo como limites, ao Norte, o Oceano Atlântico, ao Leste e Sul, o município de Touros e a Oeste, o município de Pedra Grande e Parazinho. O seu território compreende uma área de 345,9km² e uma população de 7.580 habitantes (IDEMA, 2000), representando uma densidade demográfica de 21,8 hab/km². As principais atividades econômicas dessa comunidade são tradicionalmente a agricultura, a pesca artesanal (em 2011, existia cerca de 700³² pescadores efetivos no município) e, recentemente, o turismo, que tem crescido em importância na sede, com intensificação nos meses de férias.

O município possui 14 distritos, entretanto somente quatro se dedicam à exploração dos recursos pesqueiros (Tourinho, Morros dos Martins, Praia do Marco e a sede do município).

Os solos da região são compostos predominantemente por latossolos e areias, em geral profundos, excessivamente drenados, ácidos e de fertilidade natural muito baixa. A vegetação é caracterizada pela caatinga hipoxerófila, hiperxerófila e cerrado, sendo o clima tropical chuvoso com verão seco, com chuvas se distribuindo no período de janeiro a agosto e precipitação média anual de 974 mm (EMBRAPA SOLOS, 2000).

A sede do município, que dista 110 quilômetros da capital do Estado, está interligada a estradas federal (BR-101) e estadual (RN-221) - as principais vias de acesso e escoamento da produção -, possuindo um sistema de comunicação (telefones públicos) instalado na maioria dos distritos e assentamentos, uma rádio comunitária e um pequeno jornal de periodicidade bimestral.

São Miguel do Gostoso se situa entre os municípios de mais baixos indicadores sociais do Rio Grande do Norte. Segundo o IBGE, a taxa de alfabetização é de 56,10%, o percentual de indigentes atinge 55,51% da população, enquanto 81,00% se encontram no nível de pobreza (IDEMA, 2004). As atividades produtivas situam-se especialmente nos setores primá-

rios e secundários, vinculados ao aproveitamento dos recursos naturais do meio envolvente e ao quadro de oferta de bens da cidade. A base da economia se concentra nas seguintes atividades: agropecuária (sendo a farinha de mandioca o seu principal produto), pesqueira (com uma estimativa de 2.500 pessoas que sobrevivem da atividade, visto que existe uma estimativa de quinhentos pescadores) e turismo.

A Pesca

De acordo com Antônio Alberto Cortez (2012:07), a pesca artesanal, entre os segmentos que compõem a produção de pescados (pesca industrial e aquicultura), é a que apresenta maior produção e ocupação de mão-de-obra. Seu contingente supera 1 milhão de trabalhadores e o volume extraído de 785.166 toneladas representa, segundo dados de 2010 do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), 62,1 por cento da produção pesqueira do Brasil. O que define um tipo de pesca é a organização social e de produção, os instrumentos de pesca e coleta, a divisão do trabalho e a produção.

A pesca em São Miguel do Gostoso é tradicionalmente artesanal e realizada com a utilização de instrumentos artesanais, adequados às especificidades ambientais do litoral. Os instrumentos utilizados nas pescarias são confeccionados em geral pelos próprios pescadores - no passado, via a utilização de produtos naturais e, mais recentemente, via produtos industrializados, com exceção das embarcações que são confeccionadas por um carpinteiro naval da Comunidade de Cajueiro (vizinha do município em foco).

De acordo com o ex-presidente da Colônia de Pesca Z34 e alguns pescadores, a frota se caracteriza pelo predomínio de embarcações a vela (paquetes e bote a vela), com um total de 53 unidades. Os barcos a motor, direcionados para a captura de lagostas e peixes (demersais e pelágicos), utilizando rede de emalhar e armadilhas "covos", totalizam 33 unidades.

Atualmente 700 pescadores estão registrados, dos quais 500 homens e 200 coletoras de moluscos. Como em Marudá na Amazônia (MOREIRA, 1993), em São Miguel do Gostoso essa atividade econômica ainda preserva o caráter de subsistência, visto que, apesar do pescado produzido nessa comunidade estar inserido em circuito amplo de comercialização, as relações sociais que se estabelecem no âmbito da produção não se realizam através da exploração direta da mão-de-obra. Mesmo que esses pequenos produto-

³² A informação é referente ao ano de 2011, coletada in loco, junto à Colônia de Pescadores Z-34

res estejam subordinados à rede de intermediários, esta não é uma relação de produção tipicamente capitalista, uma vez que o pescador ainda detém o controle dos meios de produção e todo o saber que envolve esse trabalho.

Nessa região, a pesca é predominantemente costeira, utilizando-se rede de espera para a captura da serra e da guarajuba. Parte da frota motorizada opera também na região mais costeira, na captura de lagostas com caçoeira e mergulho com compressor.

A pesca artesanal é desenvolvida durante o ano todo, sendo que o período de maior captura de pescado, segundo o ex-presidente da Colônia de Pesca, o sr. Aldenor, é de março a junho. O horário de trabalho segue uma dinâmica própria, marcada pelo tempo da natureza (MILLER, 2012). Observamos que, em geral, o horário de trabalho dos homens é estabelecido em decorrência do fluxo e refluxo das marés que se diferenciam, no horário, a cada dia. Já o horário de trabalho das mulheres é estabelecido não só pelo refluxo das marés, mas também pelos seus afazeres domésticos.

Para a reprodução da unidade doméstica e para aproveitar melhor os mananciais piscosos oferecidos pelo seu meio ambiente, o pescador se utiliza não só do domínio do conhecimento sobre o meio ambiente, os hábitos de uma variedade de espécies e as correntes marítimas e oscilações das marés, mas também de uma tecnologia consubstanciada em instrumentos tais como: embarcações, redes, armadilhas (covos) e outros artefatos, sem os quais a atividade pesqueira não seria possível. É com esses instrumentos, os quais denominamos de *tecnologia pesqueira artesanal*, que o pescador de São Miguel do Gostoso complementa a sua subsistência, promovendo a alimentação e garantindo a aquisição dos bens secundários.

A tecnologia artesanal, todavia, está inserida em um contexto de mudanças. A introdução de produtos industrializados em substituição a produtos naturais, no âmbito da pequena produção pesqueira, tais como o motor a óleo, em substituição ao a vela e aos remos como meio de propulsão, a rede de espera confeccionada industrialmente, em substituição à tecida manualmente ou mesmo à do *espinhel de fundo*, que apresentou uma captura bastante significativa, principalmente de tubarões e outras grandes espécies demersais, e que foi introduzida recentemente através de cursos de qualificação em novas tecnologias de pesca, ministrados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o apoio do Governo do Estado e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sinaliza para uma situação de mudança no âmbito da tecnologia pesqueira

artesanal. A substituição de produtos naturais por produtos industrializados coloca o pescador frente a instrumentos que escapam à sua atividade tradicional de confecção, em que são utilizados recursos naturais associados ao seu conhecimento empírico (MOREIRA, 1993).

As principais modalidades de pesca

Por causa da distinção da natureza física em relação à dimensional, o ambiente aquático é qualitativamente distinto do ambiente terrestre. Muitos objetos na água tendem a flutuar, enquanto no ambiente terrestre, de acordo com Heves (1948) e Miller Jr. (1988), caíam. A água oferece maior resistência à locomoção de que o ar, além de que temos também características como turbulência, solvabilidade e refração da luz. Esses elementos juntos exigem uma tecnologia distinta para atividades no ambiente aquático. Assim, o tipo de tecnologia pesqueira utilizada pelos pescadores de São Miguel do Gostoso reflete as condições físico-ambientais da região costeira. E mais: sobre a escolha do pescador por uma determinada modalidade de pesca incide um conjunto de variáveis de ordem econômica e cultural significativas, tais como a preferência do indivíduo pelo tipo de pescaria, a sua condição aquisitiva e as interferências do mercado (MILLER Jr, 1988; MOREIRA, 1993).

As principais modalidades de pesca identificadas em São Miguel do Gostoso são as seguintes:

Aparelhos de pesca utilizados em São Miguel do Gostoso	Espécies capturadas
Rede de espera	serra (espécie pelágica)
Compressor (mergulho)	lagosta
Linha de corso e de fundo	vermelhos (cioba)
Armadilha para peixe e camarão (“covo”)	cioba, guarajuba, camarão.
Espinhel	tubarão e outros

A organização da produção

A organização do pescador em São Miguel do Gostoso tem como base a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho baseada no parentesco. Tal organização de produção está voltada para a subsistência e para a venda para o mercado local, muito embora a necessidade de recorrer aos atravessadores gere a acumulação de lucros (para os atravessadores) no processo de circulação de mercadorias.

Na citada forma de organização da produção de pescador, o capital chega ao pescador através das mercadorias que compra e dos produtos do mar e da terra (farinha) que vende. O pescador não acumula capital no âmbito da produção, permanecendo nos limites do mercado de produtos onde o pequeno produtor vende sua produção e onde adquire mercadorias necessárias para a reprodução da unidade familiar.

Os pescadores artesanais, de São Miguel e de outras comunidades de um modo geral, apresentam uma produção não seletiva, constituída de uma grande variedade de espécies, que, em quantidades reduzidas por espécie, compõem a produção total, com algumas espécies sobressaindo-se em termos perceptuais.

Como em outras comunidades de pesca artesanal (MILLER, 2012), o peixe constitui-se, de um modo geral, em um produto indispensável na alimentação da população local. A sua produção aparece como elemento articulador no processo de organização do trabalho de São Miguel do Gostoso.

Em geral por falta de condições, o pescador comercializa seu pescado na praia mesmo ou vende para o atravessador.

A infraestrutura de apoio e comercialização do pescador

Para atender às comunidades que compõem o município, existe apenas uma pequena fábrica de gelo com capacidade de 80 barras/dia e produção de 1.200 kg/dia. A fábrica possui também uma câmara de estocagem de gelo.

No município estão estabelecidas duas empresas de pesca direcionadas para a aquisição e beneficiamento de lagostas. Entretanto, com a queda vertiginosa da produção, devido à sobrepesca predatória, as referidas empresas paralisaram suas atividades.

Os pescadores artesanais, sobretudo os que vivem distantes das cidades, são totalmente dependentes dos intermediários ou atravessadores.

Mesmo sendo proprietários dos meios de produção, isto não lhes possibilita ser os mais beneficiados no processo de venda de seus produtos. A figura do atravessador apareceu historicamente representando uma alternativa ao escoamento da produção, não apenas nessa área mas como prática comum em quase todo o litoral do Rio Grande do Norte.

Quando o pescador chega à praia com pouco pescado, ele vende ali mesmo no momento para qualquer pessoa que quiser comprar, mas, quando chega com uma quantidade muito grande de pescado e não tem como conservá-lo para levar para vender fora da comunidade, o pescador entrega o pescado para o atravessador vender, tendo este a tecnologia de preservação (refrigeração) e transporte.

A relação com os atravessadores garante o lucro destes, numa troca injusta e desigual; é uma relação predominantemente pessoal, baseada em valores como a lealdade e acordos mútuos que são cumpridos e convencionados verbalmente. Alguns têm seus próprios atravessadores, que eles identificam como sendo aqueles que, embora garantam a venda do peixe, estão enriquecendo com pouco esforço e à custa do suor e do risco deles.

Por falta de recursos por parte dos pescadores para mudar sua própria situação, as redes de relações estabelecidas entre o pescador e o atravessador representam a garantia da própria circulação do pescado e conseqüentemente das condições necessárias dessa economia que, mesmo considerada de subsistência, tem parte da sua produção deslocada para o mercado consumidor, como forma de assegurar a produção.

As mudanças sociais em São Miguel do Gostoso.

São Miguel do Gostoso foi constituído como uma comunidade onde a pesca e a agricultura eram e continuam sendo caracterizadas como atividades de subsistência das mais tradicionais desenvolvidas pela população local. Entretanto, nos últimos anos, o processo de desenvolvimento regional tem introduzido mudanças na pesca artesanal através das alterações no quadro social onde se movimenta o pequeno produtor e da degradação ou desarticulação da tradição pesqueira do litoral norte do Rio Grande do Norte.

A implantação do sistema rodoviário estadual e a especulação imobiliária constituíram os principais modeladores que redefiniram a configuração do espaço social nesse município.

Com a entrada de grandes empreendimentos imobiliários e o processo de expansão urbana, acentuam-se as mudanças nessa comunidade. Aparecem novas formas de ocupação e utilização do espaço físico, que passa a ser apropriado por novos moradores (italianos, portugueses, argentino, entre outros), que difundem outros estilos de vida.

Com o passar do tempo, as contradições geradas pelo processo de “desenvolvimento regional” expressam, através da antinomia *tradicional e moderno*, as transformações de âmbito social, econômico e cultural em São Miguel do Gostoso. O tradicional é representado pelas embarcações a vela construídas artesanalmente, pelos cestos, redes e covos de pesca confeccionados também pelos próprios pescadores, pela dieta alimentar baseada no consumo do peixe e da farinha de mandioca, pelas próprias relações de produção que ainda têm base no parentesco e ainda pelas danças folclóricas.

O moderno se faz presente através da estrada, das casas construídas de alvenaria de frente para a avenida principal, pela presença da televisão, pelo pequeno comércio que funciona num dos cômodos das residências para atender aos turistas, pelas pousadas, pelos orelhões espalhados na comunidade, pelo posto de saúde, que veio substituir em parte os curandeiros e parteiras, pela Secretaria de Finanças, Turismo e Meio Ambiente, pela presença do setor de epidemiologia, da fábrica de gelo, que funciona na Associação dos Pescadores, e do espinhel produzido e introduzido através de Projetos em colaboração com a UFRN; também através do pano de rede de *nylon*, do *windsurf*, do *kitesurf*, dos cursos de Informática ministrados por um filho de pescador que trabalha no Centro de Danças Folclóricas e da escola formal.

A seguir, faremos uma breve reflexão sobre o papel desempenhado pela escola formal no processo de mudança social que afeta a comunidade de São Miguel do Gostoso, já que a inserção da escola nessa comunidade, como em outras comunidades do litoral sul do Estado, resultou numa influência nos papéis sociais exercidos pelos atores e nas relações familiares, provocando, inclusive, um esvaziamento da mão-de-obra no setor pesqueiro e uma descaracterização cultural da comunidade.

A escola e a mudança social em São Miguel do Gostoso

Aqui nos concentraremos no sentido de tentar compreender, em linhas gerais, o papel desempenhado pela escola formal no processo de mudança social que vem ocorrendo na comunidade de São Miguel do Gostoso. Essa instituição constitui-se em um elemento de caráter desarticulador da relação relativamente integrada entre o homem e o seu meio circundante, ao disseminar valores predominantes nas cidades e ao mesmo tempo por se constituir como um elemento que traz esperança e motivação, na medida que se apresenta como uma via de mobilidade social para os membros dessa comunidade, em particular para os mais jovens.

Em São Miguel do Gostoso, como em outras comunidades de pesca litorâneas do Rio Grande do Norte, os agentes educacionais mais expressivos são a família e a escola formal. Entretanto, como em geral ocorre em sociedade de pequena escala e igualitária, a família nesse tipo de comunidade constitui-se não somente em uma unidade de transmissão e socialização de valores, mas também como núcleo de ensinamento e formação profissional.

Todavia, os dados sinalizam para uma atividade pesqueira que está passando por um processo de desarticulação na sua forma de organização social, uma vez que esta parece deixar de despertar interesse tanto daqueles que ensinam a arte de pescar, como dos indivíduos que recebem esse ensinamento, enfraquecendo, por sua vez, a posição da família na qualidade de principal responsável pelo aprendizado profissional, ou seja, pela arte de pescar.

Na percepção do pescador artesanal das comunidades litorâneas já estudadas por esta pesquisadora e por outros pesquisadores (Pirangi do Sul, Búzios, Barra de Tabatinga, Patane, no litoral sul do Estado, e atualmente São Miguel do Gostoso e Galinhos no litoral norte), a atividade pesqueira é compreendida como um trabalho que se harmoniza com a natureza. O saber pescar não se restringe apenas ao conhecimento das técnicas desenvolvidas para pescar, mas também ao domínio de regras voltadas para a conservação dos estoques pesqueiros e a convivência entre os pescadores (CUNHA, 2002). Todavia, para a nova geração, a pescaria é compreendida como uma forma de lazer e eventual ajuda na manutenção da unidade familiar. Seus membros são em geral jovens que aspiram ao modo de vida urbano e aos valores dos cidadãos. São filhos de pescadores que almejam um trabalho menos arriscado e um salário fixo no final do mês para os seus.

A falta de interesse dos jovens pelo “ofício” de pescador tem sua origem aproximadamente na década de 1980, quando a então São Miguel de Touros transforma-se em ponto turístico, crescendo, em consequência, o fluxo de pessoas abastadas, à procura de lazer e investimentos rentáveis. As atenções voltadas para a atividade produtiva estimulada pela expansão do comércio e os contatos frequentes com outros valores culturais, quer através da população flutuante, quer através dos meios de comunicação de massa, criam na comunidade as condições concretas que propiciam a assimilação e a aspiração de um modo de vida da capital.

O crescimento da especulação imobiliária, a fixação de estrangeiros que chegam à comunidade e o turismo parecem ter definido um novo *status* para os pescadores, colocando-os numa condição não mais tão privilegiada no seio da família e da comunidade como um todo. Este parece ser um dos pontos-chaves para a compreensão do atual processo de mudança, que ameaça a reprodução social dos pescadores artesanais de São Miguel do Gostoso, e da própria desarticulação da reação dialeticamente estabelecida entre o homem e a natureza nessa comunidade. Em tal contexto, a escola serve de veículo eficaz na manipulação externa, tornando seus membros mais vulneráveis à assimilação de novos valores. Observamos que a população de São Miguel gosta do turista porque ele vem para férias e deixa seu dinheiro através do consumo, mas não gosta dos estrangeiros que vêm para morar na comunidade, porque, de acordo com os informantes, ao construírem suas casas ou pousadas, acabam invadindo parte das terras dos moradores da comunidade.

De acordo com a história oral e com nossas observações em campo, a geração mais velha é, em geral, a que se dedica profissional e /ou efetivamente ao “ofício” da pesca. Seus membros são geralmente donos dos meios de produção, têm um relativo controle sobre o seu trabalho e apropriam-se da produção para satisfazer às necessidades básicas domésticas. Para esses pequenos pescadores, o meio circundante não é simplesmente a fonte dos meios de vida e de trabalho. Não é apenas o principal instrumento de trabalho com o qual realiza a sua produção. Na realidade, a relação que se estabelece com o meio circundante representa a sua condição objetiva de existência como pré-condição de sua atividade no processo de reprodução social.

Observamos que em São Miguel do Gostoso, como em outras comunidades de pescadores que já pesquisamos, o papel da família como respon-

sável pela aprendizagem profissional parece tender ao desaparecimento, em decorrência da absorção de valores exógenos à lógica inerente à dinâmica da própria comunidade. Assim, ao que tudo indica, dentro de alguns anos, a família deixará de ter a importância e o papel relevante na educação e na formação profissional dos jovens com a transformação da comunidade em agregado populacional.

Em São Miguel do Gostoso existem duas instituições de ensino, o Colégio Estadual “Olímpia Teixeira”, mantido pelo governo do Estado, com Ensino Médio, e uma escola mantida pelo município. Observa-se, no que se refere à expectativa gerada pela escola formal, que os pescadores vêm a escola com um sentimento ambivalente: se, por um lado, afirmam que contribui para alienar os jovens, por não ensinar aquilo que faz parte do cotidiano da comunidade, por outro, afirmam que somente através da escola formal seus filhos serão alguma coisa na vida e terão um emprego remunerado, sem correr os riscos e a imprevisibilidade que os seus pais correm todas as vezes que vão para o mar.

Alguns pescadores de São Miguel, como os pescadores de Patané/Camocim no município de Arês, afirmam que a relação das pessoas da comunidade com pessoas da cidade, através da escola, contribuiu muito para conscientizar a população. Veja o que diz uma informante

Muita gente não sabia receber um visitante em sua casa. Quando alguém batia na porta, as pessoas se escondiam para não atender. Essas pessoas não se escondiam por medo e, sim, por vergonha. Os residentes contam que houve casos de pessoas ficarem intoxicadas e cheias de nódulos, só em pensar que teriam que atender algum visitante. Posteriormente, muitas dessas pessoas começaram a sair para estudar em Arês e mudaram seu comportamento: algumas delas hoje são professoras e outras têm comércio, e lidam normalmente com as pessoas (Carminha, 38 anos).

Esse depoimento define bem a maneira como alguns pescadores percebem a escola. Para alguns, esta tem contribuído para a conscientização da população e para “ a melhora de vida”, a ascensão social. Quando os pais se referem à escola, é sempre no sentido de que esta não é mais para si e sim para os seus filhos. A escola é associada à lógica de desenvolvimento econômico. Em São Miguel do Gostoso, é percebida como uma instituição da cidade, com uma lógica da cidade, uma vez que ela prepara os indivíduos

para trabalhar em outras profissões na cidade e não no “ofício” da pesca na comunidade. A escola reproduz os valores citadinos e não dimensiona a realidade social, econômica e cultural local. Isto significa que está programada para reproduzir os valores da realidade urbana, tornando fácil a inserção do universo cultural da comunidade no sistema mercantil que se estende à região. Sem nenhum conhecimento das condições materiais de vida onde a comunidade produziu sua existência, a instituição atua, ao mesmo tempo, como amenizadora da resistência e facilitadora do processo de desmonte da relação relativamente integrada entre o homem e seu meio ambiente. Alguns pescadores afirmam que a pesca artesanal vai desaparecer porque não há incentivos para continuar e preferem ver seus filhos estudando. Mesmo percebendo que a instituição pode representar o fim da pesca artesanal, os pescadores acreditam que é através da escola que seus filhos mudarão de vida.

A diretora da Escola Estadual “Olímpia Teixeira” afirma que introduzirão disciplinas de turismo e também cursos de inglês para que os jovens da comunidade possam trabalhar no turismo na própria comunidade. Parece que esta ideia ainda não foi viabilizada e o que foi observado é que as escolas de São Miguel do Gostoso, como as de outras comunidades de pesca, apresentam um padrão curricular semelhante ao adotado pelas escolas da capital do Estado (Natal). Isso significa que a escola está reproduzindo uma ideologia que reforça a absorção do modo de vida urbano pelos jovens, sem observar as particularidades locais.

Se a escola não está contribuindo para a profissionalização dos membros da comunidade de São Miguel, no que diz respeito à atividade produtiva básica ali exercida (pesca), deixa também de facilitar a integração desses mesmos indivíduos com o seu ambiente e modo de vida peculiar.

Embora a presença da escola tenha contribuído para elevar os anseios da população, que deposita esperanças na citada instituição, de que seus filhos terão um futuro melhor, até o momento essa melhoria ainda não se tornou realidade.

Como instituição que traz esperança de melhores condições de vida para os moradores, através do acesso a melhores oportunidades de trabalho, a escola minimiza o impacto da desarticulação do universo social, econômico e cultural do homem de São Miguel do Gostoso e estimula o conformismo e a passividade diante das mudanças. Diante da situação local, essa instituição torna-se uma via que facilita a inserção dos indivíduos dessa comunidade em uma realidade diferente daquela por eles vivenciada, não os

preparando nem mesmo para extrair vantagens a partir dos recursos locais que redundassem na elevação do padrão de vida e melhoria das condições de existência.

Considerações finais

O presente trabalho não tem como objetivo negar a implantação de educação institucionalizada em São Miguel do Gostoso ou em qualquer outra comunidade de pesca. Queremos apenas alertar para a necessidade de se fazer estudos mais aprofundados sobre o tema a fim de se promover a adequação desta, visando à formação de indivíduos que compreendam melhor sua realidade e as suas peculiaridades ambientais, históricas e culturais.

As evidências empíricas já analisadas sinalizam para uma tendência para a desarticulação da pesca artesanal na comunidade de São Miguel do Gostoso. Da forma como as coisas estão, não há como os pescadores se reproduzirem socialmente com autonomia sem precisar dos atravessadores.

O apoio e incentivo à pesca industrial sem a devida consideração e apoio à pesca artesanal condenam progressivamente a pesca artesanal ao processo de desagregação. A pesca artesanal tem capacidade de transformação, no sentido de um melhor desempenho, se os incentivos chegarem até os pescadores.

REFERÊNCIAS

- CORTEZ, Antônio Alberto. Pesca artesanal: um novo momento. O Jornal de HOJE, Natal, 13 de julho de 2012. HOJE na Economia.
- CUNHA, Lucia Helena. 2002. Saberes Patrimoniais Pesqueiros. (artigo resultado de diversos trabalhos da autora como proposta de reflexão).
- EMBRAPA SOLOS. *Zoneamento agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico* / Fernando Barreto Rodrigues e Silva ... [et al.]. – Recife: Embrapa Solos Escritório regional de Pesquisa e Desenvolvimento Nordeste ERP/NE; Petrolina: Embrapa Semi-árido, 2000. CD- ROM. – (Embrapa Solos. Documento; n° 14).
- HEWES, Gordon W. “The Rubric ‘Fishing and Fisheries’; American Anthropologist, vol. 50, n°2, p. 238-46.
- IDEMA. Perfil do Seu Município: São Miguel do Gostoso. Natal:IDEMA. V. 06 p 1-22, 2004.
- MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. Marudá: Aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia. In: *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*/Organizado por Lurdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Mello, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993, p. 119-131.
- MILLER, Tom. O. “Aspectos Ecológicos e Socioeconômicos da Pesca Artesanal no Nordeste”. In: MILLER, Tom (Org.), *A Crise da Pesca Artesanal no Rio Grande do Norte* /EDUFRN/Natal/RN/ 1988.
- MILLER, Francisca de Souza. “Biscates como Estratégias de Sobrevivência”. In: MILLER, Tom (Org.), *A Crise da Pesca Artesanal no Rio Grande do Norte* /EDUFRN/ Natal/RN/ 1988.
- MILLER, Francisca de Souza. Pescadores e coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte, Natal, RN:EDUFRN, 2012



Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas.

Edna F. Alencar (UFPA)

Isabel Soares de Sousa (IDSM)

Ana Claudia Torres Gonçalves (IDSM)

Introdução

NA REGIÃO do Médio Solimões, estado do Amazonas, a pesca é uma das principais atividades da população que habita as áreas de várzea situadas ao longo das calhas de rios e margens de lagos que formam a bacia do rio Solimões³³, garantindo alimento e gerando renda para milhares de pessoas. A literatura produzida sobre o assunto tem demonstrado que desde o período colonial a pesca tem sido um dos pilares da economia dessa região (VERÍSSIMO 1985; FURTADO, 1991; PETRERE JR 1985; BARTHEN 1990; MCGRATH ET AL., 1993; BATISTA 1998; QUEIROZ & SARDINHA 1999; RUFFINO 2005; RAPOZO et al. 2012), e que sua importância começa a declinar na segunda metade do século XX como resultado da intensa exploração desse recurso.

³³ As várzeas são formadas por extensas faixas de terras alagadas sazonalmente, com variação no nível de água que oscila entre 8 m na estação seca, e 15m na estação das chuvas. Elas ocupam cerca de 1,5 % de toda planície Amazônica e se estendem por uma área de cerca de 65 mil km² em território brasileiro. (AYRES 1998).

Até o final da década de 1960 a pesca na região amazônica era realizada de forma artesanal com o uso de tecnologias de baixo poder de captura e capacidade de impactar o ambiente. A produção estava concentrada em algumas espécies que se reproduzem em ambientes de rios e lagos, e era destinada ao consumo dos mercados locais e regionais (DIEGUES, 1983; BARTHEN 1990, BERKES et al., 2001). Nas décadas seguintes, entre os anos 1970 e 1980, algumas mudanças importantes aconteceram nessa atividade como resultado da modernização das tecnologias utilizadas, tais como o uso de fios de nylon para tecer as redes; a utilização do motor de propulsão a diesel, e do gelo para a conservação do pescado que, juntos, permitiram maior capacidade de deslocamento das frotas pesqueiras que atuavam em escala industrial, e aumento da produtividade. Além da mudança na tecnologia, os subsídios governamentais destinados às empresas de pesca, e também aos pequenos pescadores, foi outro fator que contribuiu para incrementar a atividade de pesca, que se destinava ao mercado externo.

Ao longo da década de 1980, com o processo de consolidação de um parque industrial pesqueiro nas áreas costeiras, e redução dos estoques das espécies mais valorizadas comercialmente, algumas empresas se voltaram para a região oriental da Amazônia (MELLO 1985; DIEGUES 1999; BARTHEN 1990), intensificando a pesca nos rios e em ambientes de lagos situados em áreas de várzea. Na região do médio Solimões, por exemplo, embora exista grande diversidade de ictiofauna, apenas algumas espécies foram mais densamente exploradas devido a sua importância para o mercado, como é o caso do pirarucu (*Arapaima gigas*), do tambaqui (*Colossoma macropomum*) e dos grandes bagres migradores (BARTHEN 1990).

A intensificação da pesca que ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980 levou ao esgotamento dessas e de outras espécies, e acentuou a crise ambiental que já se anunciava com a expansão da indústria pesqueira, com a intensificação da exploração madeireira e a expansão da indústria pecuária em várias regiões da Amazônia, e resultou na elaboração de legislação específica que estabeleceu regras para sua captura (QUEIROZ 1999; AMARAL 2010), como resultado de pesquisas científicas que apontavam a ameaça de extinção dessas espécies. Com a redução dos estoques das principais espécies os pescadores artesanais das áreas ribeirinhas da Amazônia tiveram que buscar alternativas para garantir o sustento de suas famílias, diversificando suas atividades econômicas, como o cultivo de roças de mandioca

para produção de farinha, o cultivo de banana, e o extrativismo de produtos madeireiros (ALENCAR 1997), ou buscando capturar outras espécies. No entanto, a pesca continuou sendo uma atividade importante para as famílias ribeirinhas dessa região.

Segundo estimativas do IBAMA, apesar da crise que atingiu a produção pesqueira, como resultado da redução dos estoques de algumas espécies, cerca de 88,7% das capturas são feitas por pescadores artesanais (IBAMA 2007), e isso demonstra que a atividade pesqueira artesanal manteve sua importância econômica e social para a região amazônica, com capacidade de garantir as condições de reprodução das comunidades ribeirinhas, seja suprimindo as necessidades de consumo familiar, seja como uma fonte de renda. Essa produção tem garantido o abastecimento dos mercados regionais e internacionais (RAPOZO et. al 2012; QUEIROZ & SARDINHA 1999). Apesar da importância dessa produção para a econômica regional, ainda dispomos de poucas informações sobre as principais características da cadeia produtiva da pesca; sobre as formas de comercialização e financiamento; sobre as condições de trabalho e, especialmente sobre os arranjos e estratégias de organização social da produção, destacando o papel que homens e mulheres desempenham nessa atividade.

Estudos realizados na região do médio e baixo rio Solimões, e do baixo rio Amazonas, mostraram que a produção pesqueira realizada pelas mulheres se destina tanto ao consumo quanto ao mercado (ALENCAR 1997; ALENCAR 2000; ALENCAR 2002; ALENCAR 2012; SOARES 2012). Mas as pesquisas voltadas obter estatística do volume da produção pesqueira, a partir do que chega até os mercados, não discriminam o que é produzido por homens e mulheres, como também não consideram a produção que está destinada a abastecer as necessidades de consumo familiar. Diante deste cenário, restam muitas lacunas a serem preenchidas sobre as características da cadeia produtiva da pesca na região amazônica. A falta de informações sobre o volume da produção, sobre as formas de acesso ao mercado e a renda gerada com o trabalho das mulheres na pesca, contribui para elas não sejam incluídas nas estatísticas da produção pesqueira. E, conseqüentemente, para sua exclusão de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro, especialmente no que tange ao acesso a financiamento, aos direitos trabalhistas, e às políticas previdenciárias que regem essa categoria de trabalhador (FAO, 1996; ALENCAR 1997; MESQUITA 2000; SCHERER 2012; ALENCAR 2011; SOARES 2012; MANESCHY et al. 2012;).

Segundo Maneschy e colaboradores (2012), os estudos e as políticas setoriais sobre sociedades pesqueiras não tem incorporado a dimensão de gênero, fato que é agravado quando se observa que “o foco maior das políticas reside nos objetivos de produção em si e de qualidade de vida entendida como geração de renda [...] ainda é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas” (MANESCHY et al. 2012 p.714). De acordo com as recomendações da “Primera Reunión de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las Mujeres del Sector Pesquero - Acuícola”, ocorrida no Uruguai em 2000 (FAO 2001; MESQUITA 2000), a maioria dos países latinoamericanos não possuem informação quantitativa sobre a situação da mulher na pesca e na aquicultura, e os dados disponíveis não informam sobre suas condições de vida, as características do seu trabalho ou o volume de produção que elas geram (FAO 2001).

Nos anos 1990 uma significativa produção acadêmica sobre sociedades pesqueiras começou a destacar a presença feminina na pesca, apontando para uma longa tradição de participação das mulheres em atividades ligadas à cadeia produtiva da pesca: na captura de peixes; na coleta de mariscos; no beneficiamento, na salgagem e comercialização do pescado; e no trabalho de confecção e reparos de materiais de pesca (WOORTMANN 1991; ALENCAR 1991; ALENCAR 1993; MANESCHY 1994; ALENCAR 2011; MANESCHY et. A. 2012; SOUSA 2000). Os estudos mostravam a existência de mulheres pescadoras, situadas em diferentes contextos ambientais e sociais, que dominavam um conhecimento sobre o ambiente e sobre o processo produtivo da pesca que, aliado à experiência, lhes permitia o exercício do trabalho na pesca, realizando a exploração de recursos naturais essenciais para a subsistência de sua família. No entanto, sua participação na cadeia produtiva da pesca ocorria de forma descontínua, em alguns casos devido a interditos culturais que eram responsáveis pelo afastamento das mulheres da pesca que ocorria no alto mar, por exemplo. Em outros casos pela competição com atividades como os cuidados com os filhos e com a casa, vistos como sua principal responsabilidade. Essa divisão das atividades e dos espaços de atuação de homens e mulheres contribuía para invisibilizar as atividades das mulheres na pesca perante a sociedade e, principalmente, para as instituições públicas e para entidades de representação da categoria dos pescadores (ALENCAR 1993; ALENCAR 2011). A desvalorização, pela invisibilidade, do trabalho das mulheres no espaço da produção pesqueira

contribuía para que elas próprias não se percebessem como agentes da cadeia produtiva da pesca, e não afirmassem sua identidade como pescadora. Dessa forma, acabavam por reforçar a naturalização dos papéis de gênero no contexto da pesca artesanal (ALENCAR 2013).

Nesse artigo realizamos, de forma exploratória, algumas considerações sobre a participação das mulheres pescadoras no manejo de recursos pesqueiros, apontando as características dessa atividade, forma de organização do trabalho, geração de renda e relevância para a subsistência da família. As informações apresentadas fazem parte do banco de dados do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do Instituto Mamirauá, e de dados coletados em pesquisa etnográfica que realizou um breve diagnóstico socioeconômico, buscando traçar o perfil dessas mulheres (ALENCAR 2013).

As mulheres e a conservação de recursos pesqueiros nas RDS Mamirauá e Amanã

Nos últimos 30 anos as mudanças ambientais que ocorreram na região do Médio Solimões, com a redução dos estoques de recursos pesqueiros cuja exploração era a base da economia da população local, além de impulsionar o processo migratório, também criou um campo político de mobilização dos ribeirinhos que buscaram estratégias de conservação desses recursos. A defesa de seus territórios, com o apoio da Igreja Católica, tornou-se condição para a realização de projetos de manejo de lagos (LIMA 1997). No bojo desse movimento, foi criada em 1990 pelo governo do estado do Amazonas, a primeira unidade de conservação de uso sustentável do Brasil, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), e em 1998 criou a RDS Amanã. Trata-se de um novo modelo de área protegida que busca conciliar desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais, e melhoria das condições de vida das populações locais (LIMA 1997; AYRES et al. 1999).

As populações que residiam nos territórios que foram afetados com a criação dessas reservas, e tiveram garantido o direito de permanecer em suas comunidades (SNUC 2000), foram envolvidas nas ações de gestão e de conservação dos recursos naturais. Contudo, precisaram se adequar às normas de uso de recursos naturais previstas na legislação ambiental brasileira, o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC 2000), que também prevê a

criação de condições para que haja ampla participação da população nos processos decisórios e nas ações de gestão dos recursos naturais.

Nesse sentido, ao longo do processo de implantação das RDS Mamirauá e Amanã, houve a participação de lideranças locais nos espaços de discussão e tomada de decisões políticas sobre as ações de gestão territorial e ambiental das RDS e se buscou alternativas de conservação com a participação dos moradores, através da elaboração de projetos voltados para o manejo de recursos naturais (AYRES et. al 1999; IDSM 2010). A questão de gênero foi incorporada neste processo de forma tímida, através da participação das mulheres, que participam de projetos de manejo de recursos naturais não madeireiros (SOUZA 1997), do turismo de base comunitária (PERALTA e ALENCAR, 2008) e do manejo de recursos pesqueiros, como o pirarucu, desenvolvidos em várias áreas das RDS Mamirauá e Amanã (AMARAL et al. 2011). Contudo, essa participação é marcada por desafios no sentido de viabilizar a transversalidade de gêneros nas várias ações de conservação ambiental e, especialmente, pelos marcadores culturais de gênero que orientam as estratégias de organização do trabalho familiar e que repercutem nos projetos de manejo de recursos naturais.

A participação das mulheres em projetos de gestão de recursos naturais ganhou visibilidade no Brasil no período que antecede a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro. Esta conferência chamou a atenção para a questão das relações que as populações estabelecem com o meio ambiente e, em particular, para a relação entre gênero e meio ambiente, à partir da crítica feita ao modelo de desenvolvimento capitalista dominante que separa o humano do meio ambiente e segrega os diferentes gêneros em hierarquias (ROSSINI 2010; FIÚZA 1997; CASTRO e ABRA-MOVAY 2003). Durante o evento as mulheres pescadoras, apoiadas por outras categorias sociais que reivindicavam o direito do acesso a terra e a defesa de seus territórios de trabalho, propuseram um novo modelo de desenvolvimento que incluísse a perspectiva das relações de gênero nesse debate (FIUZA 1997).

Segundo M. Schmink (1999), o debate em torno do tema da conservação e desenvolvimento colocou novos desafios para os grupos sociais que se dispuseram a estabelecer a parceria com diferentes agências (governamentais e não-governamentais) visando a construção de projetos voltados para a conservação de recursos naturais, que buscassem conciliar o desenvolvimen-

to econômico com a equidade social e ambiental. Um dos desafios postos às comunidades rurais foi buscar estratégias para lidar com as diferenças significativas de interesses, e com diferentes perspectivas de poder entre os gêneros. Mas o desafio maior surgiu na esfera dos grupos domiciliares onde as diferenças são definidas a partir de um viés de gênero, e as relações de poder e de assimetria tendem a ser mais aparentes. Para Schmink, “enquanto gênero tem sido, por muito tempo, reconhecido como uma variável-chave a ser trabalhada na promoção do desenvolvimento, a análise de gênero dentro dos esforços de conservação está apenas iniciando” (1999, p.01).

Na região do Médio Solimões as mulheres realizam a pesca cotidianamente para suprir as necessidades de consumo da família, gerando um volume de produção que, se fosse comercializado, resultaria em uma renda significativa para o sustento da família. Nos últimos dez anos elas estão sendo incluídas em projetos de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidos nas RDS Mamirauá e Amanã por diferentes coletivos de pescadores, e contam com assessoria técnica do Instituto Mamirauá, através do Programa de Manejo de Pesca (PMP). Os projetos estão contribuindo para alterar o cenário de escassez de recursos pesqueiros na região do Médio Solimões (AMARAL 2009; QUEIROZ e AMARAL 2005; AMARAL et al. 2011), mas ainda não dispomos de informações sobre a forma de participação das mulheres nesses projetos. Segundo Schmink (1999) um aspecto importante da participação das mulheres no manejo de recursos naturais é sua capacidade de influenciar as políticas públicas, pois “o crescente reconhecimento do importante papel das mulheres nos projetos comunitários não é ainda refletido em estratégias para influenciar políticas públicas, organizações, e parcerias institucionais para a conservação e desenvolvimento” (SCHMINK 1999:01). Nesse sentido, a medida que o trabalho das mulheres no manejo de pesca for conhecido, pode contribuir para seu reconhecimento como pescadora, e seus direitos como cidadã no sentido pleno.

A participação das mulheres na pesca manejada do pirarucu

Na região amazônica a pesca do pirarucu tem sido uma atividade relevante desde o período pré-colonial (VERISSIMO 1985; MONTEIRO 2010), e se concentrou principalmente nas áreas de várzea. Ao longo do século XX a exploração desse recurso sustentou a indústria da borracha e abasteceu os

mercados locais e regionais, sendo realizada mais intensamente no período do verão, momento em que o nível das águas dos rios recua, deixando as terras de várzea descobertas, e isolando pequenos lagos que no inverno, no período da cheia, se conectam por um emaranhado de pequenos canais, furos e paranás aos lagos maiores. Os lagos servem como abrigo e local para a reprodução de várias espécies, dentre elas o pirarucu (QUEIROZ 1999).

A pesca do pirarucu é uma atividade que exige o domínio de muitas habilidades, que não são comuns a todos os pescadores, especialmente pelo uso de uma tecnologia, o arpão, que exige conhecimentos especializados sobre a ecologia do habitat e o comportamento deste animal, num processo que pode ser entendido como uma totalidade orgânica, tendo em vista que existe uma ligação íntima entre aspectos materiais e conceituais (DESCOLA 1996; INGOLD 2000). Ou seja, o sucesso da pescaria depende não apenas do pescador conhecer os ambientes onde o animal se reproduz, como também deter uma habilidade visual, auditiva e manual. Dominar o conjunto desses conhecimentos é necessário para que seja reconhecido como um pescador, como possuidor de um ethos e de uma identidade (MURRIETA 1999).

Nesta região do médio Solimões a pesca do pirarucu acontecia no período de verão, com uso de tecnologia simples, o arpão – instrumento de pesca composta por uma haste de madeira, a arpoeira (fio de nylon), e o arpão, uma ponta de metal –, e o uso do sal para conservar o pescado. Os pescadores construíam os acampamentos, ou *feitoria*, às margens dos lagos, pequenas cabanas ou *tapiris* feitas com troncos de madeira cortada com machado, com assoalho de toras de madeira, cobertas com palha, e sem as paredes laterais, que serviam de abrigo durante a temporada da pesca. Nessas cabanas eram armazenados o material de pesca, os fardos de sal e as mantas de pirarucu, depois de postas ao sol para secar. A duração das pescarias variava de acordo com a sazonalidade do ambiente, com a quantidade de sal disponível, e com a presença de animais adultos, pois os pescadores priorizavam os maiores e estes tendiam a se dispersar nos lagos, em busca de abrigos. As mulheres, e crianças, acompanhavam seus maridos nessa atividade realizando atividades como *dobrar as mantas* (virar as mantas) de peixe, para evitar que o sol incidisse apenas de um lado, e provocasse o cozimento da carne ao aquecer a gordura. Elas também espantavam os urubus ou outros animais de rapina que tentavam comer as mantas, e evitavam que

fossem molhadas quando chovesse. Portanto, embora fosse uma atividade que envolvia toda a família, a captura dos animais e atividades como retirar as escamas e fazer as mantas era uma atribuição dos homens. São raras as informações que apontem para uma presença atuante das mulheres na captura do pirarucu feita nos lagos com uso do arpão. Contudo, algumas mulheres afirmam dominar o conhecimento e possuir as habilidades necessárias para realizar a pesca do pirarucu.

Com a redução dos estoques desses animais nas duas últimas décadas do século XX, a pesca do pirarucu foi proibida em toda a região Amazônica³⁴. Contudo, nos anos 1990 alguns projetos de pesquisa começaram a ser desenvolvidos visando estabelecer as bases científicas para a realização do manejo dessa espécie (AMARAL 2009; QUEIROZ 1999). O Instituto Mamirauá se destaca nesse processo, ao desenvolver e prestar assessoria técnica ao coletivo de pescadores organizado em torno da Associação de Produtores do Setor Jarauá – APSJ, que desenvolveu o primeiro projeto de manejo de pirarucu na RDS Mamirauá em 1999 (AMARAL 2009), onde não havia a participação das mulheres. A partir da consolidação da experiência com a execução deste projeto, nos anos seguintes foram iniciados outros projetos com diferentes coletivos de pescadores, alguns deles formados por moradores das comunidades e da área urbana (AMARAL et al 2011).

No ano de 2012 existiam nas RDS Mamirauá e Amanã dez coletivos de pescadore(a)s que desenvolviam projetos de manejo de recursos pesqueiros assessorados pelo Instituto Mamirauá. Destes, seis envolviam apenas moradore(a)s das comunidades, que são os projetos de manejo dos lagos Caruara e Jutai-Cleto; e dos setores Tijuaca, Coraci, São José e Paraná Velho); um projeto envolvendo apenas pescadore(a)s da área urbana de Maraã, nos lagos Preto, Itaúba e Tigre, e outro nos lagos do sistema Acapu envolvendo pescadore(a)s da área urbana de Maraã e de comunidades rurais desse município. Os outros dois projetos, dos lagos do sistema Jarauá e do Pantaleão, envolvem pescadore(a)s urbanos de Tefé e de Alvarães (AMARAL et al. 2013), e moradore(a)s de comunidades situadas nas duas reservas.

Ao longo dos últimos 13 anos esses projetos se tornaram um exemplo

³⁴ A Portaria 480/91-IBAMA proíbe a pesca do pirarucu na bacia Amazônica brasileira de 01/dezembro a 31/ maio, momento em que esta espécie entra em fase reprodutiva. Este é o período conhecido como de “defeso” do pirarucu.

de ação positiva de conservação de recursos pesqueiros, e uma das principais fontes de renda monetária para pescadores das comunidades e das áreas urbanas. E uma de suas peculiaridades é a participação das mulheres pescadoras, em uma atividade que historicamente era dominada pela presença marcante dos homens. Contudo, não se tem estudos que mostrem como ocorre a participação das mulheres na gestão dos recursos pesqueiros, e como ocorre a divisão sexual do trabalho.

De acordo com dados do Programa de Manejo de Pesca, existem 420 mulheres e 712 homens participando dos projetos de manejo de pesca desenvolvidos na área da RDS Mimirauá; e 120 mulheres e 324 homens que participam dos projetos desenvolvidos na RDS Amanã. Trata-se de um percentual expressivo de participação das mulheres (540), quando se considera o universo representado pelos homens que somam 1.036.

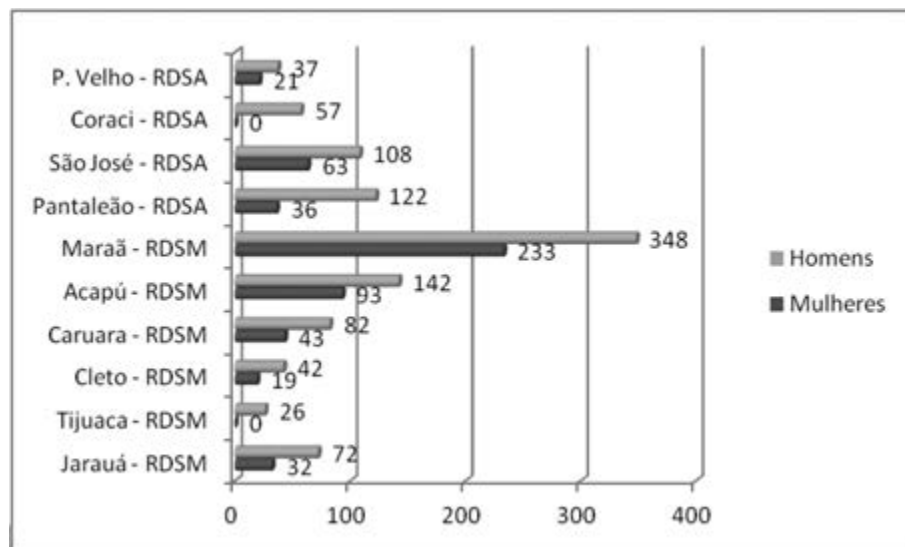


Gráfico 1. Composição de gênero nos projetos de manejo dos recursos pesqueiros nas RDS Mimirauá e Amanã, 2012.

A renda gerada por esses projetos na safra de 2012, referente às pescarias realizadas entre os meses de outubro e novembro, o(a)s pescadore(a)s manejadore(a)s pescaram cerca de 304.183 toneladas de pirarucus. E a comercialização dessa produção gerou uma renda bruta de R\$ 1.683.726,90, e uma renda média/bruta por pescador(a) de R\$1.586,92 (PMP/IDSM 2013).

Trata-se de um recurso que tem grande impacto sobre a economia local, regional e no estado do Amazonas como um todo, considerando-se todo um mercado paralelo de produtos e serviços que são envolvidos, tais como material de pesca, combustível, gelo, aluguel de barcos, contratação de serviços, além do aumento da capacidade de consumo de bens de consumo duráveis e de serviços por parte dos pescadore(a)s manejadore(a)s.

Organização do trabalho para o Manejo da Pesca de Pirarucu

Nos projetos de manejo de pirarucu, o trabalho está dividido em várias etapas: 1) reuniões para tomada de decisões, avaliações e planejamentos; 2) vigilância dos ambientes aquáticos; 3) o levantamento da quantidade de animais (pirarucu) nos lagos, que é a contagem; 4) a pesca; 5) o monitoramento da pesca; 6) a evisceração dos peixes; 7) a comercialização da produção; e 8) a repartição dos ganhos. A última etapa é a avaliação do manejo, quando se faz um balanço de todas as atividades realizadas ao longo do ano. Nessas reuniões participam o(a)s pescadore(a)s manejadore(a)s e os técnicos do Instituto Mimirauá que prestam assessoria aos projetos.

Contudo, existem outras atividades que precisam ser cumpridas para que um projeto tenha êxito, e a principal delas é a organização do(a)s pescadores(as) em um coletivo, seguido da definição das áreas que serão protegidas e dos ambientes que farão parte destas áreas. Em alguns casos, quando o projeto envolve mais de uma comunidade é necessário uma grande negociação para que seja possível a pactuação dos territórios e dos ambientes.

Algumas atividades ocorrem durante todo o ano, como a vigilância dos ambientes, enquanto outras apenas em momentos específicos, dentre estas destacamos a contagem dos animais que é feita quando a água dos lagos atinge certo nível, e os animais ficam impedidos de sair; a pesca que ocorre durante um curto espaço de tempo, geralmente entre os meses de setembro e novembro; o monitoramento e a comercialização que ocorre após a pescaria.

Dos dez projetos de manejo de pesca atualmente desenvolvidos nas RDS Mimirauá e Amanã, e assessorados pelo IDSM, em cinco deles (Acordo do Cleto, Acordo do Caruara, Acordo de Pesca do Acapu, Acordo de Pesca da Colônia Z-32 de Maraã, e Acordo do Pantaleão) observamos uma participação intensa das mulheres em todas as etapas, e também nas equi-

pes de vigilância. Esta participação além de aumentar a força de trabalho, também garante o reconhecimento do seu papel como detentora de saberes sobre o ambiente, e como fonte de reprodução desses saberes (DI CIOMMO 2007). Mas em dois deles, do Setor Tijuaca e do Setor Coraci, ambos desenvolvidos na RDS Amanã, as mulheres não participam.

No primeiro caso, do Setor Tijuaca, os coordenadores deste projeto apontaram alguns problemas para justificar a ausência das mulheres dos trabalhos de manejo, um deles é atribuído às características do ambiente, e o outro é uma suposta ameaça de ter seus ganhos reduzidos. De acordo com informações de técnicos do PMP, na última reunião de avaliação das atividades do manejo realizado pelo Setor Tijuaca no ano de 2012, e que ocorreu em março de 2013, os homens apontaram muitas dificuldades para realizar a pesca, e usaram isso para justificar a não participação das mulheres nas atividades de manejo. Segundo eles *“a pesca é sofrida, e as mulheres não aguentariam se submeter a tal sofrimento”*, ou ainda, que *“é uma opção de-las mesmas de não participarem [da pesca] porque têm que cuidar da família no período da pesca...”*. Afirmam que o acesso à área de pesca é complicado porque os lagos ficam longe das casas, e eles precisam remar por várias horas, e o acesso é muito difícil porque precisam fazer a travessia das canoas de um lago a outro por longos trechos de terra, pelos varadores, carregando canoas e animais nas costas. Além disso, apontam os riscos de ataques de animais, como mais uma dificuldade que eles enfrentam.

Este grupo de manejadores é um dos que mais demora para realizar a pesca e extrair a quota de peixes a que tem direito. Ou seja, enquanto outros grupos de manejadores geralmente retiram em média 30 a 100 peixes por dia, o manejadores do setor Tijuaca conseguem tirar apenas 02 a 04 peixes por dia³⁵. Contudo, outros projetos de manejo conseguiram resolver dificuldades semelhantes ao estabelecer outros critérios de participação para as mulheres que não podem realizar a pesca ou participar de atividades de vigilância dos lagos. Estes critérios são discutidos coletivamente e incluídos no Regimento Interno (RI) do projeto de manejo. Os RI são instrumentos que contêm normas, regras e condutas que devem ser adotadas durante os trabalhos de desenvolvimento do projeto de manejo ao longo do ano, e neles constam critérios de participação do(a)s associado(a)s, percentuais de

³⁵ Informações fornecidas por técnicos do PMP, em junho de 2013.

recebimento de quotas/benefícios, e as formas de compensação para quem não pode participar de atividades consideradas difíceis ou perigosas, como é o caso das mulheres, que não podem participar da pesca nos lagos ou nos trabalhos de vigilância dos ambientes manejados³⁶.

Outra justificativa usada por este grupo para o afastamento das mulheres do manejo de pirarucu se baseia no argumento de que sua presença aumentaria o número de pessoas para dividir o recurso adquirido com a pesca, o mesmo argumento que é também usado para não aceitarem novos sócios. Contudo, este argumento não tem sustentação se considerarmos que em outros projetos de manejo de pesca onde há a participação das mulheres, existe equidade na repartição das quotas atribuídas às várias atividades realizadas por homens e mulheres, e que estão contempladas nos Regimentos Internos (RI). Nesse sentido, a quota de peixe que elas teriam direito de receber (e está prevista no RI) será somada aquela recebida por seus maridos ou companheiros, dessa forma, ao invés de dividir, ocorre a duplicação da renda final que se destina à mesma família. Resta mencionar, ainda, que um dos critérios para a participação das mulheres no manejo é que elas possuam o RGP (Registro Geral de Pesca), o que significa ter direito a receber o Seguro Defeso do Pescador Artesanal (SDPA). Portanto, ao invés de dividir, a participação das mulheres no manejo tende a somar. E se considerarmos, por outro lado, que as mulheres tendem a investir sua renda em benefício da família, o argumento perde totalmente sua razão de ser³⁷.

³⁶ Como exemplo, citamos as mulheres que participam do projeto de manejo de pesca do Complexo dos Lagos Preto, Itaúba e Tigre, coordenado pela Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, conseguiram inserir no RI deste projeto cláusulas que lhes permite receber um percentual da quota a que tem direito, mesmo que não participem das pescarias e das atividades de vigilância, como previsto na SESSÃO II, Art. 11 Critérios para obtenção de quotas de pesca de pirarucu (*Arapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e demais espécies: inciso II – *Participar ativamente ou colaborar (quando necessário) para os serviços diversos (Exemplos: preparo de refeição e limpeza do acesso aos lagos durante a contagem, construção e reforma de estruturas flutuantes, sede, etc) garante 20% da quota*. Portanto, os critérios estabelecidos no RI do Acordo de Pesca da Colônia Z-32 de Maraã garantem os direitos às mulheres desde que as mesmas participem das atividades que ocorrem durante o ano.

³⁷ Segundo informações preliminares de pesquisa que está sendo realizada com mulheres da comunidade São Raimundo do Jarauá que participam do Acordo de Pesca do Setor Jarauá (ABREU et al 2013), esta atividade tem contribuído para a melhoria das condições de vida das famílias das pescadoras e da comunidade como um todo, pois observa-se que num universo de 17 pescadoras entrevistadas, 47% afirmou que investiu o dinheiro ganho com o manejo de

O segundo exemplo de projeto de manejo que excluiu as mulheres é o do Setor Coraci, situado na RDS Amanã. De acordo com depoimentos coletados por técnicos do PMP, os homens alegam que as mulheres já possuem suas próprias fontes de renda através de atividades agrícolas e da venda de artesanato³⁸ logo, no entendimento deles, elas não precisariam de outra fonte de renda. Contudo, algumas mulheres discordam dessa interpretação e alegam que a renda da agricultura é dividida entre homens e mulheres, e que o mesmo deveria ocorrer com a renda da pesca manejada. Observamos, neste caso, que o fato das mulheres possuírem uma atividade que gera renda, elas estariam competindo com os homens e ameaçando seu papel de provedor da família. Nos casos em que as mulheres não podem participar das atividades de vigilância dos ambientes, os homens alegam que eles precisam ficar em casa cuidando dos filhos, e isso é traduzido pelas mulheres como a persistência de um valor muito caro ao modelo patriarcal de divisão sexual do trabalho, e uma forma de mantê-las afastadas do espaço da pesca. Portanto, os argumentos usados pelos homens reproduzem ideologias assimétricas de gênero, pois deixam evidente que consideram a pesca como uma atividade masculina, e que as mulheres devem desenvolver atividades que lhes são características, como o cuidado com a casa e, especialmente, com os filhos pequenos.

Nos projetos de manejo que acompanhamos nos últimos três anos (ALENCAR & SOUSA 2012), observamos que a participação das mulheres é mais destacada nas assembleias, no monitoramento da pesca, na evisceração e na limpeza do peixe. Enquanto nas atividades de contagem dos peixes, da qual participam apenas aqueles homens considerados especialistas e grandes conhecedores dos comportamentos dos animais e dos ambientes onde eles se reproduzem, é onde as mulheres tem uma baixa participação³⁹

pesca na compra de alimentos, calçados e roupas para a família. Ou seja, o dinheiro é investido em benefício da família como um todo.

³⁸ Esta atividade é desenvolvida pelas mulheres sócias da Associação de Artesãs do setor Coraci, através do manejo de recursos florestais não-madeireiros, para viabilizar a produção e comercialização de artefatos de tala e cipós.

³⁹ Embora não tenhamos informações precisas, de acordo com estimativa do PMP, existem atualmente quatro mulheres que realizaram curso de contagem de pirarucu, mas nenhuma delas tem atuado nesta atividade, para a qual os pescadores recebem um pagamento adicional.

. Outra atividade onde as mulheres tem pouca participação é na vigilância dos ambientes, ou seja, dos lagos e ressacas onde os peixes buscam abrigo para sua reprodução. Por ser uma atividade que envolve riscos, e um afastamento dos pescadores(as) de suas casas por cerca de três a sete dias por mês, as mulheres encontram resistência por parte de seus companheiros, mas essa resistência tende a desaparecer quando seus maridos fazem parte da mesma equipe de vigilância. Contudo, como as mulheres querem participar de todas as etapas do manejo, elas cobram a participação nas expedições de vigilância, e geralmente quando conseguem acompanhar as equipes, acabam assumindo a reponsabilidade por atividades que são consideradas femininas, ou seja, fazer comida e a manutenção (limpeza) das bases de vigilâncias, as casas flutuantes, enquanto os homens saem para fazer a vigilância dos lagos.

Contudo, gostaríamos de ressaltar que cada projeto de manejo possui suas especificidades, como é o caso do projeto de manejo do Complexo do Paraná Velho, realizado por um grupo de moradores de comunidades da RDS Amanã, onde os respectivos maridos substituem suas mulheres nos períodos de vigilância dos lagos, garantido assim o percentual da quota de peixe atribuído a essa etapa do manejo e, conseqüentemente, aumentando a renda da família. Mas não deixa existir uma limitação da participação delas em todas as etapas.

Nesse sentido, fica evidente que mesmo nos projetos onde a participação das mulheres é aceita, elas ainda sofrem discriminação de gênero, pois na distribuição das atividades elas tendem a assumir aquelas consideradas “mais leves” ou “naturalmente” femininas, tais como fazer a comida, lavar as roupas dos pescadores e fazer o trabalho de limpeza das bases de apoio, quando ocorre a pesca nos lagos ou durante as atividades de vigilância; ou fazer o trabalho de monitoramento da pesca e de evisceração dos peixes (ABREU et. al 2013).

Os homens, por outro lado, assumem as atividades consideradas mais “pesadas” como carregar canoas pelos varadouros (caminhos por terra que ligam dois lagos), puxar o peixe das redes para as canoas, fazer o transporte do peixe nas costas dos lagos até os locais de embarque, sendo esta ultima atividade reconhecida como masculina em virtude do tamanho que o pirarucu atinge, e o peso acima dos 80 kg. Observamos assim que neste contexto da pesca manejada, as atividades associadas às mulheres são semelhantes aquelas que ocorrem no espaço doméstico, e as atividades da mulher pescadora ou agricultora, tendem a ser vistas como uma simples extensão

das tarefas domésticas, e não como uma ocupação a ser computada na economia nacional (MOURA et al, 1990; LOPEZ et al., 1997).

Nesse sentido, a abordagem de gênero nos estudos da organização social da pesca, especialmente nos projetos de manejo de recursos pesqueiros, deve levar em consideração os papéis feminino e masculino no contexto da produção pesqueira como um todo, visando conhecer como ocorre a inserção das mulheres no contexto social, político, econômico e ecológico das comunidades. Assim, podemos destacar a importância do seu papel enquanto um sujeito ativo, capaz de propor modelos alternativos de relações de gênero e de políticas mais equitativas de acesso aos recursos naturais (SCHMINK 1999).

Considerações Finais

Neste artigo procuramos mostrar, de forma ainda exploratória, como as mulheres pescadoras das RDS Mamirauá e Amanã, e também das áreas urbanas de Tefé, Alvarães e Maraã, estão participando de projetos de manejo de recursos pesqueiros, desenvolvendo diversas atividades que podem reforçar sua condição de gênero, ou contribuir para a construção de uma equivalência de gênero no que se refere à realização das atividades que são parte integrante desses projetos. As representações que homens e mulheres constroem sobre esta participação ainda não estão identificadas, mas sabemos que as mulheres ao se organizarem politicamente, participando das Colônias, dos Sindicatos ou das Associações de Pescadores, ainda com uma terminologia que enfatiza o masculino, conseguem ocupar espaços importantes, dar visibilidade às suas necessidades, e apontar caminhos para que elas sejam alcançadas. Ao mesmo tempo, elas também garantem formas mais equitativas de relações de gêneros em diferentes espaços da vida social e política de suas comunidades. Essa participação atende aos pressupostos previstos em convenções nacionais e internacionais, referentes ao papel que as populações tradicionais desempenham na conservação da biodiversidade.

Embora esta participação tenha contribuído para aumentar a fonte de renda das famílias, não sabemos de que maneira o acesso equivale ao empoderamento das mulheres pescadoras, e como repercute nas relações de gênero na esfera doméstica e, especialmente, na esfera da atividade produtiva da pesca. O fato dos homens apoiarem suas parceiras na realização de

atividades de gestão dos recursos pesqueiros e a participação política nas entidades de classe, poderia significar um deslocamento do “lugar natural” das mulheres na cadeia produtiva da pesca, ou na economia local. Mas até que ponto estaria contribuindo para mudanças na maneira como homens e mulheres pensam seus papéis no contexto social, político e econômico de suas comunidades? Trata-se de uma mudança significativa e suficiente para ofuscar valores dominantes de uma sociedade patriarcal que ainda tende a naturalizar o lugar das mulheres?

Este artigo é uma primeira aproximação desse universo, que será aprofundado a partir da análise dos resultados das pesquisas que estão sendo desenvolvidas e que podem contribuir para compreender o processo de construção da participação política das mulheres pescadoras na conservação da natureza; conhecer as reivindicações e as relações de poder que permeiam o universo da pesca manejada. Estas informações contribuirão para preencher uma lacuna em termos de conhecimentos sobre o trabalho das mulheres na pesca na Amazônia oriental e, com isso, espera-se dar visibilidade às demandas das mulheres pescadoras e destacar as dificuldades no acesso à transversalidade de gênero nas políticas públicas.

A visibilidade é condição para que as mulheres, especialmente as mulheres rurais, tenham maior participação na vida econômica, social e política de suas comunidades, e uma maneira de valorizar seu papel como sujeito histórico, e seu papel na conservação da biodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. F., Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Am. In: SCHERER, Elenise. (Org.). *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1a ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2013, v.1, p. 21-50.

_____. Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca In: Um Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão. 1 ed. Manaus : ENUA, 2011, v.1, p. 447-466.

_____, “Entre o rio e o lago: conflito social e etnografia da pesca na várzea do Médio Amazonas” in Pós: *Revista Basiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília*. Ano IV, 2000. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2000, pp.121-144.

_____. Trabalho feminino e participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida. In: FURTADO, L. G. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA/NUMA, 1997. pp.102-130.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. *Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, Am.* Relatório Técnico. Projeto de Pesquisa. Tefé, 2012.

AMARAL, E.; SOUSA, I. GONÇALVES, A. C.; BRAGA, R.; FERRAZ, P; CARVALHO, G.;. **Manejo de pirarucus (Arapaima gigas) em lagos de várzea de uso exclusivo de pescadores urbanos:** baseado na experiência do Instituto Mamirauá junto a Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã na cogestão do complexo do Lago Preto, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-RDSM. Tefé: IDSM. 76 p. (Série Protocolos de manejo dos recursos naturais, 1). 2011.

AMARAL, E.; GONÇALVES, A. C.; SOUSA, I. **Manejo de pirarucu (Arapaima Gigas) em Lagos de Várzea de uso compartilhado entre pescadores urbanos e ribeirinhos:** Baseado na experiência de cogestão dos recursos pesqueiros na área do Complexo de Lagos Pantaleão, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. Tefé:IDSM, 2013. 110 p. (Série Protocolos de manejo dos recursos naturais, 2)

AMARAL, E. S. R. *O Manejo comunitário de pirarucu (Arapaima gigas) como alternativa econômica para os pescadores das RDS's Amanã e Mamirauá, Amazonas, Brasil.* Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – NUMA, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.

BARTHEM, R. *Descrição da pesca da piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii, Pimelodidae) no estuário e na calha do Rio Amazonas.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 6(1): 117-130. 1990.

BATISTA, V.S. 1998. *Distribuição, dinâmica da frota e dos recursos pesqueiros na Amazônia Central.* Tese de Doutorado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ Fundação Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas. 282p.

CASTRO, M. & ABRAMOVAY, M. *Gênero e Meio Ambiente*. 2. ed., revista. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

DESCOLA, P. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P. e Pálsson, G. (org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres; Routledge:82-102. 1996.

DIEGUES, A. C. A Socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos do Brasil. *Etnográfica*, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375

FAO. Seguridad alimentaria y la mujer rural, la unidad de esfuerzos para la igualdad, para la paz hacia la vida en la tierra. Artículo editorial. *Redes*, Boletín informativo de la mujer rural latinoamericana, no. 6 agosto, 1997.

FIÚZA, A. L. de C. Mulher e ambientalismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 9, outubro 1997. Pp. 178-189

FUNDAÇÃO NATURA & CEPLAES. *Mujer e Medio Ambiente em América Latina e o Caribe*. Quito, 1991.

FURTADO, L. G., *Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará.* Bol. Mus. Pa. Emilio Goeldi, Ser. Antropologia 6 (1), 1990. 93p.

_____, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.* MCT.CNPq-Museu Emilio Goeldi. Tese de Doutorado, 1993. 486p.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London:Routledge, 2000.

LEITÃO, M.R.F.A. El espacio de la mujer en las políticas públicas de la pesca em el noreste brasileño. I Anais do IV Congreso Iberoamericano de Estudios de Gênero. Rosário, Argentina. Julho, 2008.

MCGRATH, D. G., CARDOSO, A. e SÀ, E. P., *Pesca Comunitária e Co-Manejo na Várzea do Baixo Amazonas, Brasil.* IN: *International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries: sustaining livelihoods and biodiversity in the new millennium.* Phnom Penh, Cambodia, 12 - 15 Fevereiro de 2002.

MANESCHY, M. C, SIQUEIRA, D. e ÁLVARES, M. L. M., *Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento*. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3):713-737, 2012

MANESCHY, M. C. A.; ALENCAR, E., NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: Álvares, M. L. M., D'Incao, M. A. (Org.). *A Mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/GOELDI. 1995.

MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: A mulher na pesca. In D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M.da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernidade*. Belém: MPEG, 1994

MELLO, A. F., *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*, Belém, UFPA. 1985,

MESQUITA, E. F. M., O Papel da Mulher Brasileira no Setor Pesqueiro. IN: *Primera Reunión de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las Mujeres del Sector Pesquero - Acuicola* - Informe Final - 5 y 6 de octubre del 2000. <http://mujeres.infopesca.org/pub.htm>

PERALTA, N. B. e ALENCAR, E. *Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero*. Campos, Curitiba, PR, v.9, n.1, p.109-129. (2008).

QUEIROZ, H.L.; SARDINHA, A. D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus em Mamirauá. In: QUEIROZ, H.L.; CRAMPTON, W. G. R. (Eds.) *Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá*. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/Ministério de Ciência e Tecnologia /Conselho Nacional de Pesquisa, p. 108-141, 1999.

SCHMINK, M. *Marco Conceitual sobre Gênero e Conservação com Base Comunitária*. Flórida: Universidade da Flórida, (Série de Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo dos Recursos Naturais, N. 01). (1999).

SOUZA, M. A participação política de homens e mulheres na implantação de uma Reserva Ecológica na Amazônia: papéis sociais, divergências e convergências. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Belém: UFPA. (1997).

PETREIRE JR, M. A pesca comercial no rio Solimões-Amazonas e seus afluentes: análise dos informes do pescado desembarcado no mercado municipal de Manaus (1976-1978). Manaus: Ciência e cultura, 1985.

RAPOZO, P. H. C. Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

ROSSINI, Rosa Ester & CALIÓ, Sonia Alves. Gênero e meio ambiente na Amazônia brasileira. Conferencia Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis. 2008.

RUFFINO, M. L. *Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: IBAMA, 2005.

SCHERER, E. F. *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1a ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2013

SOARES, S. M. *Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da varzea-AM*. Manaus. Dissertação de Mestrado - (Pós-Graduação e Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SOUSA, Isabel Soares de. *Aviamento e Reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeu-Salvador-Viséu*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPA/CFCH/DEAN, Belém.2000.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1985.

WOORTMAN, Ellen. 1991. "Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste". *Série Antropologia* 111. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

WOORTMANN, E. F. *O ambiente e a mulher: o caso do litoral do Rio Grande do Norte, Brasil*. In: *Latin American Studies*, Tokyo, The Association for Latin American Studies, n° 12, p. 31-53, 1992.



O lugar da pesca de camarão em Parintins: as Camaroeiras e o Seguro Defeso

*Antonia Mara Raposo Diógenes
Sara Moreira Soares
Elenise Faria Scherer*

ESSE ARTIGO tem por objetivo colaborar com o debate sobre a mulher na pesca, descrevendo a condição de vulnerabilidade social em que se encontram as camaroeiras⁴⁰ residentes em Brasília e Catispera, duas comunidades de área de várzea, pertencentes ao município de Parintins, Estado do Amazonas.

O estudo é parte do projeto de pesquisa⁴¹ que estamos realizando com as comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antonio do Catispera, ambas com a maioria de mulheres pescadoras artesanais de camarão de água doce.

Utilizamos uma abordagem qualitativa, na qual por meio da pesquisa

⁴⁰ Camaroeiras: termo utilizado por nós, para nos referirmos as mulheres pescadoras artesanais de camarão.

⁴¹ Projeto de pesquisa de mestrado do PPG-CASA/UFAM, intitulado “As camaroeiras de Brasília e Catispera em Parintins-Am: trabalho e modo de vida em ambiente pesqueiro amazônico”, que compõe o Projeto de Pesquisa: Na quilha da canoa: pescadores e pescadoras trabalho, reconhecimento e Seguro Defeso, com apoio do Edital Universal /CNPq, 2011-2013, coordenado pela profa. Dra. Elenise Faria Scherer.

de campo, onde fizemos uso da observação direta e entrevistas semi-estruturadas, procuramos descrever o modo de vida, o trabalho, a situação de vulnerabilidade e a política pública de Seguro Defeso ao qual se encontram essas trabalhadoras da pesca.

Realizamos a revisão bibliográfica, onde nos apoiamos em estudos sobre a pesca em região amazônica, tendo, entre outros, como referências, Alencar (1993), Furtado (1993), Góes (2008), Lima (2001), Manesch (2010), Scherer (2012).

O lugar onde vivem as pescadoras de camarão: as comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antonio do Catispera em Parintins-AM.

Dos 62 (sessenta e dois) municípios que compõem oficialmente o estado do Amazonas, Parintins é o segundo mais populoso, com 102.033 habitantes (IBGE, 2008). Localizado a margem direita do rio Amazonas, está a 325 km em linha reta e, 420 km em via fluvial distante da cidade de Manaus, capital do estado. A cidade se tornou conhecida mundialmente, por meio do seu folclore popular, os bois-bumbás garantido e caprichoso, que anualmente, no mês de junho, recebe pessoas das mais diversas localidades movimentando de forma significativa a economia.

Por ser um município de rios e lagos somente de água doce, chama atenção à pesca do camarão, crustáceo de origem de água salgada, que se adaptou às águas escuras e barrentas do rio Amazonas. Essa pesca é realizada por maioria de mulheres que residem nas comunidades de Brasília e Catispera, mas apesar da participação das mulheres na atividade pesqueira, pouco se fala delas na história desse segmento que, geralmente é definido como sendo predominantemente masculino, colaborando desta forma para uma situação de invisibilidade dessas trabalhadoras (ALBUQUERQUE: 2010; GOES: 2008).

A pesca do camarão é uma das principais fontes de renda da família das camaroeiras. Geralmente é realizada em regime de economia familiar, como muita intensidade no período de junho a setembro/outubro, e em poucos locais, sem manejo e sem defeso, o que leva a uma situação de risco econômico, social e ambiental, uma vez que se os ambientes pesqueiros forem degradados pode haver um declínio desta pesca e conseqüentemente a diminuição do orçamento familiar e de sua capacidade produtiva e reprodutiva.

A finalidade da pesca do camarão é a comercialização, o que em parte explica a intensidade com que é realizada e a mudança na lógica de apropriação social do recurso natural pesqueiro, que antes era de “valor de uso” agora passa a ser de “valor de troca”, que ocorre ao lado do mercado municipal de Parintins.

As comunidades de Brasília e Catispera estão localizadas em um ecossistema de várzea, o que gera condicionais ao modo de vida dos comunitários que planejam todas as suas atividades em consonância com a sazonalidade do rio, enchente/cheia, vazante/seca. Como destaca Tocantins (2000: p. 276 e 278), “Frente a força do rio Amazonas, o ser humano parece pequeno e sujeito a um certo determinismo, o rio está unido a vida do homem, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos”.

As duas comunidades ficam próximas uma da outra, no período da seca constituem um contínuo de terras em formato de uma ilha e no período de cheia ficam completamente inundadas e todas as atividades de trabalho e de lazer são suspensas. Se a enchente/cheia for muito grande, os moradores precisam deixar suas casas e procurar abrigo em casa de parentes e/ou amigos, geralmente localizadas na sede do município ou em outras áreas de terra firme, até o rio começar a baixar. O retorno para suas casas ocorre no período da vazante, quando são reiniciadas todas as atividades desenvolvidas na comunidade.

O que separa as duas comunidades da área de proteção ambiental, APA Nhamundá é um braço do rio Amazonas que se configura o paraná do Espírito Santo. Não há mapas das comunidades, a visualização gráfica só foi possível por meio da internet e informações prestadas pelos comunitários (figura 01).

Não existem documentos de registro da história das duas comunidades. A memória do lugar está gravada na mente dos habitantes mais antigos das comunidades e vão sendo repassadas oralmente de uma geração para a outra. Muitas informações estão se perdendo em razão de óbito ou mudança de domicílio dos moradores mais antigos. Neste sentido, a memória coletiva que representa um retrato do passado e que desempenha um papel importante na construção da identidade do grupo torna-se fragilizada (LIMA e ALENCAR: 2001 p. 29). Figura 1: Imagem via satélite de Brasília



Figura 1: Imagem via satélite de Brasília e Catispera / Fonte: Google Heart (2012)

A comunidade de Brasília possui aproximadamente 61 famílias e Catispera 32, sendo comum a existência de mais de uma família morando em uma mesma casa, que são moradias do tipo palafitas, com divisão de um a três cômodos: sala, cozinha e quarto, o banheiro é sempre no quintal (área externa), com paredes de madeira ou palha, cobertas com telha brasilite ou palha (figura 02).



Figura 2: Tipo de moradia / Fonte: Arquivo pessoal (2012)

As duas comunidades não possuem nenhum tipo de saneamento básico, os dejetos são jogados diretamente no rio e a água utilizada nas residências é a captada diretamente desse mesmo rio, o que tem levado muitos comunitários, principalmente as crianças, a terem apresentado situações de vômito, diarreia e micose (segundo relato dos próprios moradores).

“O que o Agente de Saúde traz para nós é a dipirona e o hipoclorito de sódio para colocar na água, as crianças ficam cheia de coceira e adoecem muito de vômito e diarreia, é a água que fica suja e causa essas doenças” (entrevista com comunitário, Pesquisa de campo 2013).

O programa Luz para Todos, do governo federal, ainda não chegou às duas comunidades, a luz elétrica existente é a gerada por pequenos motores movidos a diesel ou a gasolina, de propriedade privada de alguns moradores, que só o utilizam geralmente à noite para assistir novela.

“Se tivesse luz aqui na comunidade, nós poderíamos estudar à noite, aprender mais, ajudar os filhos, saber melhor sobre as coisas” (relato de moradora, pesquisa de campo 2013). O relato da pescadora mostra a esperança depositada na luz elétrica para prosseguir com os estudos e com isso ter acesso a mais informações e ajudar a família com o conhecimento construído.

Os locais de pesca são poucos e utilizados sem nenhum tipo de acordo de pesca entre os pescadores, nem cuidado com o ambiente, nem manejo com o pescado. Essa situação vem gerando uma redução nas espécies capturadas, como podemos observar na fala de uma pescadora de camarão.

“Com o passar dos anos, isso (os lagos de pesca) vem mudando muito, antigamente dava de tudo, era uma fartura, o camarão ficava pinicando nos nossos pés, em uma única noite pegávamos de 03(três) a 05 (cinco) bacias de camarão, hoje, às vezes é preciso mais de três noites para completar 01 (uma) bacia. O camarão e os outros peixes estão sumindo.” (relato de pescadora de camarão, pesquisa de campo 2013).

O trabalho com a pesca também envolve a relação com o ambiente pesqueiro. Em relação à pesca do camarão realizada pelas camaroeiras residentes em Brasília e Catispera, não é observado ainda, nenhuma iniciativa por parte do poder público, da colônia, do sindicato, nem por parte das próprias camaroeiras no sentido de discutir no sentido de buscar uma acordo de pesca e manejo para a conservação do recurso natural pesqueiro e locais de pesca do camarão.

Apesar do manejo do recurso pesqueiro ser um processo complexo que requer a integração da biologia e da ecologia das espécies-alvo com os fatores sócio-econômicos e institucionais que afetam o comportamento dos pescadores e dos responsáveis por sua administração, ele é importante para a manutenção do recurso natural pesqueiro, preocupação esta que ainda não se apresenta entre as camaroeiras, o que já vem levando há um declínio dessa pesca.

Para Diegues (2009) o conceito de manejo deve incorporar a dimensão social e cultural, pois o que administra são sobretudo os comportamentos humanos e a tecnologia que escapam a simples questão biológica.

No início do período da enchente, quando as águas começam a subir, é o momento da colheita das plantações de cultura de ciclo curto como a melancia, milho, feijão de corda, tomate, maxixe e outras. Como dito anteriormente, na cheia, todas as atividades são suspensas. É também o período do Defeso⁴², nesta época, os pescadores e pescadoras artesanais que já possuem há um ano o Registro Geral de Pesca – RGP, a carteira de identidade e de trabalho do pescador artesanal, podem dar entrada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no requerimento para receberem o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal- SDPA, benefício mensal de um salário mínimo durante o tempo em que a pesca estiver suspensa, que ocorre de 15 de novembro a 15 de março.

O Trabalho das Camaroeiras

Discutir a questão do trabalho da mulher na pesca em região amazônica ribeirinha é um desafio enorme que exige do pesquisador estudo, dedicação, perseverança, sensibilidade e disponibilidade para estar com o outro em seu modo de vida e sua cultura.

Estar com o outro exige proximidade, ainda que mínima, portanto, consideramos importante a observação direta do cotidiano das camaroeiras de Brasília e Catispera. De acordo com Heller (2008, p. 31) “a vida cotidiana

é a vida do homem inteiro”, nela o ser humano se revela em todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade, deixando vir à tona seus sentidos, seus valores, suas crenças, sua capacidade intelectual, suas habilidades, seus sentimentos, suas idéias, suas paixões e ideologias.

Nesse sentido, o cotidiano das camaroeiras de Brasília e Catispera se configura em um espaço privilegiado de observação, onde temos a oportunidade de captar o que não é dito nem percebido por meio da entrevista. Heller (2008, p. 32) observa que a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso e a atividade social, são partes orgânicas da vida cotidiana, que representa para nós focos importantes, se não centrais, de nosso estudo.

Trabalho é um termo comumente utilizado para designar inúmeras ações humanas. Para Marx, o trabalho é uma atividade que ocorre entre o ser humano e a natureza, onde ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si próprio.

Ao pensarmos o trabalho dentro da lógica do sistema capitalista, vem logo a nossa mente a idéia de empregados e donos dos meios de produção. Nas comunidades pesqueiras amazônicas, é possível pensarmos o trabalho sem a figura dos donos dos meios de produção, uma vez que os recursos naturais com os quais a população ribeirinha das áreas de várzea se relacionam são públicos. Mas ao observarmos a finalidade para a qual as camaroeiras desenvolvem o seu trabalho com a pesca do camarão, observamos que a mesma está voltada principalmente para a venda, ou seja, para o “valor de troca” e não “de uso” como já mencionado anteriormente.

Cada sociedade, em fases particulares do seu desenvolvimento, produz seus processos de trabalho, de transformação da natureza e de apropriação dos recursos naturais para sua reprodução social e cultural. O trabalho é esse conjunto de manifestações dos humanos face à natureza, de atividades materiais e simbólicas (CASTRO: 1999). Visto desta forma, reconhecemos que o trabalho, bem como as sociedades, apresenta-se de forma diversificada e dinâmica, variando de acordo com o contexto sociocultural e histórico, rompendo com a idéia homogeneizadora do um mundo capitalista no qual vivemos.

A noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, faz parte de um sistema mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religiosas. (CASTRO: 1999 p. 36), ou seja, ao pensarmos sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres na pesca do camarão, é necessário

⁴² Defeso: paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais (Lei nº 11.959 de 22 de julho de 2009, art. 2º, inciso XIX)

que pensemos o mesmo a partir do contexto sócio-cultural e histórico do qual ela é parte integrante.

Furtado e Nascimento (2002, p. 33) afirmam que “as comunidades pesqueiras organizam-se segundo sua lógica própria construída e influenciada por diversos fatores (sociais, étnicos, culturais e ambientais) que lhes atribuem feições e modos de viver particulares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo”, sendo assim local e global se influenciam mutuamente e estabelecem uma dinâmica que gera modificações no modo de viver e trabalhar das pessoas.

Diegues chama atenção para a unicidade que vê nas sociedades tradicionais, entre as técnicas de produção e o campo do simbólico, nesse sentido cultura, trabalho e modo de vida, forma um todo que se influenciam mutuamente, portanto pensar no trabalho das camaroeiras é pensar também no seu modo de vida, nas suas relações socioambientais e na sua cultura de maneira dinâmica.

Nesse sentido, Laraia (1999), chama a atenção para a importância de entendermos que o sistema cultural é dinâmico e está sempre em constante mudança, uma vez que tendo esta compreensão é possível evitar choques entre as gerações e comportamentos preconceituosos.

Observar as camaroeiras em seu âmbito cultural é refletir sobre seus costumes, suas tradições, suas crenças, na forma como são estabelecidas as suas relações sociais. É ter a compreensão do seu modo de vida por meio da história cultural do grupo social ao qual é parte integrante. Nesse sentido, o modo de vida das camaroeiras, figura-se como uma construção social e histórica, produzida pelos seres humanos entre si e pela sua relação com a natureza onde a vida é cheia de significados, repleta de cultura.

Castro (1999 p. 42) ressalta a importância do espaço de trabalho e sociabilidade para reprodução da existência e à constituição da identidade das pessoas. A autora observa que,

“a permanência nesses espaços revela os planos do grupo familiar, à forma de apropriação dos recursos, e as práticas de trabalho. A noção de *nós*, traduz íntima identificação dos grupos domésticos com a comunidade, em oposição aos *outros* que correspondem à externalidade dos grupos de fora”.

A relação que a mulher possui com a pesca é muito próxima, pois sendo esta uma das principais fontes de alimento e renda da família, sempre

esteve presente no seu cotidiano principalmente nas atividades de confecção e conserto dos apetrechos, limpeza e salga do pescado dentre outras. Além dessas atividades, acrescenta-se aquelas que realizam com os cuidados da casa, dos filhos e do marido, sempre deram e continuam dando suporte a sobrevivência do grupo familiar.

Ao se referir ao papel da mulher na pesca, Castro (1999) faz referência aos trabalhos de Furtado (1990, 1991) no qual a autora ressalta a importância de conhecer também o processo de construção das identidades de gêneros, uma vez que “é na observação das relações que se estabelecem entre os gêneros, que se pode conhecer o papel da mulher num grupo social específico”. Nesse sentido, Maneschky (1995 p. 82) comenta que “a questão do gênero diz respeito ao problema das relações sociais, com efeito, refere-se a aspectos profundamente enraizados na cultura das sociedades”.

Apesar de historicamente, as mulheres terem sido invisibilizadas dos espaços de participação e decisão junto ao governo, hoje a crescente mobilização das mulheres é um fato social e político (MANESCHY; ALENCAR; NASCIMENTO: 1995 p. 81). Em Brasília e Catispera, a participação das pescadoras de camarão no Sindpesca e na Colônia de pescadores ainda é mínima.

A participação e envolvimento das camaroeiras junto às instituições representativas da categoria de pescadores é um processo de construção da cidadania que vai se constituindo aos poucos por meio da auto-identificação delas como pescadora e acesso a informação dentre outros fatores.

Para melhor visualizar o trabalho exercido pelas mulheres na cadeia produtiva⁴³ do camarão iremos descrever o mesmo dentro de quatro etapas, por nós assim identificadas: preparação para a pesca, captura, conservação e comercialização do pescado.

Na primeira etapa, a de preparação para a pesca, ocorre à organização de todo o material necessário a realização da captura do crustáceo, a isca (restos de pão e/ou peixe de várias espécies cozido somente na água), os

⁴³ Este termo é utilizado para descrever todos os processos e serviços envolvidos, desde a captura do camarão até a sua comercialização.

apetrechos (a camaroeira⁴⁴) e o transporte (bajara⁴⁵, rabeta⁴⁶ e canoa⁴⁷). As mulheres organizam e acompanham todos os afazeres dessa etapa. O espaço utilizado para essa etapa é o do lugar onde vivem, em casa em meio ao rio Amazonas e o tempo empreendido para a realização é o da manhã, que se estende até o final da tarde, quando será iniciada a segunda etapa do processo, que é a de captura das espécies.

Os filhos e filhas, do mais novo ao mais velho, participam de todo o trabalho que envolve a cadeia produtiva da pesca do camarão, aprendem o trabalho acompanhando e fazendo junto com a mãe.

As mulheres são as principais protagonistas da segunda etapa da cadeia produtiva do camarão, a de captura da espécie. Sozinhas ou junto a vários membros de sua família (maridos, filhas e filhos), capturam os camarões por meio do manuseio das camaroeiras e os agasalham na própria embarcação. O deslocamento até os locais de pesca se faz por meio de transporte próprio (rebetas, canoas ou bajaranas).

Nos locais de pesca, as camaroeiras enfrentam vários riscos, conforme podemos observar em relato de pescadora durante a pesquisa de campo (2013), “a gente tem que ter muito cuidado, porque no momento em que colocamos o camarão na canoa, às vezes vem junto cobra pequena. Mas eu só tive um problema nesses anos que tenho de pesca, foi quando um jacaré me deu uma rabada, a sorte é que fui cair na terra porque se fosse no lago acho que ele tinha me matado”.

Como já destacado, observa-se que já há um declínio da pesca do camarão, devido entre outros fatores a não existência de acordo nem manejo de pesca, bem como a ausência do poder público e de um diálogo necessário por parte da Colônia dos Pescadores e Sindpesca junto as pescadoras associadas e, a criação de búfalos na área, que vem acarretando na escassez de alimento para o crustáceo e outras espécies locais, fazendo com que os

⁴⁴ O termo camaroeira é dado pelos homens e mulheres que pescam camarão e consiste em um apetrecho formado de uma banda de saco de estopa, onde as quatro pontas da mesma são amarradas em dois pedaços de madeira cruzados em forma de “X” que ficam boiando no rio.

⁴⁵ Termo de uso local que se refere a uma canoa grande, geralmente com cobertura, e com um motor ao meio.

⁴⁶ Canoa com motor na popa.

⁴⁷ Embarcação pequena sem motor, movida por remo.

mesmos evadam-se dos lagos pesqueiros.

Segundo algumas pescadoras com mais tempo de pesca “antigamente isso (os lagos) era uma maravilha, agora com os búfalos, a vegetação ta sumindo e sem o alimento os peixes vão embora também” (Relato de pescadoras em pesquisa de campo: 2013).

A pesca guarda uma relação direta com o ciclo das águas e não ocorre no período da enchente⁴⁸, observe quadro 1 (Períodos de pesca do camarão), devido à dificuldade de captura da espécie que saem dos lagos e se dispersam no rio Amazonas e seus afluentes. Esse período coincide com a época do Defeso de outras espécies, mas para o camarão, não há defeso, nem acordo de pesca o que, o que vai gerando ao crustáceo e as camaroeiras uma situação de risco ambiental e social, pois tanto o recurso natural pesqueiro, o camarão como a atividade produtiva das camaroeiras ficam ameaçadas de extinção.

Poucas pescadoras de camarão têm acesso ao SDPA. A maioria não tem o RGP e compartilham da crença que se derem entrada no requerimento ao SDPA seus maridos irão perder o benefício a eles concedido.

Meses	Périodo do ciclo das águas	Localidades	Lagos, igarapés
Junho e Julho	Vazante	Cátispera	Cumprido: lago do cavado e terreno Edson Gadelha.
Agosto	Vazante	Brasília	Lago do Treme
Final de agosto e setembro	Vazante/Seca	Brasília	Lago da Rapariga
Outubro	Seca/Seca	APA Nhamundá	Igarapé Onã, lagos Juri-quizinho, Juriqui grande, Araçatuba, Brushi, Aningalsinho.

Quadro 1: Período de pesca do camarão / Fonte: Entrevista com as camaroeiras, 2013.

A terceira etapa, a de conservação do crustáceo é realizada de forma artesanal, com a participação das mulheres, homens e filhas/filhos maiores, ao redor ou embaixo da casa, geralmente em uma fogueira ou fogão a lenha, onde são utilizadas panelas ou bacias de alumínio e sal para cozer o

⁴⁸ Ocorre, geralmente, de novembro a abril.

camarão que será comercializado, no dia seguinte, pela manhã, ao lado do mercado central da cidade, somente pelas mulheres.

A comercialização, quarta e última etapa antes de reiniciar o processo cíclico da cadeia produtiva do camarão, têm início com o deslocamento das mulheres, de suas casa, as 4h da manhã, em suas bajarras ou rabetas, até chegarem as 5h30min/6h ao mercado central do município, situado na sede da cidade, onde com a ajuda dos maridos ou filhos e filhas ou mesmo sozinhas, desembarcam os crustáceos que serão expostos para a venda em bacias de alumínio, embaixo de um guarda-chuva, onde as mesmas permanecerão até as 13h, de segunda a domingo.

As quase 8h que elas passam ao lado do mercado, não só comercializam os crustáceos, mas também resolvem situações diversas, como a compra de mantimentos para a família, marcação de consultas médicas, negociação dos produtos resultante do roçado e acompanhando, via celular, das atividades que deixaram pra ser realizadas no espaço do lar por filhos e filhas, como a pesca dos peixes que servirão de isca para captura dos camarões.

Os camarões que foram comercializados, produto final do trabalho desenvolvido em regime de economia familiar, no qual as mulheres desempenharam um papel estruturante e empregam intensamente sua mão de obra, foram transformados em mercadorias, onde estão incutidos, para além da força de trabalho empreendida, os conhecimentos geracionais, culturais e, portanto sociais e históricos sobre a pesca.

Por serem polivalentes e desenvolverem outras atividades produtivas além da pesca, como a plantação de culturas de ciclo curto e criarem animais de pequeno porte, o que dá suporte econômico para a família no período da cheia, quando ficam impossibilitadas de pescar, são consideradas agricultoras rurais o que colabora para a sua invisibilidade enquanto pescadoras artesanais de camarão, atividade a qual dedicam grande parte do seu tempo e de suas vidas.

Diferente dos homens que desempenham atividades diferentes em tempo e espaço distintos, as mulheres desenvolvem diversas atividades simultaneamente, aparentemente divergentes entre si, ao mesmo tempo. Alencar (1993) chama a atenção para o fato de que as outras atividades, cuidado com a casa e filhos/filhas, serem aparentemente secundárias, elas garantem a reprodução social no universo pesqueiro. Ainda para Alencar (1993) a multidirecionalidade dada nas atividades femininas reforça a invisibilidade de

seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários.

A situação de vulnerabilidade, a política do seguro Defeso do pescador artesanal e a busca pelo reconhecimento profissional

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, em seu art. 4º, parágrafo único, trouxe uma concepção ampliada de pesca e contribuiu para o reconhecimento das mulheres como agentes produtivos quando considera que a Atividade Pesqueira Artesanal são os trabalhos de confecção, reparos de artes e apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal, nos quais é grande e significativa a presença feminina, neste sentido, Melquíades (2010) chama atenção para o fato de que há um preconceito em relação às mulheres pescadoras, que passa primeiro por parte dos próprios maridos, depois da sociedade e dos governos que parece não enxergá-las.

Maneschy (2010) chama a atenção para o fato das mulheres, nacional e internacionalmente, no setor pesqueiro estarem reivindicando reconhecimento de sua condição produtiva em muitos contextos. Esse reconhecimento refere-se especificamente aos órgãos públicos de seguridade social, de trabalho (Ministério e delegacias regionais) e às secretarias executivas do setor pesqueiro.

A maioria das pescadoras, em Parintins, não possui sequer o registro de pescadora, ficando a margem dos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pela categoria. Dos 1907 (mil novecentos e sete) pescadores cadastrados nas entidades representativas da categoria, Colônia dos Pescadores Z-17 e Sindicato da Pesca – SINDPESCA, apenas 13,8% são mulheres, sendo 0,5% (11 pescadoras) de Brasília e 0,1% (02 duas pescadoras) de Catispera, situação esta que não corresponde à realidade observada nas comunidades.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/2012, quadro 01, ao longo de 05 anos, de 2008 a 2012, a quantidade de mulheres que deu entrada no MTE requerendo o SDPA é muito inferior a dos homens, não chegando a 10% do total.

Requerimento Pescador Artesanal			
Grupo de informação para quantitativos, valores e detalhes relativos aos requerimentos da modalidade pescador artesanal			
Conteúdo: Qtd Requerente			
Ano Requerente	Gênero		
	Masculino	Feminino	Total
2008	507	20	527
2009	893	74	967
2010	506	88	594
2011	876	124	1.000
2012	498	57	555
Total	3.280	363	3.643
<i>Consulta executada em 15-05-2012 às 12:02h</i>			
<i>Seleções vigentes</i>			
Variável	Critério	Valor	
Ano Requerente	igual a	2009; 2010; 2011; 2012	
Município Residência	igual a	Parintins	

Quadro 01: Requerimento SDPA Parintins-Am / Fonte: MTE/Am, 2012

O baixo índice de requerimento ao SDPA por parte das pescadoras, de modo geral, se dá pelo fato da maioria não possuir o RGP, conforme anteriormente mencionado, porém é interessante observamos nesta situação o caso em que se encontram as camaroeiras.

As camaroeiras, minoria absoluta de Brasília e Catispera, que deram entrada no requerimento ao SDPA o fizeram por já estarem devidamente cadastradas como pescadoras artesanais e possuem o RGP, situação esta legítima uma vez que são realmente pescadoras artesanais e exercem várias atividades de pesca além das relacionadas diretamente com a pesca do camarão, porém em nenhum momento às camaroeiras deram entrada no requerimento ao SDPA pelo fato de serem pescadoras artesanais de camarão uma vez que não existe período de defeso para o camarão e, de acordo com a Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003, artigo 1º, o SDPA é um benefício concedido aos pescadores artesanais em função da preservação da espécie, ou seja, em proteção ao recurso natural pesqueiro, contudo vale ressaltar que durante o período do defeso, as camaroeiras ficam impedidas

involuntariamente de exercerem seu trabalho de captura do crustáceo devido à proibição do uso dos lagos onde pescam o crustáceo, além do impedimento natural em função do ciclo das águas, enchente/cheia.

Se por um lado as camaroeiras não têm o direito ao SDPA porque não existe período de defeso para o camarão, por outro elas tem direito ao benefício do Seguro Desemprego como trabalhadoras que independentemente de sua vontade são impedidas de exercerem seu trabalho por um período determinado de tempo. Pode parecer contraditório, mas é legítimo e legal o direito das camaroeiras ao Seguro Desemprego, seja na modalidade de pescadoras artesanais ou não.

Maia (2009, p.44) destaca que As políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro, como o SDPA constituem-se como frutos da organização dos pescadores em entidades representativas, situação esta observada em muitos outros países, onde as pescadoras estão formando associações e redes sociais, se organizando e se constituindo como agentes políticos na defesa dos interesses da sua profissão e das comunidades.

Em muitos países, as pescadoras formam associações e redes sociais, elas se organizam e se constituem como agentes políticos na defesa dos interesses da profissão das comunidades, nesse sentido, o termo pescadoras passa a ser uma categoria de identificação cultural e política (Maneschy, 2010), situação esta ainda não presente entre as pescadoras de camarão de Parintins.

O Sindicato dos pescadores – SINDPESCA do município é dirigido por uma mulher, mas este fato apesar de significar uma avanço no que diz respeito à ocupação da mulher em espaços de poder, por si só não garante o acesso das pescadoras aos seus direitos, se faz necessário um movimento social entre as mesmas em busca do seu reconhecimento profissional enquanto pescadoras artesanais de camarão.

Nacionalmente, as pescadoras têm alcançando visibilidade social e política, o que significa um avanço no plano das políticas públicas em relação ao reconhecimento do trabalho da mulher, porém não basta o estabelecimento das políticas públicas se faz necessário criar as condições de acesso a elas.

Maneschy (2010) destaca que,

No segundo encontro da Articulação Nacional, as pescadoras argumentaram que reconhecer sua condição significa, também, incluir a prevenção dos problemas de saúde ocupacional que lhes afligem, tais como Lesões por Esforço Repetitivo (LER), problemas de coluna e de pele devido à exposição

ao sol, afecções ginecológicas e vulnerabilidade a animais peçonhentos. Elas pleiteiam uma cobertura de saúde mais abrangente e adaptada a sua realidade. Lembram que, assim como os pescadores, elas trabalham desde muito cedo. Finalmente, as pescadoras almejam segurança nos territórios de trabalho e de moradia e, também, pesquisas sobre as espécies que elas capturam para que sejam estabelecidos períodos de defeso.

A margem das políticas públicas, quando chega à época da aposentadoria muitas já se encontram com várias enfermidades, adquiridas no decorrer dos anos em função do exercício da profissão, sem a assistência médica devida, como é o caso das doenças de pele e a deficiência visual.

O reconhecimento, por meio das políticas públicas governamentais, das mulheres pescadoras passa pelo processo de auto-identificação dessas mulheres enquanto trabalhadoras da pesca e também pela capacidade de mobilização que as mesmas podem apresentar em prol de suas reivindicações, situação esta não visualizada nas duas comunidades pesquisadas.

Enquanto mundialmente, as mulheres estão reivindicando reconhecimento de sua condição produtiva (Maneschy; 2010), em Parintins este processo de auto-identificação e luta pelo reconhecimento de sua condição produtivo ainda não está sendo travada no setor pesqueiro.

Considerações

Apesar de existir avanços significativos no campo da legislação para o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres no setor pesqueiro ainda há muito o que avançar em relação a organização e participação das mesmas em movimentos sociais que representam a categoria da qual fazem parte legitimamente.

As mulheres pescadoras artesanais de camarão, das duas comunidades estudadas, estão diariamente contribuindo para a movimentação da economia local e sustento de suas famílias, participam ativamente de todas as etapas da cadeia produtiva da pesca do camarão, mas nem todas se auto-identificam como pescadoras artesanais de camarão, não tem seu trabalho nem sua identidade trabalhista reconhecida legalmente e, portanto ficam a margem das políticas pública sociais e previdenciárias ao qual tem direito.

A fragmentação de tempo dedicado a pesca não pode ser um fator de impedimento ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino, pois esta é uma característica histórica da nossa população ribeirinha, ou seja, a pluriatividade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Kaio Cesar Damasceno de. *Possibilidades de empoderamento para as pescadoras artesanais*. Revista Coletiva, 2010.

ALENCAR, Edna Ferreira. *Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Organizadores: Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Mello. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém –Pará, 1993.

CARDOSO, Renato Soares; OLIVEIRA, Elimar dos S. de Oliveira e. *A pesca do camarão no município de Parintins, Amazonas, Brasil*. III Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura. Búzios, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Edna. *Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia*. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

FURTADO, Lurdes Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. Traços de uma comunidade pesqueira no litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade Haliêutica. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. *Gente e Ambiente no mundo da Pesca Artesanal*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GOES, Lidiane de Oliveira. *Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal*. 2008, 208f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GOLDEMBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Nelson Carlos Coutinho Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Informações Estatísticas*. Disponível www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 23/08/2012.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LIMA, Deborah de Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira. *A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões*. 2001, p. 27-48.

MAIA, Maria Bernadete Reis. *Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social*. 2009, 106f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. *Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos*. Revista eletrônica Coletiva, nº 01, JUL/AGO/SET, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. *Pescadora em busca de cidadania* In: ALVARES, Maria Luiza e D'INCAO, Maria Angela. *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, p. 81-115.

MELQUÍADES Jr. In Caderno DN Regional – Especial Povos do Mar, disponível em <http://racismoambiental.net.br>, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 29ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCHERER, Elenise Faria. *O defeso e a defesa do meio ambiente*. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/elenese_scherer.pdf Acesso em 12/03/2012.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 9ª. ed. rev. – Manaus: Editora Valer / Edições Governo do Estado, 2000.



Pescadoras ribeirinhas: reconhecimento, visibilidade e Panema na Pesca Artesanal no Amazonas

Sara Moreira Soares
Elenise Faria Scherer

Introdução

POUCOS são os estudos dedicados às mulheres rurais no estado do Amazonas, especialmente, sobre as pescadoras, *presenças silenciosas* que cotidianamente não só contribuem com o processo de produção pesqueira nas comunidades rurais, seja tratando (limpando) os peixes, cuidando das salgás, tecendo redes, consertando canoas, enfim cuidando dos apetrechos da pesca, dando suporte familiar aos grupos domésticos, seja capturando os peixes nos lagos, furos, igapós, inclusive, as *feras* (peixe liso) nos paranás, do rio Solimões - Amazonas. É sobre as mulheres pescadoras que *descaindo as redes*⁴⁹, como elas costumam dizer, na captura dos pescados cotidianamente

⁴⁹ Referência que elas fazem quando jogam a rede para pescar. Esse tipo de pesca é realizada em dupla, quase sempre por duas pescadoras, é muito comum e praticada principalmente na entrada do igarapé (que elas chamam de paraná) e que dá acesso a comunidade e ao Lago do Rei. A rede é posta na água com uma boia numa das extremidades enquanto a outra ponta é segurada pela pescadora que vai *descaindo a rede* lentamente sobre a água. Assim uma pescadora utiliza o remo para conduzir e guiar a canoa no sentido da correnteza, enquanto a outra *descai* a rede de pesca.

na *comunidade* Cristo Rei⁵⁰, localizada na entrada do lago do Rei, no município do Careiro da Várzea distante 22 km em linha reta de Manaus a capital do Estado do Amazonas, que pretendemos descrever ao longo deste trabalho.

Nosso objetivo é evidenciar que a *mulher pescadora, pesca*. A mesma vem aos poucos se tornando visível e buscando assegurar o seu lugar no mundo predominantemente masculino no setor pesqueiro artesanal⁵¹. Essa visibilidade decorre da *descoberta* de que ela tem *direitos a ter direitos* à seguridade social brasileira, sobretudo à previdência social, ao auxílio à maternidade, à aposentadoria, entre outros, e, especialmente a Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal - PSDPA, conhecida popularmente como *Seguro Defeso*. Esta política pública, apesar de seus paradoxos, vem contribuindo a passos largos para garantir certo grau de justiça social que, nos termos de Fraser (2002), assegura o reconhecimento e redistribuição.

A redistribuição é importante porque assegura o que Fraser (2002) denomina de *paridade participativa*, um dos principais caminhos para a concretização do reconhecimento e da igualdade social. Vale ressaltar que a

⁵⁰ Comunidade é um conceito que contém inúmeros significados ora é entendido como espaço geográfico, localidade, unidade territorial, outras vezes é considerado como uma unidade político-administrativa por ser o núcleo onde se concentram os serviços públicos e comunitários tais como: escolas, igrejas, campo de futebol, sede associação de moradores, associação de produtores, motor de luz, entre outros. Para Baumam (2003) a comunidade corresponde a constante busca por segurança e proteção, mas isso não significa dizer que comunidade seja sinônimo de um todo harmônico. Conforme Esterici (2002) o termo *comunidade* popularizou-se no Brasil a partir do fim do anos 60 e início dos anos 70 com a criação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs fomentadas pela Igreja Católica para auxiliar aos pobres na busca pela verdadeira vocação da Igreja. A autora ressalta que logo o modelo foi difundido para as áreas interioranas da região norte em Estados como Pará e Amazonas. Destaca que antes mesmo da criação das CEBs já havia indícios de uma organização local agregadora principalmente por laços de afinidade e proximidade geográfica que foram potencializadas no seu processo organizativo a partir das CEBs. Vale lembrar que: “A legitimidade das comunidades acabou transcendendo as fronteiras do campo eclesialístico e religioso e elas se tornaram uma referência para as agências estatais e as autoridades governamentais assim como para todos os atores sociais que vieram a envolver-se com os assuntos da região inclusive pesquisadores” (ESTERCI, 2002 p. 54). Outros autores como Maybury-Lewis (1991) Neves (2003) Fraxe (2004) também contribuem para a compreensão do conceito de comunidade na Amazônia, principalmente as chamadas comunidades ribeirinhas.

⁵¹ No momento em que esta pesquisa foi realizada das 56 Colônias de Pescadores existentes no estado do Amazonas apenas uma era presidida por mulher. Encontramos também uma mulher na direção do Sindicato de Pescadores.

igualdade social defendida pela autora não propõe a supressão do reconhecimento das diferenças.

Seus argumentos contribuíram para reconversão do olhar, como sugere Bourdieu (1989), sobre estigma construído de que as pescadoras são apenas *ajudadeiras* dos seus maridos/companheiros. Estigma assumido, inclusive por elas próprias quando se reportam ao serem perguntadas se trabalham. Elas não só pescam, seja no mar⁵² ou nas águas continentais, como os estudos indicam (ALENCAR 1993; MANESCHY et al 1995; FASSARELLA, 2006) como também cuidam dos afazeres da vida doméstica. E, mais, vêm aos poucos procurando exercer sua cidadania, num ambiente marcado pelo estigma de negação da atividade feminina e não reconhecimento dessas pescadoras.

No breve contato em 2006, com as mulheres pescadoras da comunidade Cristo Rei, e a partir da literatura sobre a pesca na Amazônia observamos que essas trabalhadoras são por vezes ignoradas ou subsumidas na categoria ajuda no que concerne à atividade de pesca. Percebemos a importância de um estudo sobre o reconhecimento das mulheres pescadoras: Quem são elas? Como as atividades desenvolvidas por essas mulheres influenciam na reprodução sócio-material das famílias ribeirinhas? Elas são reconhecidas como trabalhadoras da pesca? A crença na *panema* impede a pesca feminina? É possível que o Seguro Defeso possa contribuir na visibilidade e reconhecimento das mulheres na pesca?

Partindo das indagações realizamos a pesquisa (em 2010-2011) na comunidade Cristo Rei localizada numa área de várzea baixa⁵³, no Igarapé do mesmo nome à margem direita do Rio Amazonas, no município de Careiro da Várzea. O município, assim como demais municípios do Estado do Amazonas, teve seu povoamento marcado pelos interesses de exploração

⁵² O Recente encontro das pescadoras marisqueira, no seminário sobre o Projeto Ações para consolidar a transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura do MPA, coordenado pela Dra. Maria do Rosario de F. Andrade Leitao, UFRPE/CNPq, realizado no Ministério da Pesca e Aquicultura, em BSB, no período de 18 a 20 de maio de 2012. Discutiu as condições de vida e trabalho das pescadoras a partir das experiências e pesquisas realizadas no litoral norte e sul de Pernambuco e da região metropolitana de Recife. Ressaltando-se que as discussões sobre a mulher na pesca estão se intensificando no cenário nacional.

⁵³ Locais onde as alagações ocorrem todos os anos e as terras chegam a ficar de 1 a 4 meses submersas, dependendo da intensidade da enchente/cheia.

sobre a região amazônica com a colonização em meados do século XVII. Contudo, foi no fim do século XIX com a exploração da borracha que a região foi mais densamente povoada com a migração de nordestinos atraídos pela possibilidade de reconstruir, na nova terra, o que perderam com a seca.

No dia 01 de dezembro de 1938 foi criado o Distrito do Careiro, pela Lei Estadual nº 176, em 30 de dezembro de 1987 por meio da Lei Estadual nº 1.828 no governo de Vivaldo Barros Frota, o município do Careiro foi desmembrado do Distrito e elevado a categoria de Município do Careiro da Várzea. Conforme o censo do IBGE realizado no ano de 2010 a população do município é de 23.930 habitantes sendo 1.000 na zona urbana e 22.930 na zona rural. Essa concentração da população na área rural é sem dúvida uma peculiaridade de alguns municípios da Amazônia Legal e de seus estados como o Amazonas. No município do Careiro da Várzea a proporção de pessoas residentes nas áreas rurais se destaca pela expressividade, abarcando mais de 95% da população.

A área pesquisada pode ser caracterizada como uma região de ilhas cercadas por rios e lagos e que tem uma vida insular já descrita por Sternberg (1998) e Fraxe (2004). Ali estão espalhados nos seus muitos lagos (Somente no entorno do Lago do Rei são sessenta e cinco (65) lagos) cerca de 2.050 pessoas que vivem da pesca e agricultura. Sendo que 1.249 são pescadores e 801 são pescadoras, segundo os registros de 2010, da Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego, regional do Amazonas (SMTE, 2010)⁵⁴.

O Lago do Rei é fonte de renda para muitas famílias, devido o potencial pesqueiro. É nesse território que os pescadores e as pescadoras pescam cotidianamente e constroem suas estratégias de subsistência e reprodução social. A comunidade Cristo Rei foi fundada em 22 de novembro de 1982. O nome Cristo Rei permaneceu como já era conhecido pelos antigos moradores, devido à proximidade com o Lago do Rei, que provavelmente recebeu esse nome por constituir uma área de Pesqueiro Real sendo apenas acrescentado o nome “Cristo”. Conforme Cruz (2007) os pesqueiros reais foram estabelecidos na Amazônia no século XVII devido à abundância de peixe-boi, tartarugas e variedade de peixes indispensáveis para suprir com carne animal a administração colonial portuguesa, dada a dificuldade em conseguir carne de gado.

⁵⁴ Destaca-se que esse número pode ser maior, pois muitos pescadores e pescadoras, que exercem a atividade de pesca regularmente, ainda não estão cadastrados no SMTE.

No que concerne à origem das famílias que moram na comunidade Cristo Rei há indícios, a partir dos relatos de moradores mais antigos, de que são migrantes do nordeste. Os estudos realizados por Sternberg (1998) na região confirmam o povoamento a partir da migração de nordestinos que buscaram na Amazônia uma alternativa de vida diante da seca enfrentada no nordeste. Moram na comunidade aproximadamente 207 pessoas. A relação de parentesco entre as famílias é muito forte, sendo comum o casamento entre primos de primeiro grau. Essas relações de parentesco contribuem para organização social com interesses coletivizados onde a ajuda mútua é uma das estratégias de sobrevivência.

Apesar das características polivalentes⁵⁵ entre os ribeirinhos da Amazônia descritas por Fraxe et al (2007) Lima (2005), é possível perceber que dependendo da comunidade sempre há uma atividade que sobrepõe-se às outras. A centralidade econômica na comunidade Cristo Rei é a pesca. São mais de 80 pescadores sendo que 41 são mulheres.

Os vários estudos sobre as mulheres pescadoras tais como os realizados por Alencar (1993), ressaltam que no universo da pesca na água, mesmo as mulheres que não desenvolvem a atividade diretamente, são corresponsáveis pela manutenção e a reprodução social nas comunidades pesqueiras. No entanto, as pescadoras ainda enfrentam dificuldades para que o seu trabalho na pesca seja reconhecido. A *invisibilidade* dessas trabalhadoras também é engendrada pelo modelo ideal de divisão sexual de trabalho onde o homem é visto como o único provedor do lar. Discurso que se reproduz nos diversos espaços sociais, e na pesca não é diferente.

Por isso também a responsabilidade dos pesquisadores e pesquisadoras nos estudos sobre o tema para não contribuir com a negação do protagonismo das mulheres na atividade de pesca, sobretudo no processo de captura. Esta pesquisa, a nosso ver, constituiu-se num estudo relevante e que pode contribuir para dar visibilidade às mulheres pescadoras das comunidades pesqueiras no Amazonas, não só como partícipe, mas também como protagonistas nos universos pesqueiros. Alencar (1993), assim como Mota-Maués (1999), destaca a pouca produção acadêmica sobre as mulheres na pesca da

⁵⁵ As atividades são múltiplas: pesca, caça, extrativismo vegetal, criação de gado, criação de animais domésticos como patos, galinhas, dentre outros. Também se destaca a agricultura, sobretudo o cultivo da mandioca para a produção de farinha, bem como outras culturas de curto prazo (melancia, banana, milho, pimenta de cheiro).

Amazônia. Podemos dizer que esses estudos são ampliados na década de 90, quase sempre com enfoque na discussão sobre a igualdade de gênero.

Pesquisas como a de Scherer *et al* (2003) “Políticas Públicas para os povos das águas” e de Lima *et al* (2004) “Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade”, descrevem como os trabalhadores rurais do Amazonas são esquecidos pelo poder público no que tange as políticas públicas, ressaltando-se as desigualdades regionais no país. Por isso pesquisas como estas podem e devem ser alargadas para refletirmos sobre as políticas públicas nas diversas regiões do Brasil, e assim, fomentar também a discussão do reconhecimento atrelado a redistribuição na busca da justiça social, ou seja, na almejada e distante superação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o estudo ora apresentado, sobre as mulheres pescadoras e a sua inserção na PSDPA tem singular contribuição visto que esta política publica ao mesmo tempo em que assegura a transferência de renda, e a conservação das espécies da ictiofauna amazônica, pode permitir às mulheres que pescam alçar novos horizontes no que tange ao reconhecimento e, a ainda longe, redistribuição. Assegurando-se dessa forma a participação com vistas à promoção da igualdade social.

Dada a natureza do objeto de estudo nos propusemos a uma abordagem com análise qualitativa⁵⁶ onde o sujeito-observador é também partícipe da investigação à medida que se relaciona com o objeto. Nesse sentido, o contato e a troca de conhecimento estabelecida com as pescadoras foram fundamentais em todas as fases dessa pesquisa. Possibilitando a percepção das relações entre as estruturas do espaço social, e o espaço físico como menciona Bourdieu (1997).

Os procedimentos metodológicos para identificação dos aspectos da pesca feminina, suas relações com o processo de reprodução social e com a PSDPA nos levaram a desvelar peculiaridades sobre o modo de vida das

⁵⁶ Conforme Goldenberg (2007, p. 49-50): “Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno para o grupo pesquisado” A autora também enfatiza que a pesquisa qualitativa nas ciências sociais tem a capacidade de possibilitar a compreensão dos fenômenos em seus contextos e não em dados quantitativos. Mas isso não significa que a pesquisa qualitativa não possa ser generalizável. Nesse sentido cabe ao pesquisador a leitura crítica e científica dos fatos atingindo a *ruptura com o senso comum* (BOURDIEU, 1989, p. 34). Também pontuamos as contribuições de Mills (1982) por conceber a pesquisa como *artesanato intelectual*.

pescadoras. Desta feita, descrevendo sua relação com os demais membros do grupo familiar, com a natureza, com as entidades de representação da pesca e com os demais atores sociais envolvidos no processo. Nessa empreitada também nos apoiamos nos pressupostos de Mills (1982), procurando nos aproximar do que o autor denomina de uma *linguagem clara e simples*, tanto no diálogo estabelecido com as pescadoras como na exposição dessa pesquisa, o que esperamos ter alcançado.

Procuramos compreender o papel da mulher pescadora na divisão sexual do trabalho no âmbito das comunidades pesqueiras, sua *presença silenciosa* e, até mesmo, a sua supressão e secundarização no processo de trabalho. Buscamos identificar a contribuição da PSDPA, enquanto política pública no âmbito da Seguridade Social assegurada no artigo 194 da Constituição Federal de 1988⁵⁷ que promove o conjunto de políticas com vistas à promoção da cidadania e equidade social.

Foram entrevistadas 12 mulheres pescadoras (correspondendo a 29% do total de pescadoras da comunidade) bem como a representante da Colônia Z-53 e a liderança da comunidade Cristo Rei. Os critérios de escolha consistiram no interesse e disponibilidade das pescadoras em responder as perguntas, na sua inserção cotidiana no exercício da pesca, e na sua participação nas instituições representativas, principalmente as colônias de pescadores.

A pesca feminina apresenta algumas diferenças em relação à pesca masculina. Observamos, por exemplo, que as pescadoras são bastante cuidadosas com a aparência, uma peculiaridade das mulheres na pesca, elas utilizam equipamentos de proteção como chapéus, blusas de mangas compridas e luvas nas mãos. A pesca é realizada em áreas próximas as residências como paranás, igapós e na entrada do Lago do Rei. As mulheres costumam pescar em dupla, geralmente com as vizinhas ou com os próprios maridos/companheiros. Os principais apetrechos utilizados pelas

⁵⁷ No art. 195 (que trata do financiamento da Seguridade Social) parágrafo 8 “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como seus respectivos conjugues, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei”. Senado Federal Constituição da República Federativa do Brasil- 1988, p.40). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988>> Acesso em 29 mar. 2012.

pescadoras são a malhadeira e o caniço, embora algumas mulheres também utilizem as tarrafas e zagaias. A jornada de trabalho é imprevisível, como dizem elas, podendo atingir de quatro a doze horas dependendo da intensidade da pescaria.

Maneschy e Escallier (2002) pontuam que diferentemente dos homens as mulheres dividem-se entre várias atividades sendo que o próprio “projeto pessoal é vinculado ao familiar e dependente deste” (Idem, p. 75). Seria pouco falar em dupla jornada de trabalho, dada à multiplicidade de afazeres dessas pescadoras, mulheres de todas as idades que tem estreita relação com a pesca naquela região.

O desafio das pescadoras em busca de visibilidade no mundo da pesca.

A concepção da pesca como atividade predominantemente masculina não pode ser obstáculo para a visibilidade da mulher, sobretudo, se considerarmos a atividade em sua organicidade. Essa organicidade aqui referida é o modo de organização e distribuição das tarefas no universo da pesca o que possibilita a vida socioproductiva como propõe Alencar (1993) e Maneschy *et al* (1995), isto é, o conjunto de relações sociais que sustentam a atividade de pesca bem como o modo de vida dos pescadores. Nas comunidades predominantemente pesqueiras, outro fator relevante que torna processo de reprodução social possível é a organização dos gastos domésticos; tarefa que conta prioritariamente com a participação das mulheres, pois elas atuam diretamente na organização das despesas cotidianas. O trabalho de campo realizado em Cristo Rei ratifica a importância das mulheres na gestão econômica dos gastos.

A valorização do trabalho das pescadoras é uma questão de *reconhecimento* e de *justiça social* entendido segundo Fraser (2007) como o processo que envolve protagonismo, redistribuição e condições igualitárias de participação. Tal valorização vem sendo buscada e ganhando reforço com a PSDPA. Não podemos, contudo deixar de refletir sobre os quais os impactos dessa política na vida das mulheres da comunidade Cristo Rei? De fato destacamos a importância da PSDPA do ponto de vista legislativo e no reconhecimento ainda que tardio das pescadoras, bem como as legislações recentes inerentes a pesca. A concretização de tal reconhecimento, no entanto ainda está em processo.

O trabalho das mulheres pescadoras não é algo novo, embora a sua visibilidade, o seja. A partir da literatura já produzida sobre a Amazônia (WAGLEY 1988; BATISTA 2007; FRAXE 2002; dentre outros), o sistema produtivo é familiar em todas as atividades, inclusive na pesca, contudo, o trabalho realizado pelas pescadoras tem sido negado no discurso dominante.

A visibilidade é algo que envolve o reconhecimento da atividade realizada. Em se tratando da pesca praticada pelas mulheres, deve transcender para além das instituições representativas dos pescadores. O reconhecimento conforme Fraser (2007) não significa apenas a identificação de peculiaridades identitárias, para que o mesmo ocorra os sujeitos sociais envolvidos no processo precisam ter condições de *paridade participativa* asseguradas. As condições de participação são asseguradas prioritariamente a partir das políticas públicas as quais impulsionam as lutas pela visibilidade à medida que são formalizados instrumentos legais que respaldam e fortalecem as reivindicações sociais.

A participação na esfera pública no contexto da globalização é algo bastante complexo, sobretudo, por via das políticas públicas, entendendo o papel do Estado a partir das teorias de regulação com vistas à promoção da equidade social: “O Estado não é um mero gestor de interesses, mas um actor de pleno direito, cuja função reguladora tem conteúdos intimamente ligados à redistribuição social”. (GUERRA, 2002, p. 56).

A forma de acesso das pescadoras aos pressupostos que lhes assegure a participação na vida pública por meio das chamadas “políticas de direitos” ocorre nessa esfera de mediação/gestão chamada Estado. Entretanto, esse é um processo conflituoso desencadeado nas relações sociais no que Guerra (2002) define como “politização da vida social”.

Considerando os dados empíricos de nossa pesquisa, percebe-se que as pescadoras num primeiro momento não se sentem “ignoradas” ou “invisíveis” em relação à pesca, contudo, o reconhecimento da presença das mulheres na atividade é alvo de julgamentos contínuos, onde os homens são pescadores estabelecidos e, portanto, reconhecidos, e as mulheres ainda se encontram num estágio de constante reafirmação na pesca. É como se houvesse uma constante necessidade de legitimação⁵⁸ do trabalho realizado

⁵⁸ Em Weber a legitimidade pode ser alçada por fatores como: a tradição, ligação emocional, crenças, leis. No caso das pescadoras a tradição e as crenças dificultam o reconhecimento

pelas pescadoras, conforme destacam os seguintes depoimentos sobre o reconhecimento da mulher na pesca na comunidade Cristo Rei:

Muitos aqui me reconhecem como pescadora, porque muitos falam assim pra mim: - colega essa mulher é fogo, ela bota no toco, num arregá é com nojo (não foge do serviço). Tem muitos que reconhecem que eu pesco aqui. (Entrevista realizada em maio de 2010).

[...] Eu acredito que sim, porque até ontem nós tava pescando eu e a minha sobrinha. Aí um homem disse assim: mas rapaz aqui as mulheres pescam mesmo! Aí eu disse assim é se num pescar as mulheres não recebe o Seguro Defeso, porque se eu digo que sou pescadora e não vou pescar... não tão vendo meu trabalho na pesca né!. (Entrevista realizada em maio de 2010).

Os depoimentos revelam que o reconhecimento das pescadoras mesmo no âmbito da comunidade não é consenso, nota-se também que o protagonismo das mulheres como pescadoras está diretamente relacionado com o processo da atividade no ato da captura. No segundo fragmento supracitado a pescadora enfatiza que só receberá o Defeso se participar da captura e conclui afirmando a necessidade de que os outros vejam o trabalho dela.

Percebe-se que há uma necessidade contínua de respaldar a prática da atividade perante os outros membros da comunidade, inclusive das outras mulheres pescadoras conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

As pescadoras são reconhecidas, porque nem todas são pescadoras né, as que pescam mesmo com certeza o trabalho é reconhecido. [...] As que pescam tão lá tirando o peixe, as outras não, tão em casa só... (Entrevista realizada em setembro de 2010).

das mesmas enquanto protagonistas da pesca, mas os meios legais confirmam e legitimam o trabalho das mulheres pescadoras. Vale ressaltar que a legislação vigente sobre a pesca não se configura como imposição, pelo contrário, é também fruto das reivindicações dos movimentos organizados de representação dos pescadores e pescadoras. (Sobre os tipos de autoridade legítima consultar WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro, 2002).

No âmbito da comunidade Cristo Rei para serem reconhecidas como pescadoras as mulheres precisam atuar diretamente na captura do pescado sob pena de serem estigmatizadas como “não pescadoras” ou “falsas pescadoras”. No entanto de acordo com a nova Lei de Pesca (Lei nº 11.959), já mencionada nesta pesquisa, a atividade de pesca não consiste apenas na captura do pescado, mas no conjunto de fatores que asseguram a realização da pesca.

Mas, a necessidade de legitimação é tão forte na comunidade que as próprias pescadoras “fiscalizam” indiretamente o trabalho de outras pescadoras, executando certo juízo de valor referindo-se às mulheres que não pescam cotidianamente, como é possível observar nos seguintes depoimentos:

[...] nem todas né porque tem umas que são cadastradas na colônia, mas num pescam, como a gente faz, num pescam. É difícil pra elas pescar, tem umas que elas moram em Manaus aí quando é no tempo que é pra assinar aí elas aparecem, botam uma malhadeirinha pra dizer que tão pescando, isso num é pescadora. (Entrevista realizada em maio de 2010).

[...] porque tem muitas aqui que tem a carteira de pescadora, mas num exerce a profissão, só mesmo tem por ter, porque tem muitas que num pesca aqui. Tem muitas que pescam, mas tem muitas que num pescam, num sabem nem tirar um peixe de uma malhadeira, eu num acho que isso seja pescadora não. Pescadora é aquela que vai atrás do peixe, que pesca mesmo, não ficar em casa só esperando chegar a época do Defeso pra receber. (Entrevista realizada em setembro de 2010).

[...] Tem uns que me reconhecem como pescadora, mas se não vou pescar um dia já tem outros que falam que não sou pescadora. Por isso que a gente não pode descuidar, vai todo o tempo e pescando pra todo mundo ver que sou pescadora mesmo. (Entrevista realizada em setembro de 2010).

Os depoimentos permitem inúmeras reflexões, mas vamos optar por três vertentes de leitura a partir das observações: a primeira consiste na percepção de que há fraudes quanto ao cadastramento de mulheres que se dizem pescadoras e nem mesmo moram na comunidade⁵⁹; a segunda consis-

⁵⁹ O que não foge ao contexto do cenário nacional, ressaltamos, porém, que as fraudes inerentes ao setor pesqueiro, não se restringem ao cadastro indevido das mulheres que não são

te na ideia de que as mulheres que pescam são reconhecidas sem ressalvas; a terceira vertente que nos interessa de modo particular, por entendermos que é a mais relevante para a pesquisa em questão, consiste no fato de que a percepção do significado da pesca para além da captura nem sempre é compreendida pelas entrevistadas. Percebe-se que somente entendem como pesca o ato de captura do peixe, ou seja, para elas só podem ser consideradas pescadoras aquelas que exercem tal atividade, visão que pode comprometer de certa forma a visibilidade e reconhecimento delas.

Nesse sentido, pondera-se a falta de conhecimento das pescadoras sobre a nova legislação da pesca, sobretudo do parágrafo único da seção II que versa sobre a atividade pesqueira de modo artesanal:

Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. (Lei 11.959 de 29 de junho de 2009).

Conforme a redação supracitada, a captura não é a condição única para que o pescador(a) seja reconhecido como protagonista da atividade de pesca. Mas, sim, o conjunto de atividades desde a confecção dos apetrechos ao beneficiamento do pescado. Ainda de acordo com a referida Lei no que concerne aos tipos de pesca observa-se no Artigo 8º:

[...] artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. (Idem, p. 5).

Conforme o artigo mencionado, a pesca comercial, artesanal pode ser praticada por pescador (a) autônomo(a) ou com a participação de toda a família. Este segundo caso é o que acontece na comunidade Cristo Rei.

De certa forma, pode-se inferir que as três vertentes pontuadas interfe-

pescadoras, mas de inúmeras irregularidades, sendo as principais relacionadas ao cadastro indevido de homens e mulheres que não se enquadram em nenhum dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura para serem reconhecidos como pescadores/pescadoras e, portanto, portadores do direito ao SDPA.

rem diretamente no processo de visibilidade e reconhecimento das trabalhadoras da pesca num processo de fragmentação em detrimento da construção social como sinaliza Honneth:

[...] uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo. (Idem, 2009, p. 256).

Por outro lado, os movimentos sociais que buscam o enfrentamento da invisibilidade na luta pelo reconhecimento se deparam com a fragmentação social percebida nos depoimentos anteriormente mencionados. Para Hespanha (2002) a principal característica desse processo é a defesa da individualidade, algo inerente ao próprio modo de produção capitalista o qual permeia a vida da sociedade. Assim “[...] o fenômeno da individualização dos pobres, objeto de tratamento abundante em muitos países, constitui um dos domínios de aplicação mais produtivos da teoria da individualização”. (Idem, 2002, p. 27).

Os reflexos desses processos atingem também as chamadas comunidades ribeirinhas e pesqueiras e, como consequência direta, as lutas coletivas são fragilizadas. A fragmentação social entre as pescadoras da comunidade Cristo Rei em torno da atividade de pesca pode ser o resultado da baixa expressividade de participação nos movimentos específicos de discussão a respeito do trabalho da mulher na pesca tais como encontros regionais e/ou regionais de pescadoras⁶⁰.

No âmbito da comunidade pesquisada 41% das entrevistadas já participaram de cursos relacionados à pesca inclusive sobre o beneficiamento de pescado. Tais cursos foram realizados na própria comunidade por iniciativa da Colônia de Pescadores Z-53 do município de Careiro da Várzea. A forma mais expressiva de participação, 59%, corresponde às participações nas

⁶⁰ A participação das pescadoras de Cristo Rei por vezes se limita ao âmbito local, visto que essas mulheres, em sua maioria são mães e donas de casa com dificuldades para se afastar do espaço doméstico, isso não significa dizer que as pescadoras da comunidade deixam de acompanhar as discussões em torno da atividade de pesca, mas que, por vezes, têm dificuldades de participar de modo efetivo nesses encontros o que pode de certa forma interferir na consolidação das ações coletivas.

reuniões da Colônia dos Pescadores Z-53, que geralmente são realizadas na própria comunidade ou em comunidades vizinhas. Nesse sentido, os dados de campo respaldam a importância da Colônia para a organização e mobilização social dos pescadores e pescadoras.

Mas, é também no processo de captura que queremos destacar o protagonismo das pescadoras da comunidade principalmente porque na pesca realizada nos rios e lagos da Amazônia a divisão entre os espaços terra e água não são tão acentuados ou delimitados quanto no mar, sobretudo nas áreas de várzea, como é o caso da área que pesquisamos onde as atividades de captura do peixe, por vezes, podem ser realizadas em maior proximidade com as residências. A presença das mulheres na atividade de pesca nesses espaços aquáticos está longe de ser algo esporádico. A pesca feminina é um fato como pontua Alencar (1993) que não pode e não deve ser ignorado, constituindo-se como uma das alternativas de subsistência e da própria forma de organização social das famílias.

É fato que as formas de organização social são fortemente pautadas na divisão sexual do trabalho, onde as tarefas domésticas são delegadas prioritariamente às meninas. Contudo, não mais se pode afirmar que a captura do pescado é atividade somente dos meninos, pois as evidências empíricas tem mostrado que as mulheres adentram muito cedo na atividade de pesca, por volta dos cinco, oito e dez anos de idade. O que não significa dizer que todas as mulheres em comunidades pesqueiras sejam pescadoras, mas na Comunidade Cristo Rei a maioria exerce a atividade regularmente.

A (des)mistificação da Panema na atividade pesqueira.

Os mitos são engendradores de mensagens cujo objetivo é: “ensinar por meio da reiteração sem fim de sua mensagem”, mensagem que por ser ilustrada é permeada de signos e símbolos que dificilmente são esquecidos pelos ouvintes (BAUMAM, 2003). Nesse sentido, as atividades produtivas, assim como o próprio modo de vida nas áreas rurais da Amazônia, são permeados por mitos e lendas. Crenças que compõem o imaginário dos habitantes da região sendo que a de maior relevância na pesca, sobretudo, na prática da atividade por mulheres é a crença na *panema*.

A crença consiste no fato de que a presença das mulheres em atividades de caça e pesca acarretaria azar, principalmente as mulheres grávidas e/ou

menstruadas. A influência dessa crença na vida socioproductiva dos povos da Amazônia é destacada por inúmeros estudos Galvão (1955), Wagley (1988), Furtado (1993). Segundo essa crença, certas atividades como a caça e a pesca não seriam desenvolvidas pelas mulheres, nem tão pouco seria permitida a presença das mesmas nas embarcações pesqueiras, isto porque a presença feminina seria associada ao presságio de azar e insucesso em determinadas atividades produtivas como a caça e pesca.

Para Furtado (1993): “a panema é uma crença que vive na mente do caboclo sob várias denominações: penemice, panemeira, saru. No Baixo Amazonas é comum o indivíduo se referir a estar saru: para o estado de morbidez, [...]; de falta de sorte para pescar”. (Idem, p. 234). Na comunidade Cristo Rei, o azar na pesca é também denominado de *malha 13* como podemos observar no depoimento:

“[...] às vezes tem até olho grande que botaram em cima de você, aqui pra nós o azar é chamado de malha 13, é a malha que tem panema porque o jabuti tem treze malhas, isso é azar”. (Entrevista realizada em maio de 2010).

Conforme o depoimento supracitado pode-se perceber que a *panema* enquanto sinônimo de azar não está ligada somente às mulheres. Tanto que em Cristo Rei a crença na *panema*, embora seja forte, permeando o imaginário e o cotidiano das famílias, não impede a participação das mulheres na atividade de pesca, conforme observamos nos depoimentos a seguir:

Sempre a mamãe falava nisso: - Menino vai tomar banho de sal grosso que deu panema, ou num pegou mais peixe porque deu panema, mas eu acho que isso é uma ilusão, isso pra mim num tem sentido não. (Entrevista, realizada em maio de 2010).

[...] De primeiro os pessoal falavam porque num queriam que as mulheres pescassem. As mulheres não pescavam muito por causa disso... . (Entrevista realizada em maio de 2010).

Diziam que a mulher dava panema, quando tava naqueles dias né e se passassem por cima do material (de pesca) até hoje tem muita pessoa que ainda acredita. O meu marido acredita, às vezes ele ainda tem essa arrumação de num querer que eu passe por cima das malhadeiras, tarrafa, das coisas dele. Eu não acredito nisso, porque como eu digo pra ele, já cansei de pescar naqueles dias (menstruada) eu e as meninas e a gente pega é muito peixe,

não vejo diferença dos outros dias. Eu não acredito nisso não. (Entrevista realizada em maio de 2010).

Como é possível observar a partir dos relatos, a crendice na *panema* na comunidade Cristo Rei não foi superada, isto é, a crença na existência de forças de mau agouro e azar em relação a atividades produtivas como a caça e pesca, causadas pela presença de mulheres grávidas e/ou menstruadas ainda é muito forte, principalmente no imaginário dos homens, como pode ser nitidamente percebido na fala da pescadora referindo-se ao marido dela o qual acredita que a mulher menstruada acarreta má sorte na pescaria.

Outras pescadoras acreditam na *panema*, não como mau agouro engendrado especificamente pelas mulheres, mas por pessoas que, segundo elas, têm o *olho ruim*, conforme o depoimento abaixo:

Tem tempo que gente quando vai pro rio, e faz uma boa pescaria, os outros vê assim, se admira aí dá uma panema na gente, tem gente que tem os olhos ruim. Eu acredito nisso, nem todas as pessoas aí são assim, mas tem umas que bota aquela panema que a gente num pega mais nada na semana. Aí a gente pega sal grosso joga na rede, na canoa, a gente toma banho pega aquele capim catoré uma arvore que a gente raspa pra jogar na canoa da gente aí tira aquela panema que dá na gente, que botam na gente. Só a pessoa olhar assim o peixe da gente, se admirar que a pessoa pega (Entrevista realizada em maio de 2010).

A pescadora atribui o azar às pessoas que têm inveja da pescaria, e por isso *empanemam* os pescadores e os apetrechos de pesca. A entrevistada também relata como é possível se livrar do presságio utilizando sal grosso e capim que devem ser utilizados em banhos pelas vítimas da predição e também jogados sobre os instrumentos de pesca e na canoa.

A crença do azar na pesca, portanto, é também associada em dados contextos a outros atores sociais da comunidade, isto é, “pessoas com olho grande” e até mesmo a animais como já mencionamos o jabuti de 13 malhas. Além disso, a crença na panema não representa a impossibilidade da pesca feminina, pelo contrário, as pescadoras da comunidade fazem questão de falar e exemplificar em números o quanto são bem sucedidas nas atividades de pesca, em relação aos homens, como observamos no depoimento a seguir:

[...] quantos peixes tu pegou fulano, - peguei 30. Ontem as meninas pegaram 124 peixes e ele pegou só 30. Eu digo: mas tu é demais panema rapaz! Vai tomar um banho de sal, eu falo pra ele, aí ele diz: eu boto malhadeira e num pego nada. (Entrevista realizada em maio de 2010).

Observa-se no depoimento que duas mulheres pegaram mais peixes que o pescador, ratificando a habilidade das pescadoras. Ressaltamos que a necessidade da própria forma de organização de reprodução sociomaterial leva essas mulheres à participação direta na atividade pesqueira. Por isso a presença delas não se constitui como sinônimo de azar, tanto que nos dois únicos barcos de pesca existentes na comunidade e que realizam a “pesca de campanha”, a presença das mulheres não é vista pela maioria dos pescadores como sinônimo de azar. Pois como já mencionado, o azar na pesca no âmbito da comunidade não é atribuído unicamente à figura feminina.

Outros estudos como o de Maia (2009) reforçam que a necessidade de reprodução social e a busca das mulheres pela atividade de pesca enquanto profissão superaria a interdição engendrada pela *panema*. Contudo, como já mencionamos, a crença não foi superada, pois observa-se que nos vários depoimentos sobre o assunto, há divergências entre os que acreditam e os que negam a existência desse tipo de azar, embora, a *panema* não mais seja vista como um motivo que impossibilite a pesca feminina.

Dito isto, ressalta-se que na comunidade Cristo Rei as mulheres estão presentes em diferentes modalidades de pescaria: *flechando*, *tarrafeando*, *zagaiando*, descaindo as redes no paraná e no rio Amazonas, na pesca de caniço nos igapós. Essa presença assegura a subsistência, uma vez que no sistema de produção familiar o qual observamos na comunidade, não se pode prescindir da contribuição de todos. Outros desafios ainda precisam ser enfrentados pelas mulheres pescadoras. Dentre os desafios, a *invisibilidade* como trabalhadora da pesca, não só no universo social das comunidades pesqueiras, mas nos espaços públicos e nas pesquisas científicas.

As pescadoras e a política do Defeso.

No âmbito das políticas públicas pode-se destacar a Lei no 8.287, de 20 de dezembro de 1991 que cria a PSDPA popularmente conhecida como Seguro Defeso. Considerada pelas pescadoras uma das políticas inerentes à pesca

que contribui significativamente para a melhoria da vida na comunidade e, em alguns casos, viabilizando inclusive a documentação de pescadores e pescadoras conforme depoimento:

Eu senti feliz porque eu recebi aquela carteira. Eu sabia que se nós recebesse esse benefício ia ser uma coisa muito boa pra gente, porque nem toda vez a gente tem o dinheiro. A pescaria dá, mas num dá muito, nem toda vez... Tem tempo que a gente passa momento de dificuldade, o pescado (peixe) fica ruim de pegar [...]. O documento que eu tinha era só o registro de nascimento, eu num tinha nem identidade. Antes disso, aí foi através disso, que eu tirei meus documentos. (PESCADORA, entrevista realizada em maio de 2010)

Como se sabe a PSDPA tem como um dos objetivos principais a conservação ambiental dos recursos pesqueiros, visto que é por meio da proibição da pesca nos períodos de reprodução de algumas espécies que os recursos pesqueiros podem ser repostos, por outro lado, é assegurado o sustento dos pescadores e pescadoras visto que a Lei dispõe sobre a concessão de um salário mínimo durante o período de proibição da pesca, ou seja, institui o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal. O SDPA é embasado na Constituição Federal de 1988, e no benefício do Seguro Desemprego criado pela Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, que também institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. As fontes de custeio do Seguro Desemprego são asseguradas por recursos oriundos do Programa de Integração Social - PIS do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. A Lei nº 8.287 foi revogada pela Lei nº 10.779 de novembro de 2003, a qual consolida o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal estendendo a um leque de pescadores e pescadoras os direitos sociais.

Nesse sentido, é possível perceber que a política vai além da questão ambiental, atingindo também a dimensão social. Como exemplo observado no depoimento supracitado sobre a documentação da pescadora. No que concerne à dimensão de paridade participativa das pescadoras quanto ao reconhecimento ficou evidente a contribuição da PSDPA, visto que tal política assegura a transferência de renda aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca nos períodos em que a atividade é proibida. As mulheres que pescam visualizam na política o meio de conquistar o *status* de pescadoras.

Destacamos ainda a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura MPA no dia 29 de junho, dia do pescador (Lei nº 11.598/2009) e a chamada nova Lei de Pesca (Lei 11.959 de 29 de junho de 2009) ambas sancionadas no governo Lula, como fruto de compromisso com os movimentos sociais do segmento pesqueiro. Tais legislações fortalecem não só o compromisso do Estado para com o segmento de pesca, também fomentam a materialização do reconhecimento das pescadoras⁶¹ constituindo um novo marco referencial na vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras da pesca.

A criação do MPA e da Nova Lei de Pesca são frutos de desdobramentos, debates e acordos entre o poder público e os agentes sociais da pesca no intuito de fortalecer o setor com a implementação de uma política sólida no âmbito da atividade. Além de possibilitar o melhor gerenciamento e potencialização da pesca. Nesse sentido a criação do Ministério atende tanto a indústria pesqueira quanto aos segmentos antes marginalizados como os pescadores e pescadoras artesanais que realizam a atividade em pequena escala. Com a Lei (11.959/2009) centralizam-se os esforços para assegurar a *sustentabilidade* da pesca tanto no que concerne aos recursos ictiofaunísticos, quanto aos trabalhadores que desenvolvem a atividade.

A inclusão das mulheres nas políticas governamentais do Brasil também ganha destaque nesse ano com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM, por meio da Medida Provisória nº 103 de primeiro de janeiro de 2003⁶² (mesma medida que reformula a PSDPA). Mais tarde, a MP foi convertida na Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003. Conforme o 2º parágrafo do Artigo 1º da referida Lei, a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres – SEPM, bem como outras secretarias funcionam como órgãos de consulta do Presidente da República. Dentre as competências da SEPM pode-se mencionar o assessoramento nas políticas voltadas para a questão do gênero, da discriminação e da igualdade entre homens e mulheres. Ressalta-se que a Lei nº 10.683 de 28

⁶¹ Conforme Goes (2008, p, 28) a pesca nem sempre foi aceita como profissão feminina, tanto que nos anos de 1950 apenas os homens eram cadastrados como pescadores. Conforme Leitão et al (2009, p, 5) somente no fim da década de 80 foi que as primeiras mulheres conquistaram o direito de se registrarem como pescadoras.

⁶² A MP 103 convertida na Lei 10.683, foi também responsável pela Criação da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura que foi extinta em 2009, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura pela Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009.

de maio de 2003, foi alterada pela Lei nº 12.314 de 19 de agosto de 2010 que em seu Artigo 22º destaca os objetivos e competências principais da SEPM:

À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 (três) Secretarias. (Art. 22º da Lei nº 12.314/2010)

A Lei supramencionada, embora muito recente, vem possibilitando a visibilidade da mulher na formulação e implementação de políticas públicas por subsidiar o combate à discriminação, fomentar a *igualdade* entre homens e mulheres, também por contribuir com o reconhecimento da participação feminina nas diferentes frentes de trabalho.

Destaca-se que até a década de 90 os estudos sobre as pescadoras ou mulheres na pesca são raros conforme aponta a pesquisa de Mota-Maués (1999). As pescadoras aparecem minimamente e na condição de coadjuvantes, como se o protagonismo das mulheres nas frentes de trabalho da atividade de pesca fosse algo recente, o que não é, pelo contrário, recente é o desencadear do reconhecimento ainda que de forma precária.

Nesse plano, mais específico pode-se dizer que nos anos 2000, especialmente, em 2003 a PSDPA fortalecida pela criação da SEPM disseminou direitos sociais às pescadoras. Sobretudo, direitos previdenciários embora tais direitos já estivessem “assegurados” desde a década de 80 por meio da

Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 194, que instituiu o conceito de Seguridade Social⁶³.

A Carta Constitucional de 1988 representou a consolidação de um amplo sistema de cobertura denominado Seguridade Social. A Constituição é produto de um processo histórico que envolve forças políticas e reivindicações populares onde a Seguridade Social é entendida na perspectiva do direito social instituído e que, portanto, deve ser viabilizado. Contudo, estender os direitos sociais às áreas rurais do Amazonas é um desafio ainda por realizar.

Entendendo a cidadania como uma via de mão dupla, onde direitos e deveres devem ser consolidados. A Constituição é no dizer de Covre (2006,) “uma arma na mão de todos os cidadãos”. Nessa guerra, a concretização da cidadania consistiria em fazer valer direitos, utilizando todos os mecanismos da Carta Constitucional para conquistar os direitos, valendo-se de munição das políticas públicas e sociais, mas não se eximindo do dever geral de reivindicar.

É por esse motivo que entendemos a PSDPA também como uma política social de reivindicação do reconhecimento situada num campo específico, mas intrinsecamente envolvida num plano maior de estender ou de responder às reivindicações de cidadãs “esquecidas e ignoradas”, ou seja, as pescadoras. Não podemos afirmar que foi a partir da PSDPA que se começou a dar de fato maior representatividade aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Mas, não se pode negar a relevância de tal política como munição dos movimentos reivindicatórios principalmente dos pescadores e pescadoras artesanais, garantindo acessibilidade a direitos constitucionais, sobretudo os referentes à Previdência Social.

Todos os depoimentos coletados em campo, bem como nossas observações, ratificaram a contribuição da política para a melhoria das condições de vida e trabalho na comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que a PSDPA fomenta o reconhecimento pela via da *justiça social*, por assegurar a participação das pescadoras no que tange as melhorias de acesso a bens e serviços e por contribuir no suprimento de necessidades básicas.

⁶³ Pelo referido Artigo Constitucional os direitos da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência) deveriam pautar-se no princípio de universalização dos direitos e da equidade social, mas o que se observa, principalmente no que concerne a previdência é que somente os trabalhadores no mercado formal (de carteira assinada, concursado) têm acesso aos direitos previdenciários.

Considerações Finais

Reforçamos nestas páginas conclusivas que as mulheres da comunidade Cristo Rei participam ativamente do mundo da pesca, desde a confecção dos apetrechos até o processo de captura do pescado. Percebemos também que as crianças pequenas tanto meninos quanto meninas são introduzidas ao universo da pesca pelas mães pescadoras. É com elas que as crianças aprendem as primeiras lições sobre a produção pesqueira. Mas a partir de certa idade (por volta dos oito a 10 anos) os meninos acompanham os pais e as meninas acompanham as mães acentuando-se a divisão sexual do trabalho na pesca.

Esse processo de divisão no repasse das técnicas e do aprendizado sobre a atividade também acaba suprimindo a importância das mulheres no ensino introdutório não só sobre a pesca, mas das atividades corriqueiras da vida cotidiana da comunidade Cristo Rei.

No que concerne à dimensão de paridade participativa das pescadoras quanto ao reconhecimento ficou evidente a contribuição da PSDPA, visto que tal política assegura a transferência de renda aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca nos períodos em que a atividade é proibida. As mulheres que pescam visualizam na política o meio de conquistar o *status* de pescadoras.

Observamos que a PSDPA possibilitou significativas transformações na vida socioeconômica dos pescadores e pescadoras da comunidade Cristo Rei. Mudanças que permitiram a aquisição de bens: como geladeiras, freezers, fogões, construção de casas novas e também compra de canoas, malhadeiras e demais apetrechos de pesca. Contudo, conforme relatado nas falas das próprias pescadoras, a comunidade é esquecida no que concerne à ausência de políticas públicas.

Nesse sentido, ressalta-se que, embora a PSDPA contribua para melhorias nas condições de vida e trabalho das pescadoras, não pode ser concebida como a *panaceia* das desigualdades sociais, pois são muitas as dificuldades enfrentadas nas áreas interioranas e ribeirinhas do Amazonas com o descaso público. Problemas que vão desde a falta de infraestrutura à fragmentação das poucas políticas sociais implementadas, especialmente, nas áreas de saúde previdência e assistência.

Quanto aos impedimentos da mulher na pesca, destacamos que as crenças regionais como o mito da *panema* não impedem a pesca feminina, mas por vezes são utilizadas como forma de negar a eficiência das mulheres

na atividade de pesca. Barreira que também vem sendo rompida pela prática cotidiana das pescadoras, isto é, no exercício da atividade em todas as dimensões (cuidados com os apetrechos e no processo da captura), pois as pescadoras da comunidade têm participação direta na atividade de pesca.

A partir dos relatos e observações constou-se na pesquisa de campo o protagonismo feminino na atividade de pesca em todos os processos. Mais do que isso, a pesquisa mostrou que as pescadoras são também as educadoras da pesca, responsáveis pelos primeiros ensinamentos sobre a atividade. As mulheres são ainda responsáveis pelas hortas domésticas nas canoas-canteiros e criação de animais como patos, galinhas e marrecos. A educação dos filhos e os afazeres domésticos são também delegados a elas, confirmando assim a múltipla jornada de trabalho dessas pescadoras.

Com relação à vida de pescadora as falas das mulheres ao longo da pesquisa em geral ressaltaram a instabilidade na atividade de pesca, pois tem dias que: “ninguém pega nada” relata à pescadora, ou seja, mesmo com o potencial pesqueiro da região, às vezes a pescaria é fraca. Por isso a vida de pescadora é considerada por elas como instável e muito sofrida. Essas mulheres, guerreiras não se intimidam frente aos perigos diuturnos. Durante o dia enfrentam longas jornadas debaixo de sol forte, durante a noite o frio e em ambos os períodos os perigos cotidianos inerentes à profissão que exercem.

Em meio a tantas dificuldades engendradas no universo rural e ribeirinho amazônico, destaca-se a desigualdade social enfrentada por essas mulheres, seja pela *dominação masculina*, seja pelo esquecimento do Estado na formulação de políticas públicas. É notório que a partir dos anos 90 intensificou-se a luta por *visibilidade* dessas trabalhadoras, porém, mais de duas décadas depois as pescadoras ainda reivindicam o protagonismo na atividade de pesca que assegure condições de participação social também nas instituições representativas como colônias, sindicatos, entre outros.

Nesse sentido, ainda são muitos os desafios para o reconhecimento das mulheres na pesca. Perpassando mudanças das próprias concepções de mundo da sociedade que de um modo geral foi historicamente pautada na dominação masculina negando o protagonismo feminino nas frentes de trabalho para além do espaço doméstico. Por isso a necessidade de assegurar a participação dessas pescadoras principalmente nos espaços públicos e nas instituições de pesca, para que a partir da prática cotidiana, as barreiras da invisibilidade e do não reconhecimento sejam rompidas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. *Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras*. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex F. (orgs.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1993.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Legislação Pesqueira* (versão - 2003). Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2003.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9630>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo – USP, 2007.

ESTERCI, Neide. *Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira*. In: Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais, 2002, Ano 1, n. 1.

FASSARELLA, Simone S. *A vez e a voz das mulheres que atuam em atividade de pesca da vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2007.

FRASER, Nancy. *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais n. 63. Outubro, 2002.

_____. *Reconhecimento sem ética*. In: Revista Lua Nova, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>> Acesso em: jun.2010.

FRAXE, Terezinha J.P. *Cultura Cabocla-Ribeirinha*. Mitos, Lendas e Transculturalidade. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

FRAXE, Terezinha J. P. WITKOSKI, Antônio C. e SILVA, Suzy. C. P. *A pesca na Amazônia Central – Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo*. (orgs.). Manaus: EDUA, 2009.

FURTADO, Lourdes. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

LEITÃO, Maria R. F; LIMA, Alexbdra S. L; FURTADO, Gilmar S. *Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1668-2.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

LIMA, Deborah. M. (org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ProVarzea, 2005.

MAIA, Maria Bernadete Reis. *Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2009

MANESCHY, Maria. C; ALENCAR, Edna F. e NASCIMENTO, Ivete. E. *Pescadoras em busca de cidadania*. In: A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. ÁLVAREZ, Maria. L. M & D'INCAO, Maria. A. (orgs). Belém: GPEM, 1995.

MANESCHY, Maria. C. & ESCALLIER, C. *Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará*. In: FURTADO. Lourdes. & QUARESMA, Helena. D. B. *Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal*.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil*. In: Centro de Estudos de Antropologia Social – CEAS. Vol.3.n.2. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf> Acesso em: 23.set.2011.

SCHERER, Elenise.S. COELHO, Roberta. Ferreira, Hamida. A. *Políticas Sociais para os Povos das Águas*. Caderno CEAS. Salvador. n. 207, p. 91-107, setembro/ outubro, 2003.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. *A água e o homem na várzea do Careiro*. 2ª Ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do Homem nos Trópicos*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP 1988.

Este livro foi composto em Sabon, fonte desenhada por Jan Tschichold. O miolo foi impresso em papel Polen Soft 90g e a capa em papel Triplex 300g pela gráfica Brascolor, em Recife, 2014.